



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**ANÁLISE DA ABSORÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO EM ETE DO MUNICÍPIO DE RECIFE NO
MERCADO DE TRABALHO PERNAMBUCANO.**

EUKENNYA DE ARAÚJO E SILVA PEREIRA BARBOSA

RECIFE, OUTUBRO/2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**ANÁLISE DA ABSORÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO EM ETE DO MUNICÍPIO DE RECIFE NO
MERCADO DE TRABALHO PERNAMBUCANO.**

EUKENNYA DE ARAÚJO E SILVA PEREIRA BARBOSA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Maria Gilca Pinto Xavier, DSc

Coorientador: Prof. André de Souza Melo, DSc

RECIFE, OUTUBRO/2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B238a Barbosa, Eukenny de Araújo e Silva Pereira
 Análise da absorção de estudantes do ensino médio integrado em ETE do município de Recife no
 mercado de trabalho pernambucano / Eukenny de Araújo e Silva Pereira Barbosa. - 2020.
 138 f. : il.
- Orientadora: Maria Gilca Pinto Xavier.
 Coorientador: Andre de Souza Melo.
 Inclui referências e apêndice(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
 Administração e Desenvolvimento Rural, Recife, 2020.
1. Mercado de Trabalho. 2. Egressos. 3. ETE Cícero Dias. 4. RAIS-PE. 5. Política de Educação
 Profissional. I. Xavier, Maria Gilca Pinto, orient. II. Melo, Andre de Souza, coorient. III. Título

CDD 338.1



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO DE

EUKENNYA DE ARAÚJO E SILVA PEREIRA BARBOSA

***ANÁLISE DA ABSORÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
EM ETE DO MUNICÍPIO DE RECIFE NO MERCADO DE TRABALHO
PERNAMBUCANO.***

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata **EUKENNYA DE ARAÚJO E SILVA PEREIRA BARBOSA** _____.

Orientador:

Prof.^a Maria Gilca Pinto Xavier, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Coorientador:

Prof. André de Souza Melo, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Banca Examinadora:

Prof. Tales Wanderley Vital, DSc.
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Leonardo Ferraz Xavier, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Walquíria Castelo Branco Lins, DSc
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR SCHOOL

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que constantemente me ensinam e fazem acreditar no meu potencial, aos meus pais – José Ferreira e Edleuza Lúcia e marido – Antônio Maria. E ao desejo de contribuir com a educação como administradora, aprendendo a cada dia com o ofício de ser professora.

AGRADECIMENTOS

Neste campo do trabalho tenho a oportunidade de expressar o meu agradecimento e carinho aos que fizeram e fazem parte, direta e/ou indiretamente, desta trajetória de aprendizado, crescimento e esforço empenhado nos diferentes momentos da caminhada no mestrado.

Mesmo incorrendo no clichê de agradecer a Deus, deixo o meu registro pela ciência e reconhecimento de ter sempre sido abençoada nas minhas escolhas diante das oportunidades agraciadas, conviver e conhecer pessoas maravilhosas; e na fé de que todo o discernimento e compreensão ao longo da vida, não poderia ter sido apenas advindo da própria existência humana, da auto capacidade ou esforço, da sorte e acaso, ou por pura educação e exemplo de meus pais; se não de bençãos divinas.

A caminhada não foi fácil, muito menos conhecida; apesar de todo planejamento, tentativas anteriores a outros programas de pós-graduação e grande torcida e vontade de realizar o mestrado. Felizmente, não foi solitária e nem desprovida de recursos, orientações, apoio e motivações; e é nesse ponto que esta parte se destina.

Começo pelos grandes incentivadores e fonte de orgulho, amor e respeito que são os meus pais José Ferreira e Edleuza Lúcia, que sempre buscaram fazer o possível; e quando não, fazer o que fosse necessário para que pudesse ser oportunizado o melhor para mim e à minha irmã; e no quesito educação, guardo lembranças marcantes e de muita vontade em fazer mais e melhor; por tudo que são e que sempre proporcionaram em minha vida, só tenho a agradecer imensa e infinitamente.

À minha irmã Pâmalla, agradeço em especial pelas palavras de incentivo na reta final do prazo da elaboração da dissertação, e sobretudo o amor que sempre expressou e que transparece a cada genuíno carinho do meu sobrinho e afilhado Heitor; que assim como Beatriz, amada sobrinha e afilhada, agradeço-lhes o amor, paciência e compreensão pelas visitas e momentos juntos postergados e reduzidos, sempre questionados por eles, mas afagados com a ingenuidade e sapiência de suas já externadas visões de mundo, e aprendizados da vida escolar compartilhadas em suas lindas fases da infância.

Tenho a felicidade de ter sido criada em meio a um ambiente familiar harmonioso, com bons exemplos, ensinamentos e momentos festivos entre famílias que foram fundamentais para tirar o que há de melhores sentimentos para a vida; desta forma, estendo os agradecimentos aos demais familiares, que mesmo com participação mínima e indireta ao mestrado, agradeço a cada um (presentes e ausentes em vida), pois são parte de meu crescimento; e aos que desde o início proveram investimentos na minha vida e educação básica, com a menção especial da minha tia e madrinha Edeilda.

Agradecer a quem está perto e que compartilha diariamente todos os mais variados sentimentos que se apercebem no cotidiano é intimamente insuficiente ao tamanho do amor e admiração que sinto pelo meu marido Antônio Maria; mas que faço questão de expressar o meu agradecimento não só pelo incomparável incentivo e motivação, que destaco nos momentos mais difíceis em que me vi incapaz e/ou atordoada pelas demandas de trabalho e estudo em toda a trajetória acadêmica, marcantes nesses últimos dois anos de mestrado, e o fundamental auxílio na tabulação dos dados deste estudo; mas tão somente por ter me apoiado em tudo que quis fazer; e sumariamente, orientado e apresentado de que é possível viver pela e com a educação (no sentido do ato de educar, a qual sou muito feliz em ser professora). Ao que você é para mim, ao que busca o melhor de ser para nós, por tudo que trilhamos até aqui e pelos nossos filhos, que pretendemos ter; muito obrigada.

Na fase da últimas revisões desta dissertação, em meio a um cenário de pandemia por conta do Corona Vírus, que já faz parte da história mundial, Deus concede mais uma benção que foi ser agraciada com a maternidade, ao permitir que concebemos Sofia, a nossa primogênita que já está sendo muito amada, abençoada e esperada para o mês de dezembro. Filha, é com muito carinho que faço a inserção deste parágrafo dedicado a você, contemplando a felicidade de sua vinda ao mundo e já desejando que seja feliz e que tenha e aprecie a educação como impulsionadora na vida, assim como tem sido com os seus pais.

Assim como o mestrado, nos últimos anos tive a alegria de ser aprovada no concurso público para ser professora da educação profissional do estado de Pernambuco, em que atuo na ETEPAM, onde tenho aprendido os desafios de sala de aula para estudantes jovens e adultos, a me adaptar ao trabalho e em ambiente escolar, e a conviver com profissionais da educação que contribuem para o meu

crescimento profissional desde o meu início na instituição, os quais agradeço os aprendizados no exercício da profissão docente, a compreensão quanto à adequação e disposição dos horários, flexibilidades aos prazos, e incentivo para a conclusão do mestrado.

Devo destacar o agradecimento à coordenadora de logística, prof.^a Mônica Queiroz, pela resiliência, empatia e orientações à pesquisa. Ao prof. ^o Luiz Alexandre, agradeço por ajudar inicialmente na prospecção dos dados, mesmo que não bem sucedida, agradeço a disposição e ajuda. À Marleninha da secretaria que ainda no período das disciplinas no mestrado, ajudou-me com dados para um dos trabalhos, e sobre estes agradeço a toda a equipe que contribuíram com as respostas à questionário aplicado. À prof.^a Lorena, obrigada também pela disposição cativante em ajudar e palavras de motivação.

Ultimamente também tenho sido reconhecida na profissão que escolhi seguir com a minha formação em Administração, portanto, agradeço aos meus alunos do curso técnico em logística da ETEPAM integrado e subsequente, e aos da graduação em administração da FACIG, bem como o prêmio ao mérito recebido pela FACIG intitulado Jurandir Bezerra Lins (in memoriam), com a indicação das coordenações e direção de melhor professora, quem sou grata, e só tenho a agradecer à todas as oportunidades proporcionadas a mim por esta instituição, que faz parte de minha formação escolar desde do ensino fundamental II até graduação, e do meu início na docência de ensino superior, a este último tocante, o meu agradecimento em particular ao prof. Marcos Paulo. E à Adriane Pessoa, o meu agradecimento pela primeira oportunidade em lecionar, com a capacitação profissional em projetos sociais públicos, que me abriram portas na docência.

Durante o mestrado, a troca de experiências, estudo e debates foram valiosos para o meu desenvolvimento acadêmico, onde iniciei a compreensão de produção e trabalho científico, que sou muito grata a todos os Doutores professores que deixaram a sua contribuição para a minha formação no PADR.

Destaco o meu agradecimento especialmente a minha orientadora prof.^a DSc. Gilca Xavier, que de forma sempre compreensiva, incansável e perspicaz me norteou, incentivou e ensinou bastante; ao prof. ^o DSc. André Melo, como coordenador por sua disposição em acompanhar no sucesso de cada estudante do programa, e como coorientador sempre foi muito compreensivo e pertinente em suas colocações à contribuição ao trabalho, bem como o incentivo atentando-se à

importância deste ser concluído com êxito. À prof.^a DSc. Gisléia, agradeço pelas considerações valiosas na banca de qualificação, bem como o auxílio e orientação quanto ao tratamento dos dados e por sempre se apresentar disponível para ajudar. Ao prof. ^o DSc. Tales Vital, pelo desafio de fazer compreender a produtividade acadêmica, desenvolver o interesse em publicar e participar ativamente de eventos científicos. Aos colegas de turma, fui sempre bem acolhida e aprendi com os seus diferentes interesses e objetos de estudo e que foi muito enriquecedor.

Aos amigos conquistados, Fátima, Suely e Cícero, espero continuar aprendendo, compartilhando experiências, boas conversas e construindo conhecimento com vocês, muito obrigado por toda a parceria, apoio e trocas neste período de mestrado. E à amiga que me acompanha desde a graduação, Jeane, agradeço a compreensão pelas ausências e torcida na minha trajetória.

Por fim, mas sumariamente importante para que o desenvolvimento e resultados deste trabalho de dissertação pudesse ser realizado, agradeço à diretora da ETE Cícero Dias, prof.^a Msc. Aldineide Queiroz que com muita cordialidade e vontade de contribuir com o conhecimento científico, não mediu esforços em partilhar os resultados e feitos nesta escola, que tem sido modelo de inovação e sucesso para a educação dos jovens de Pernambuco, disponibilizando os dados e informações que balizaram este estudo. Assim como à Marina, neta de prof.^a Gilca e estudante desta escola, que com sua articulação e bom desempenho fez com que propiciasse esta cooperação.

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
sem aprender a refazer, a retocar o sonho,
por causa do qual a gente se pôs a
caminhar.”*

Paulo Freire.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a absorção dos estudantes egressos do ensino médio em empregos formais de Pernambuco, a partir da unidade de Escola Técnica Estadual (ETE) Cícero Dias. A metodologia baseia-se no levantamento documental sobre a oferta de educação profissional, informações sobre empregos formais no estado e a formação técnica da ETE. Como procedimento metodológico tem-se o cruzamento dos dados identificados dos egressos da ETE (2013-2015) com os microdados da RAIS-PE (2014-2016), e a tabulação e análise com auxílio de softwares estatísticos. O modelo de processo é utilizado para verificar a execução de política em estudo, quanto aos alcances do seu planejamento. Diante dos resultados obtidos, verifica-se a conexão da formação técnica ofertada com o setor econômico das empresas contratantes, e potencial empregabilidade nos setores de serviços e Tecnologia da Informação e Comunicação, como também que a política vem alcançando parte das metas do Plano Estadual de Educação (2015-2025), documento balizador do planejamento da política de educação estadual.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Egressos. ETE Cícero Dias. RAIS-PE. Política de Educação Profissional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the absorption of students graduating from high school in formal jobs in Pernambuco, from the State Technical School (ETE) unit Cícero Dias. The methodology is based on the documentary survey on the provision of professional education, information on formal jobs in the state and the technical training of ETE. As a methodological procedure, there is the crossing of the identified data of the graduates of ETE (2013-2015) with the microdata of RAIS-PE (2014-2016), and the tabulation and analysis with the aid of statistical software. The process model is used to verify the execution of the policy under study, regarding the scope of its planning. In view of the results obtained, there is a connection between the technical training offered with the economic sector of the contracting companies, and potential employability in the services and Information and Communication Technology sectors, as well as that the policy has been achieving part of the goals of the State Plan for Education (2015-2025), a guiding document for the planning of state education policy.

Keywords: Labor Market. Graduates. ETE Cícero Dias. RAIS-PE. Professional Education Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de matrículas da rede estadual de ensino médio integrado nas regiões brasileiras.

Gráfico 2: Percentual de estabelecimentos da rede estadual de ensino médio integrado nas regiões brasileiras.

Gráfico 3: Estudantes formados no ensino médio integrado na ETE Cícero Dias, por curso.

Gráfico 4: Desempenho no IDEPE da ETE Cícero Dias.

Gráfico 5: Empregos formais de Pernambuco.

Gráfico 6: Distribuição dos setores econômicos de Pernambuco em 2016.

Gráfico 7: Distribuição dos setores econômicos do município de Recife em 2016.

Gráfico 8: Comparativo entre os absorvidos no mercado de trabalho e concluintes da ETE Cícero Dias, por curso nos anos 2013-2015.

Gráfico 9: Evolução da absorção no mercado de trabalho dos concluintes da ETE Cícero Dias.

Gráfico 10: A evolução do número de municípios que contratam os egressos da ETE Cícero Dias.

Gráfico 11: Proporção dos egressos da ETE Cícero Dias empregados nos municípios das empresas contratantes.

Gráfico 12: Distribuição dos setores econômicos do município de Olinda em 2016.

Gráfico 13: Distribuição dos setores econômicos do município de Jaboatão dos Guararapes em 2016.

Gráfico 14: Distribuição dos setores econômicos do distrito de Fernando de Noronha em 2016.

Gráfico 15: Distribuição dos setores econômicos do município de Paulista em 2016.

Gráfico 16: Distribuição dos setores econômicos do município de Cabo de Santo Agostinho em 2016.

Gráfico 17: Distribuição dos setores econômicos do município de Ipojuca em 2016.

Gráfico 18: Distribuição dos setores econômicos do município de São Lourenço da Mata em 2016.

Gráfico 19: Distribuição dos setores econômicos do município de Vitória de Santo Antão em 2016.

Gráfico 20: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção G, por curso.

Gráfico 21: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção J, por curso.

Gráfico 22: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção N, por curso.

Gráfico 23: Evolução da oferta de vagas de educação profissional na modalidade técnica integrada ao ensino médio em Pernambuco.

Gráfico 24: Evolução da quantidade de unidades ETE – PE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Campo de atuação profissional dos cursos técnicos ofertados nas unidades ETE de Recife.

Quadro 2: Composição do perfil profissional da ETE Cícero Dias.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número e percentual de matrículas na educação profissional de nível médio no Brasil distribuídas por modalidades dependência administrativa em 2019.

Tabela 2: Matrículas na rede estadual de ensino médio integrado nos anos 2007 a 2019.

Tabela 3: Matrículas e estabelecimentos da rede pública estadual do ensino médio integrado e participação no ensino médio regular nos estados brasileiros.

Tabela 4: Participação de matrículas e estabelecimentos do ensino médio integrado na rede pública estadual de Pernambuco.

Tabela 5: Oferta do ensino médio integrado nas regiões de desenvolvimento do estado de Pernambuco.

Tabela 6: Distribuição dos cursos integrados na rede de ETE do estado de Pernambuco, por unidade e eixo tecnológico.

Tabela 7: Distribuição dos eixos tecnológicos na rede de ETE do estado de Pernambuco.

Tabela 8: Relação das unidades ETE do município de Recife com cursos técnicos integrados.

Tabela 9: Estrutura Física da ETE Cícero Dias.

Tabela 10: Distribuição dos empregados por setor no município de Recife e estado de Pernambuco.

Tabela 11: Distribuição dos egressos da ETE Cícero Dias empregados nos municípios das empresas contratantes.

Tabela 12: Distribuição de empresas contratantes dos egressos da ETE Cícero Dias pela classificação CNAE 2.0.

Tabela 13: Distribuição dos egressos da ETE Cícero Dias na Seção G da Classificação CNAE 2.0.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BDE	Base de Dados do Estado de Pernambuco
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEEP	Centros Estaduais de Educação Profissional
CEFET/CE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CESAR	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CETEP	Centros Territoriais de Educação Profissional
CIUO	Classificação Internacional Uniforme de Ocupações
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNCT	Catálogo Nacional de Curso Técnicos
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
/FIDEM	
CPF	Cadastrado de Pessoas Físicas
EAD	Educação à distância
EEEP	Escolas Estaduais de Educação Profissional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
ETE	Escola Técnica Estadual
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação de Básica
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
IF	Instituto Federal de Educação
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAVE	Núcleo Avançado em Educação
PADR	Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PEI	Programa de Educação Integral
PIB	Produto Interno Bruto
PMGP-ME	Programa de Modernização da Gestão Pública: Metas para Educação
PNAGE	Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e dos Estados e Distrito Federal
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Pacto pela Educação
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
PRODINPE	Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

REDE	Programa Rede de Ensino Médio Técnico
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE-PE	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
SEEP-PE	Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCE-PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TJDI	Técnico em Programação de Jogos Digitais
TMT	Técnico em Multimídia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 A institucionalização da política de educação profissional no Brasil	26
2.2 A educação pública profissional de nível médio	29
2.3 A política de educação profissional em Pernambuco	32
2.3.1 O ensino médio integrado ao profissional em Pernambuco	33
2.3.2 Funcionamento da política de educação profissional de Pernambuco..	34
2.3.3 Modelo de Processo de análise para avaliação da política	37
2.4 Formação técnica de nível médio e mercado de trabalho	41
2.4.1 O contexto da importância da educação profissional integrada	44
2.5 Mercado de trabalho pernambucano e absorção dos egressos	45
2.5.1 O caso de absorção dos egressos da ETE Cícero Dias.....	51
3. A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA.....	54
3.1 O cenário da oferta pública de educação profissional integrado no ensino médio no Brasil	54
3.1.1 A experiência de alguns estados brasileiros	62
3.2 A educação profissional integrada ao ensino médio da rede estadual de Pernambuco	66
3.2.1 A formação técnica nas unidades ETE do município de Recife	73
3.2.2 A formação técnica na ETE Cícero Dias	76
4. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	81
4.1 Natureza e Escopo do estudo.....	81
4.2 Delimitação do estudo e Dados utilizados	82
4.3 Procedimento de Coleta e Tabulação de Dados	85
4.4 Procedimento de Análise dos Dados.....	86
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	90
5.1 Absorção dos egressos no mercado de trabalho da ETE Cícero Dias	94
5.2 Análise da execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio de Pernambuco.....	112
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE.....	137

1. INTRODUÇÃO

A educação profissional tem sido fortemente incentivada nos últimos anos no estado de Pernambuco na sua rede pública de ensino, percebida pela ampliação de unidades escolares instaladas em grande abrangência estadual, e na numerosa oferta de vagas em cursos das mais diversas áreas técnicas, na modalidade de ensino médio integrado.

Este acontecimento é motivado pelo investimento e modernização administrativa pública articulado com o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e dos Estados e Distrito Federal (PNAGE) em 2006 (ARRUDA e NÓBREGA, 2013) financiado pelo Banco Mundial, voltado para uma educação pública de qualidade.

Sendo em Pernambuco implementado com foco na melhoria, qualidade e eficiência na área da gestão através de indicadores e metas proposta pelo Programa de Modernização da Gestão Pública: Metas para Educação (PMGP-ME) em 2008, integrante da gestão por resultados implementado no modelo de planejamento e gestão intitulado Todos por Pernambuco em 2007. (SANTOS, 2016)

Benittes (2014) apresenta que o Programa de Educação Integral (PEI) e o a modernização da gestão pública em Pernambuco apresentam a interlocução com às necessidades econômicas e o setor empresarial conferidas no desenvolvimento e organização das práticas educativas do estado.

A responsabilidade de oferta da modalidade de ensino integrado nas unidades de Escolas Técnicas apresenta-se como reforço à educação no ensino médio integrado ao ensino profissional no regime integral promovido em Pernambuco (DUTRA, 2013).

O provimento de educação técnica, ainda no ensino médio, fortalece a formação de estudantes potenciais a serem profissionais mais informados e capacitados ao mercado de trabalho; sendo um dos consensos para a sua inclusão na pauta de política de Estado, o de conferir importante fator para atender aos novos padrões de desenvolvimento. (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007).

O ensino médio configura o final da formação básica, que segundo Brandão (2004) possui dupla função de preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho. Sendo uma questão não só pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação (KUENZER,1997)

A educação deve ser organizada e planejada em uma estrutura política sistematizada, e apresenta como uma das suas funções, a de garantir a reprodução das relações sociais de produção (FREITAG, 1986). Souza (2014) menciona que o interesse pela oferta de Educação Profissional, dá-se pela preparação técnica atender a uma demanda crescente do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

Desta forma, Pernambuco investe na educação profissional integrada em unidades de Escola Técnica Estadual (ETE), oferecendo formação técnica em diferentes eixos tecnológicos, reforçando os interesses em obter profissionais mais qualificados, com maior adequação às demandas produtivas locais diante dos aportes das novas cadeias produtivas recepcionadas no estado, nos últimos anos. (ARAÚJO et al., 2018)

Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007), apresentam que a política de educação profissional brasileira se baseia no crescimento dos setores industrial e de serviços dado na segunda metade do século XX, e tem promovido um aumento da demanda de técnicos de nível médio no mercado de trabalho.

A articulação da política educacional para o mercado de trabalho tem empreendido esforços no ensino médio profissional no Brasil, que se iniciou como tentativa nos anos 70, afirmando-se nos anos 2000 a fim de proporcionar a formação geral em consonância com a técnica, de acordo com as necessidades do mercado (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007). No entanto, destacam-se os desafios de implantação e a necessidade de definição dos objetivos, finalidades e proposições para esta política.

A análise da inserção dos estudantes no mercado de trabalho se mostra interessante para a política pública educacional de Pernambuco, pois se pode verificar a conexão com as demandas de mercado, sendo importante para o

desenvolvimento do estado. Conforme reforça Delors (1998), quando aborda que o ensino e a formação técnica que prepara trabalhadores de nível médio são, particularmente, importantes para os países em desenvolvimento.

E para Pernambuco, assume-se relevância não só para os ganhos na política educacional, mas também na política de crescimento econômico de suas regiões produtivas.

Segundo Galvão (2015), a economia de Pernambuco apresenta em 2008 promissor crescimento diante do aumento do consumo que implica no crescimento do mercado configurando novos atrativos para investimentos tecnológicos e industriais. E confere investimento em educação e formação de mão de obra um dos condicionantes para a trajetória de crescimento econômico pernambucano projetado para 2020.

A abordagem deste estudo, portanto, trata-se da política de educação profissional integrada ao ensino médio de Pernambuco, a partir das informações e dados identificados dos estudantes egressos de uma ETE do município de Recife, conferindo o desenvolvimento da análise como um estudo de caso, com a ETE Cicero Dias.

Justifica-se a escolha da unidade, por ser uma unidade de ensino com grande representatividade para a política do estado, apresentando notas acima da média do IDEPE para as escolas públicas e entre as escolas técnicas da rede estadual, tendo em 2016 obtido a pontuação de 5,83 em detrimento a 4,10 da média geral do estado. (PERNAMBUCO, 2018).

Como objetivo geral tem-se o de analisar a absorção no mercado de trabalho estadual dos estudantes egressos do ensino médio integrado da ETE Cícero Dias. Como objetivos específicos, apresentar a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio da rede estadual de Pernambuco; identificar a absorção dos estudantes egressos da ETE Cícero Dias e verificar a execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio através da metodologia do modelo de processo de avaliação de política pública.

A metodologia utilizada apresenta-se como qualitativa e quantitativa, ao fazer o levantamento de referencial teórico e documental sobre a política de educação profissional e mercado de trabalho de Pernambuco, tratar das informações e dados

sobre a empregabilidade fornecidas pela da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2014 a 2016, e dos dados identificados dos estudantes egressos da ETE, compreendendo os formados no período de 2013 a 2015.

Através da análise descritiva dos dados de empregos formais e da unidade de ensino, verifica-se a oferta de cursos e profissionais formados na rede de ensino estadual com a oferta de mercado de trabalho pernambucano diante da identificação dos setores, atividades e ocupações dos egressos empregados.

A partir das informações sobre os setores e atividades econômicas das empresas contratantes dos egressos da ETE Cícero Dias, através da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e informações da RAIS, pode-se verificar a conformidade da formação técnica ofertada pela ETE.

E sobre as ocupações exercidas no emprego, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), identificar os postos de trabalho ocupados e como se configura a absorção no mercado de trabalho de Pernambuco.

Para a análise da execução da política pública em questão, utiliza-se como abordagem metodológica de avaliação, o modelo de processo que é um procedimento utilizado para que se possa compreender o funcionamento e execução do ensino técnico oferecido na rede estadual de ensino profissional, quanto a oferta de cursos, funcionamento e alcance de metas de seu planejamento.

Com a observância das condições e objetivos da política implementada, verifica-se a oferta dos cursos técnicos, frente ao que foi planejado, através da verificação dos alcances às metas do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE), que apresenta medidas voltadas para a melhoria da qualidade da educação através do alinhamento de metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sendo um instrumento político de Estado que transcende governos e propõe mudanças nas políticas educacionais.

O presente estudo, diante dos objetivos expostos e do problema de pesquisa a ser investigado, está estruturado em 6 capítulos.

O primeiro trata-se da introdução, que se situa esta seção, com as principais considerações do estudo, composta pela justificativa, objetivos e apresentação dos materiais e métodos utilizados.

O segundo corresponde ao embasamento do estudo diante do referencial teórico levantado pertinentes à temática de absorção de estudantes técnicos no mercado de trabalho; documentos públicos da política de educação profissional, e estudos sobre as discussões de qualificação profissional para o emprego, a oferta de ensino médio integrado em outros estados brasileiros e a realidade do mercado de trabalho no contexto dos egressos do ensino médio.

O terceiro aborda a discussão deste estudo sobre educação profissional de nível médio e mercado de trabalho em Pernambuco, subdividida sobre a importância e contexto desta formação para o trabalho, o cenário da oferta do ensino, e a composição e funcionamento da rede estadual.

O quarto trata da metodologia e descrição dos dados, através da exposição da natureza e escopo do estudo, a delimitação e dados utilizados e os procedimentos de coleta, tabulação e análise dos dados.

O quinto esboça a análise dos resultados, buscando responder os objetivos do estudo; seguido pelo sexto capítulo que traz as conclusões e sugestões de futuros trabalhos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são apresentadas as referências contextualizadas ao estudo, com o intuito de conferir o embasamento dos motivadores que justificam a pesquisa, que trata da contribuição da educação profissional para a sociedade no tocante da absorção nas atividades produtivas de uma economia.

Para isso, contemplam-se para pertinência à discussão deste estudo, o conhecimento sobre a importância dos esforços e investimentos em política pública voltados a formação de nível médio na modalidade de ensino integrado; o entendimento sobre a formação técnica de profissionais, ainda na educação básica, que possibilita qualificação à absorção no mercado de trabalho; e as informações sobre a política de educação profissional praticada no país e em Pernambuco, que vem apostando nesta formação em sua rede educacional.

O arcabouço de análise deste estudo compreende consulta de documentos públicos do governo do estado de Pernambuco sobre o mercado de trabalho e política educacional; e levantamento das legislações e ações balizadoras pertinentes ao entendimento da estruturação e funcionamento da educação profissional no país e no estado.

2.1 A institucionalização da política de educação profissional no Brasil

A orientação sobre a concepção da educação básica e profissional encontra-se na Lei n. 9394/96 referente a LDB que apregoa “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”.

A empregabilidade ganhou espaço e centralidade a partir dos anos 90 atrelada a preocupação social do desemprego que culminou em conjuntos de políticas como as voltadas para os investimentos na formação profissional, ao considerá-la uma melhoria para uma posição no mercado de trabalho. (GENTILI, 2002).

A partir dos anos 2000, promulgam-se no Brasil vários documentos que subsidiam programas educacionais nas diferentes fases escolares, e para a educação profissional e tecnológica as reformulações na legislação, convênios com

os estados e investimentos na formação continuada dos profissionais fortaleceram esta política educacional.

Ainda nos anos 2000, tem-se importantes ações no ambiente político e administrativo do país que corroboraram para a educação profissional, e para a articulação desta ao ensino básico de nível médio.

Como pode-se perceber na colocação de Souza (2014) que trata das ações para o fortalecimento e a expansão da rede de educação profissional e tecnológica diante das reformulações na legislação, convênios com unidades federativas para construção e melhorias das instituições de ensino e investimentos na formação continuada dos profissionais.

Para o conhecimento desses documentos Souza (2014) apresenta como acontecimentos legais mais significativos para a educação profissional, ocorridos na primeira década do século XXI no país, a revogação do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04 que, entre outras providências, permitiu a vinculação do currículo do ensino médio à Educação Profissional, através da oferta do ensino médio integrado.

Como também, a sanção da Lei nº 11.741/08, de 16 de julho de 2008, que modificou alguns dispositivos da Lei de Diretrizes de Bases nº 9.394/96, integrando as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica e a expansão da rede federal através do Programa Brasil Profissionalizado por meio do Decreto nº 6.302 em 2007.

A consonância entre os programas e suas regulamentações, serviu como balizador das políticas públicas adotadas e complementadas pelos diferentes estados da União, que como responsáveis pela educação básica no atual sistema de ensino, incluíram a percepção dos aspectos locais e regionais, configurando assim, os fatores essenciais para a eficácia do sistema educacional como um todo.

A partir do Decreto n. 6.094/2007, apresenta-se o plano de metas intitulado Compromisso Todos pela Educação, complementado pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no mesmo ano. A implantação bem-sucedida destes programas era tida como crucial para a obtenção das metas governamentais, como podemos observar no fragmento, “[...] um objetivo estratégico sem o qual o

projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza” (BRASIL, 2007, p.16).

Ainda na busca de uma política eficaz, o PDE contempla a oferta da educação profissional técnica de nível médio, integrada ao ensino médio, partindo do pressuposto que, pedagogicamente, seriam obtidos os melhores resultados. (BRASIL, 2007).

Nesse intuito, foi desenvolvido ainda no ano de 2007, o documento base que regula e orienta a estruturação do ensino médio integrado a educação profissional, cujo programa foi atribuído como Programa Brasil Profissionalizado, que visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, conferindo recursos a partir do MEC para estruturação e incentivo à educação profissional técnica de nível médio, prestando assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo, conforme apresenta Silva (2015).

De acordo com a LDB, artigo 4º, é um dever do Estado a oferta da educação básica obrigatória e gratuita, nas formas de: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, cabe aos estados da federação a tarefa de implementar os programas previstos no PDE, aprimorando-os com suas contribuições locais e regionais, tanto para a educação básica integral, como para a educação profissional integrada, sendo esta última modalidade, o foco deste estudo, com a delimitação da capital do estado pernambucano.

A percepção da importância da educação profissional levou a estratégias de desenvolvimento da educação como um todo, que foram estabelecidas em metas no Plano Nacional de Educação (PNE), onde, especificamente para a educação média de nível técnico, tem-se a meta 11 que visa triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (PNE, 2019). Essa meta ainda prevê o alcance de dois objetivos:

Objetivo 1: Alcançar o número de 5.224.584 matrículas da Educação Profissional de nível médio até 2024. De acordo com o site Observatório do PNE, em 2017, o Brasil teve quase 1,8 milhões e objetivo 2: Garantir que 50% dessas matrículas estejam na rede pública até 2024. Onde, ainda de acordo com o

Observatório do PNE, em 2017, 82,2% das novas matrículas dessa modalidade eram no segmento público.

Como se apresenta no PEE (2015-2025), a educação profissional de um modo mais amplo, se coloca na confluência educação e trabalho, tanto em termos de direito de cidadania como de encaminhamento de políticas públicas.

Nesse sentido, o estado através de suas iniciativas pode promover uma influência educativa para o desenvolvimento da sociedade a partir da formação de profissionais, ao atribuir que o ganho de escolaridade colabora com ganhos de produtividade de um país, sendo o capital humano um elemento de crescimento econômico.

2.2 A educação pública profissional de nível médio

O ensino médio, ao que esse estudo se propõe estudar, é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (BRASIL, 1996)

A educação profissional pública de nível médio no Brasil apresenta em sua trajetória, diferentes interfaces diante mudanças na legislação educacional e constituição do sistema educacional.

E Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007), compreendem que para discutir a educação brasileira é preciso considerar inúmeros aspectos, de forma a aproximar e articular as ações promovidas nas três esferas de governo bem como se essas ações refletem os anseios da população no que diz respeito à escolaridade e à formação para o trabalho.

Freitag (1986) apresenta que o planejamento educacional se dá pelo interesse de um sistema societário a fim de habilitar o indivíduo no contexto social em que vive, devendo ser organizada e planejada em uma estrutura política sistematizada, a fim de garantir a reprodução das relações sociais de produção.

Xavier (1986) comenta que o Estado intervencionista, ao expandir o ensino profissional visa abrir novos canais de formação para a população. Ambas as autoras reforçam a ideia de que a educação profissional pública configura

investimento válido para a sociedade, sobretudo quando voltadas ao atendimento das demandas de trabalho.

Para Moretto (2001) as políticas voltadas ao mercado de trabalho ganharam mais evidência com o crescimento do desemprego, ao minimizar os efeitos de ajuste provocados pelas mudanças político-econômicas apresentadas na década de 70; e corrigir falhas de mercado na alocação de recursos humanos, levando o Estado a intervir sobre a oferta e demanda de trabalho, ao incentivar os jovens a permanecer mais tempo nas escolas como forma de obterem mais qualificação ao trabalho.

A qualificação profissional passou a ser uma dimensão fundamental para a empregabilidade a partir dos anos 90 sendo eixo de interesse estratégico de políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho, seja para a manutenção do trabalhador em um emprego ou recolocação diante de sua condição de instabilidade diante da acirrada competitividade do ambiente empresarial. (HOLANDA, 2017)

Dentre as políticas e programas de qualificação profissional de um conjunto de ações governamentais que interferem no mercado de trabalho, as que criam oportunidades para sucesso e ou acesso ao emprego podem mudar a alocação de mão de obra empregada, capacitar a população para novos empregos, reciclar e intermediar trabalhadores para um segmento de trabalho (HOLANDA, 2017).

A oferta pública do ensino profissional no nível médio majoritariamente promovida pelas escolas da rede estadual, abriga a maioria dos aspirantes a uma certificação profissional ao final da Educação Básica. (RAMOS, 2009).

E para as classes populares, o acesso a esta formação na educação básica é condição necessária, ainda que não o suficiente, para uma qualificação humana que as capacite, segundo Frigotto (1994).

Garcia (2012) apresenta que a partir do incremento de novos setores na economia, a qualificação profissional deixou de ser uma atividade compulsória aos pobres, tornando-se uma opção para uma nova parcela da sociedade, a classe popular urbana. (GARCIA, 2012).

Com isso, os governos no enfrentamento da inércia da situação de desemprego, pode intervir com políticas ativas para elevar a eficiência locativa do mercado de trabalho, sendo essas a de formação e reciclagem de profissionais para alinhar a oferta de trabalho com as demandas de empregos. (RAMOS, 2009)

Para tanto, Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007) apontam que no Brasil o movimento educacional mais recente tem sido no sentido de instituir um arcabouço legal visando configurando uma educação profissional complementar ao ensino médio, ao mesmo tempo terminal e propedêutico.

A divergência da oferta de ensino médio apresentou contestação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961 que apresentou a conciliação entre os ensinos ofertando, nas escolas técnicas, disciplinas optativas para variação do currículo. Mas a articulação dos ensinos é conferida, com a LDB em 1971, onde o ensino técnico é ofertado no nível médio no final do ciclo de formação.

No entanto, é com a LDB em 1996 que toda a educação é apresentada como sendo vinculada ao trabalho e para a cidadania. (PEREIRA E PASSOS, 2012). Desta forma, a educação profissional apresenta-se como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” (BRASIL, 1996).

Embora Cunha (1977) critica que o planejamento do ensino médio profissional na década de 70 seja em consonância com as necessidades do mercado do trabalho local, pois não se tinham dados quantificados de que haveria escassez de técnicos industriais de nível médio na ocasião.

O que também é confirmado por Xavier (1986), que a expansão do ensino profissional se configura na oferta de ensino com concepção *taylorista*, que objetiva atender a necessidades imediatas do mundo do trabalho, mesmo que a formação não se mostrem correspondentes às exigências demandadas no mercado de trabalho.

A construção da educação profissional como política pública, corporificaram-se no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e na Lei nº 11.741, de 2008. (PEREIRA E PASSOS, 2012). Apresentando-se como uma das formas, a articulada ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, onde a primeira apresenta o retorno da oferta da educação média e profissional em um único curso, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica. (BRASIL, 2012)

2.3 A política de educação profissional em Pernambuco

Para o conhecimento sobre a oferta de ensino médio profissional e educação integral na política de educação profissional do estado de Pernambuco e o seu processo de gestão, implementação e funcionamento, foram recepcionadas a este estudo, as referências de Dutra (2013), Souza (2014) e Silva (2013) que fazem revisões e contextualizações sobre esses temas norteadores iniciais deste estudo.

Souza (2014) apresenta uma completa trajetória da educação profissional realizada em seu estudo sobre o ensino médio integrado à educação profissional em Pernambuco. A partir desta, relata-se que a expansão da educação tecnológica sustentada pelo Estado tem o interesse de suportar e dinamizar a economia produtiva no país e contribuir para o seu desenvolvimento.

Sobre o interesse governamental na educação profissional em Pernambuco, Souza (2014) menciona que as mudanças e recepções sobre educação profissional nas legislações brasileiras, fomentaram nos estados, em maior ou menor proporção, o interesse pela organização de suas redes de Educação Profissional, a fim de preparar a sociedade para atender a uma demanda crescente do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

Desta forma, relata que em busca da expansão e do fortalecimento da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, foi instituído no estado um grupo de trabalho responsável pela formulação da política pública de Educação Profissional de Pernambuco. E posteriormente, estruturada a Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP-PE), órgão executor e estratégico para a consolidação da política profissional na rede estadual de educação.

Como propõe Kuenzer (2010); há metas que precisam ser priorizadas, cuja efetivação torna-se necessário vultoso financiamento, a ser equacionado por estratégias de colaboração no âmbito da institucionalização do Sistema Nacional de Ensino.

Contudo, apenas a ampliação do acesso e a busca pela qualidade não devem justificar a inércia da expansão da oferta do ensino público profissional e tecnológico, como também não atendem às necessidades de participação social e produtiva.

2.3.1 O ensino médio integrado ao profissional em Pernambuco

O ensino médio integrado à educação profissional ofertado na política educacional integral do estado de Pernambuco em unidades ETE é destinado para alunos de faixa etária entre quatorze aos dezoito anos de idade. E tem por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (BRASIL, 2012).

No que tange ao ensino integral e que corresponde o ensino médio integrado ao ensino profissional nas unidades ETE em Pernambuco, este apresenta, como atualização da orientação teórico-metodológica, os pilares da educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): o aprender a ser, a conviver, a conhecer e a fazer. (SEE-PE, 2008).

Dutra (2013) trata sobre a educação integral como uma realidade no ensino médio em Pernambuco através do seu processo de implementação na política de educação do estado, apresentando a associação efetiva entre as disciplinas propedêuticas e de formação técnica com o trabalho, a ciência e a tecnologia como formação do ensino médio integrado a Educação Profissional, ao buscar a compreensão do estudante na sua integralidade como ser.

Sobre os investimentos da educação profissional e integral em Pernambuco, também trata Dutra (2013) ao mencionar que a decisão de transformar o programa de educação integral, ainda experimental em 2008, em Política Pública estava alinhada à meta proposta pelo governo do estado de melhoria da qualidade do ensino e reestruturação do Ensino Médio a partir da legislação que trata a criação deste programa.

Souza (2014) em defesa à educação profissional no ensino médio integrado em Pernambuco, apresenta que a proposta de política pública nesta orientação não só oportuniza a formação de cidadãos produtivos, como também prepara pessoas capazes de perpassar a execução de um determinado trabalho sendo percebidos por si mesmos como agentes promotores de mudança em uma sociedade.

Sendo assim, reforça-se a proposta político-pedagógica da política de educação profissional e integral do Estado de Pernambuco, que apresenta o ensino médio integrado ao ensino profissional como uma forma do jovem, ao final de sua

formação básica, ter uma habilitação técnica ao mercado de trabalho, como também o acesso a informações sobre a profissão que almeja seguir, assim como apresentar diversidade de opções de escolhas na sociedade ao final de sua formação.

2.3.2 Funcionamento da política de educação profissional de Pernambuco

O Plano Nacional de Educação (PNE) propõe apresentar indicadores que permitem acompanhar o desenvolvimento da educação no tocante às metas estabelecidas, o acompanhamento dos investimentos e a avaliação dos resultados, conferida no desempenho no IDEB, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A política de educação de Pernambuco tem como verificador do seu funcionamento, os bons resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹ para o ensino médio das escolas públicas, que desde 2007 atinge a meta nacional.

Ainda assim, o estado tem o seu próprio indicador, o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE)² com mesma metodologia do IDEB, a fim de diagnosticar e avaliar o desempenho das suas escolas, e que apresenta resultados crescentes a cada ano. (PERNAMBUCO, 2014).

Santos (2016) apresenta que o PMGP– ME impulsionou os investimentos na educação do estado com foco em resultados, sobretudo, aferidos pelos indicadores educacionais do estado, IDEB e IDEPE como forma de parametrizar o foco da gestão na qualidade.

A utilização de indicadores na política pública ressalta a importância de avaliação, pois esta direciona e propõe mudanças para melhorias na qualidade. Segundo Chirinéa e Brandão (2015) o IDEB, passou a ser, além de propositor de

¹ Índice criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos. Calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

² Índice composto pela proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, aferidos pelo SAEPE no 3º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, e pelas taxas de aprovação no ciclo avaliado. Assim, o cálculo para sua obtenção resulta da multiplicação da nota média do SAEPE na escola pelas taxas médias de aprovação (PERNAMBUCO, 2008)

políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade.

E para Souza e Oliveira (2003), os resultados dos sistemas de avaliação, como o IDEB, influenciam a formulação e a implementação de políticas educacionais quando utilizado como parâmetro de qualidade na área educacional.

Dada a eficácia desta ferramenta, a partir de 2008, passa a recepcionar o ensino médio em sua base; que desde então, para as escolas públicas, tem alcançado também a média nacional, com destaque aos melhores desempenhos para as escolas com tempo integral. (PERNAMBUCO, 2014)

Para que o PNE possa cumprir suas finalidades sobre o ensino médio integrado ao profissional, tem-se a importância do estabelecimento de uma base de dados devidamente tratados para permitir o acompanhamento dos indicadores de acesso, permanência e sucesso em séries históricas, articulados a dados de emprego e renda.

Deluiz (2003) apresenta que a análise de acompanhamento de egressos é uma das formas de análise para a avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional. O que reforça a relevância de propor a avaliação dos alcances do funcionamento da política pública da educação profissional a partir da absorção no mercado de trabalho.

São apontadas críticas sobre a qualidade da educação ser conferida pelo acompanhamento dos resultados desses desempenhos, como apresenta Kuenzer (2010), que a ausência dos mecanismos de financiamento acaba por ser uma proposição de compromissos à política do que um efetivo documento de planejamento a orientar objetivamente as ações.

Pacheco (2012) apresenta que para a educação profissional, a única fonte regular de financiamento, por meio de transferência obrigatória, é de âmbito estadual a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para a oferta pública de educação profissional integrada ao ensino médio regular ou na modalidade EJA.

No entanto, Pacheco (2012) ressalta também que os recursos do FUNDEB são insuficientes para atender às necessidades da educação profissional técnica, o que

dificulta a construção, a implementação e a coordenação da execução de uma política pública nesse domínio.

A parceria pública privada apresenta-se como alternativa para os investimentos em educação no Brasil, segundo Fernandez et al. (2019), se dá para melhorar a execução dos seus serviços diante dos problemas enfrentados pelos governos, devido às deficiências de gestão dos seus recursos e às crescentes restrições financeiras, em busca de promover educação de qualidade para todos e com infraestrutura adequada.

Desta forma, permite a delegação de atividades acessórias da administração pública e a utilização da expertise de empresas de natureza privada, na realização de atividades de cunho público, com o intuito de auferir maior eficiência e a tão desejada excelência na prestação do serviço público.

No estado de Pernambuco, Leite (2009) apresenta que no período de 1999 a 2002, não possuía projeto direcionado a fortalecer as políticas públicas de educação o que favoreceu a entrada do setor privado no seu campo de responsabilidade.

Mas em 2004, a partir da experiência de parceria público privado desenvolvida pelo projeto na unidade escolar Ginásio Pernambucano, com investimentos da iniciativa privada empregados na reforma do prédio e na compra de equipamentos, alavancou a atuação das empresas privadas nas questões educacionais em Pernambuco.

Segundo Silva (2013), confere-se no estado o Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) em unidades Centro de Ensino Experimental, a partir de Termo de Cooperação Técnica, visando a promoção de acordos estabelecidos através de uma parceria entre o setor público e entidades da sociedade civil corresponsável representadas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)³.

³ Instituição privada sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar a sociedade em geral e, em particular, a classe empresarial, segundo a ética da corresponsabilidade, a fim de produzir soluções educacionais inovadoras e replicáveis em conteúdo, método e gestão. (Magalhães, 2008, p.10)
Criado em 2000, como fruto da mobilização de um grupo de empresários da iniciativa privada que naquele momento dedicavam-se à recuperação da estrutura predial e da revitalização do acervo do centenário Ginásio Pernambucano. (Silva, 2013, p. 65)

Conforme o Convênio de Cooperação Técnica, a parceria instituída entre o setor privado e o público objetiva promover melhorias na qualidade da educação pública de ensino médio em Pernambuco (PERNAMBUCO, 2003).

Sendo para a Secretaria de Educação, a atribuição da concepção, planejamento e execução das ações do ensino médio; e para o setor privado, contribuir com os recursos técnicos, financeiros e materiais conjugado com ações comunitárias/sociais com a atuação dentro da escola desenvolvendo projetos e programas de formação a partir da potencialidade dos estudantes e demandas dos cursos ofertados.

O funcionamento da educação profissional de nível médio integrada em Pernambuco com a estruturação desta política no estado, se dá com articulação privada, a partir da experiência de parceria público privada na ETE Cícero Dias.

De acordo com Silva (2013), contribui com a implantação de métodos mais eficientes de gestão, com a cultura do monitoramento dos resultados e com a modernização da infraestrutura. Mas também, apresenta dificuldades no processo de implementação, conferidas pela rigidez com que a matriz curricular do ensino médio e a dificuldade de relacionamento existente entre os educadores da base comum e técnica, o que fragmenta a execução de integração da política.

Contudo, os incentivos a formação profissional integrada na política pública de educação do estado de Pernambuco diante da demanda nos diferentes segmentos que compõem o mercado de trabalho e das atividades produtivas da região metropolitana, tem apresentado coerência ao que se espera no PEE, ao investir na educação profissional integrada ao ensino médio; voltada a atender as demandas de mercado onde localiza-se a escola deste estudo, sendo o de Tecnologia da Informação e Comunicação conferida na Região Metropolitana do Recife.

2.3.3 Modelo de Processo de análise para avaliação da política

A importância de analisar política pública por meio do processo de avaliação, Castioni (1999) questiona que a avaliação de impacto de política pública apresenta relevância para uma gestão pública conhecer os seus efeitos, no entanto ainda era pouco implementada; no tocante à educação profissional, era tratada dentro do

aspecto de qualificação voltada aos trabalhadores desempregados e sob conformidade técnica ao trabalho.

Parente (2018) apresenta que existem muitas resistências para a realização de avaliações de políticas educacionais o que afeta a visualização de seus resultados efetivos, sejam a partir das dificuldades de aceitação de determinados critérios na condução de avaliações; desafios de se articular objetivos de avaliação a adequação à avaliação; ou resistências ao emprego de determinados métodos e técnicas já utilizados em outras áreas.

As políticas de educação integral que neste estudo é apresentada integrada ao ensino profissional de nível médio, segundo Parente (2016), apresentam-se de várias formas no Brasil e são configuradas com a participação, negociação e indução de diferentes esferas públicas e privada; e implementadas pelo Poder Público ou por meio de parcerias público-privadas.

Ainda segundo Parente (2018), a análise de política pública pode-se, por exemplo, descrever o que governo faz na área da educação, buscar entender as causas e os determinantes de certa política educacional e avaliar as consequências dessa mesma política na população-alvo.

A fim de verificar existentes estudos sobre o modelo de gestão por resultados de Pernambuco, que aportou todos os investimentos sobre o programa de educação integral que responde às unidades ETE sobre a educação profissional integrada, e portanto a temática interessada à este estudo, tem-se a referência a Germano (2015), Souza (2015) e Barbosa; Vital e Xavier (2019).

Germano (2015) avalia o impacto da participação do Pacto pela Educação (PPE) e PEI, em seu estudo apresenta que no PEI é significativamente positivo para os índices de aprovação, e negativo para os de abandono, e argumenta ser um resultado bastante positivo, pois mostra que o aumento do tempo diário de permanência dos adolescentes nas escolas, além de ter um efeito social significativo, melhora os resultados educacionais.

Quanto à política de gestão por resultados do PPE, esta gera impacto positivo e significativo sobre o IDEPE e o efeito da participação no PEI também se apresenta significativamente positivo, em que considera que o fato de ter jornada ampliada de ensino repercute de forma positiva e significativa sobre este indicador.

Souza (2015) apresenta como estudo central a avaliação da eficácia da educação integral nas ETE na perspectiva gerencial das unidades, desta forma é apresentado que o modelo de gestão do estado está sendo cumprido e tendo eficácia no âmbito da educação, com a menção dos bons resultados nos indicadores e as devidas argumentações sobre a avaliação do planejamento estratégico diante da execução da política educacional.

Os modelos para análise de políticas públicas têm representação no seu planejamento a fim de mostrar como o projeto de lei atua em uma sociedade através de um modelo de atuação de política pública. Desta forma, o modelo de processo é utilizado para análise de políticas públicas segundo Barbosa; Vital e Xavier (2019).

Segundo Viana (1996), este pode ser um dos métodos de análise de uma política pública desenvolvido por Cohen e Franco (1993) com o objetivo de verificar a ação do estado através de uma política pública implementada na sociedade considerando as variáveis de relação que a estabelece dentro de uma sociedade e assim retratar por diagnósticos a sua aplicação e assim fazer análise sobre a situação atual.

Como apresenta Parente (2018), que a avaliação de política em educação, trazem novas perspectivas metodológicas a fim de proporcionar estudos de avaliação de políticas na área da educação que contribuam para a visualização dos resultados das políticas.

Desta forma, compreender o entendimento da dinâmica da política educacional e o aspecto analítico do ciclo da política, como apresenta Dye (2009), propõe conhecer as estruturas e o agrupamento de atividades para sua execução; os participantes e instituições na atuação social; e implementação no cumprimento dos alcances e objetivos de uma política pública.

No tocante à política pública educacional, o modelo de processo apresenta-se como forma de analisar o envolvimento e funcionamento dos atores participantes de uma política no processo de implementação e funcionamento estratégico de unidades escolares.

Como é retratado em Teixeira (2008), sobre a Análise da implementação e planejamento de unidades de ensino na Bahia, que este processo possibilita a correção dos rumos das políticas, reduzindo os seus custos de execução,

monitoramento e avaliação e, portanto, contribuindo para melhorar a eficiência da ação do Estado.

Uma vez que uma unidade de ensino engloba atividades de naturezas distintas, que dentre muitas, requerem o envolvimento do processo político e pedagógico, os diversos atores envolvidos com a unidade de ensino, articulação e liderança do dirigente, a tomada coletiva de decisões e o conhecimento das normas e procedimentos para aplicação dos recursos financeiros provenientes (TEIXEIRA, 2008).

O modelo de processo na educação profissional pública, pode ser exemplificado a partir de Dorneles (2011) ao investigar os indicadores que revelam e contribuem com o desenvolvimento da educação profissional no Brasil utilizando a abordagem acerca do ciclo de políticas públicas apresentando as etapas do processo de formulação de uma política pública relacionada a política de educação profissional de forma a contribuir com o desenvolvimento local.

Segundo Parente (2018), uma das possibilidades analíticas de políticas públicas seria considerar o ciclo da política pública ou suas fases como um exercício para melhor compreendê-las. Apresentando-se nas etapas de definição de agenda pública; formulação da política; tomada de decisão; implementação; avaliação e revisão ou término. (DORNELES, 2011).

Souza (2016), vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. Portanto, pode compreender, diagnosticar, solucionar e enfrentar um problema, que no contexto a que trata este estudo, está associada à melhoria da qualidade da educação básica, conforme afirma Parente (2018).

Barbosa; Vital e Xavier (2019) em seu estudo sobre a análise do funcionamento de unidades de ETE, apresentam a discussão sobre a expansão da educação profissional em Pernambuco sobre a perspectiva do modelo metodológico de processo de avaliação política; a fim de compreender o funcionamento das unidades quanto ao processo de implementação da política de educação profissional. Assim, analisam o envolvimento dos atores participantes e explica o processo de implementação no contexto da sua interiorização no estado mediante a dinâmica econômica local.

Conclui-se, para os Barbosa; Vital e Xavier (2019), que o processo de expansão no interior do estado cumpre parcialmente com metas estabelecidas do PEE; e quanto a oferta de profissionais para o setor, tende a apresenta maior representatividade em números de empregados ao passo que forem sendo gerados mais estudantes formados, pois o ingresso aos cursos apresenta-se substancial nos anos 2016 e 2017. Mas, observou-se conformidade dos tipos de cursos ofertados pela rede com o setor econômico em análise.

A análise do modelo de processo, de acordo com Barbosa; Vital e Xavier (2019), apresenta-se como compreensão das estruturas, agrupamento de atividades da política de educação técnica profissional de Pernambuco, através da visualização do processo político de identificar problemas, organizar agenda, formular, legitimar, implementar e avaliar atividades em torno das abordagens de funcionamento e adequação da formação técnica aos trabalhadores.

Busca-se com o modelo de processo, conhecer o processo de funcionamento das unidades ETE tendo em vista sua formação como política pública sobre a ótica do modelo de processo que tem como intuito perceber a ação de uma política na sociedade frente a sua motivação dada por um atendimento a uma necessidade e que comporta consequências.

As implicações desta análise contribuem para o entendimento do alcance dos objetivos da política estadual de educação embasada em um planejamento que segue as etapas de funcionamento de uma política e que atende ao Plano de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco.

Conforme Barbosa; Vital e Xavier (2019), em um horizonte a longo prazo, a partir do monitoramento e avaliação das metas estabelecidas a curto prazo, espera-se conferir a expectativa de qualidade no ensino da rede pública, sobre os seus indicadores de avaliação de desempenho; e sobre a motivação da política de capacitação profissional atrelada a formação educacional básica do estudante para o atendimento das demandas produtivas proferidas no estado de Pernambuco.

2.4 Formação técnica de nível médio e mercado de trabalho

O nível de escolaridade é um requisito importante para as exigências na contratação no mercado de trabalho dada a competitividade, e quando há a situação

de elevado desemprego, a grande oferta de mão de obra faz com que este critério de seleção seja ainda mais necessário, deixando de ser tão somente para desempenhar uma função (SABOIA, 2009).

O desemprego é um dos problemas tradicionalmente enfrentados pelos governos, que buscam amenizar seus efeitos com a criação de estratégias voltadas a geração de oportunidade de emprego e renda (AZEREDO; RAMOS, 1995). Neste sentido, a educação se apresenta como suporte para a criação de competências que capacitem a população para os desafios do mercado de trabalho.

Desde o início do século XXI, segundo Macedo (2017), os avanços das novas tecnologias e o aumento dos investimentos nos mercados emergentes são fatores que provocam a necessidade de ampliação da formação de profissionais qualificados tendo em vista atender a demanda de uma economia em expansão.

Embora a percepção da qualificação, no início do milênio, ainda tivesse um impacto indireto e de baixa intensidade sobre o mercado de trabalho, ela estava em consonância com o entendimento institucional da criação da escola.

Conforme Manfredi, (2002), escola foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social, essa fundamentação da escola, atendia às demandas de uma sociedade que não existe mais, e por isso, a pertinência da reformulação desse pensamento.

O potencial da formação profissional consiste em proporcionar ao indivíduo o desenvolvimento de habilidades e competências aliado ao conhecimento técnico-científico que sirvam de alicerce para a atuação profissional, e assim mobilizando pensamentos, valores e ações mais edificantes de forma a contribuir às necessidades do ambiente profissional.

Sobre a pertinência da articulação entre o ensino profissional no ensino médio, segundo Ramos (2011), justificam-se em proporcionar uma alternativa de formação e de profissão àqueles que não deverão ingressar no ensino superior, expressando a histórica dualidade educacional.

Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007) conferem que a educação técnica propicia ao trabalhador a formação centrada no desenvolvimento multidimensional, capaz de habilitá-lo para o exercício de diversificadas funções, rejeitando adestramentos direcionados para tarefas específicas.

Desta forma, as exigências de profissionais no mercado de trabalho atual têm sido por pessoal com competências polivalentes e multifuncionais para atender a dinâmica de produtividade dos diversos sistemas produtivos organizacionais. (OLIVEIRA e RIOS NETO, 2007). Visto isto, a política estadual de educação profissional no ensino médio apresenta-se para minimizar a lacuna encontrada no mercado de trabalho.

No entanto, segundo Oliveira (2003), deve-se considerar que esta formação não garante que a inserção ao trabalho ocorra, por não ser entendida tão somente como um instrumento de mobilidade social ou empregabilidade.

Mas reforça o discurso da importância da educação escolar para reduzir a exclusão, como também, fortalece a identidade do ensino médio sobre as novas demandas de conhecimento e competências. KRAWCZYK (2011).

Melo e Leonardo (2019) apresentam, a partir de relatos de estudantes de ensino médio em escolas públicas estaduais, que embora alguns estudantes considerem que frequentam o ensino médio para adquirir mais conhecimentos, o aprender em si não é o argumento mais relevante.

A necessidade de adquirir mais conhecimentos para conquistar melhores chances no mercado de trabalho reflete a concepção da formação das escolas técnicas no Brasil, ao conferirem necessidades pontuais e imediatas do mundo do trabalho, embora busca-se formar profissionais capazes de compreender e de enfrentar as mudanças presentes e futuras, conforme apresentam Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007).

Ainda por Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007), a oferta de educação técnica de nível médio no Brasil possibilita àqueles que concluem esse nível de ensino o exercício imediato de uma ocupação. Nesse entendimento, Cunha (1977) aponta que a formação profissional possibilitaria vencer a frustração de uma parcela de jovens egressos do ensino médio que, sem nenhuma habilitação profissional, têm como alternativa o caminho, inacessível para um enorme contingente deles, dos cursos superiores.

Desta forma, segundo Souza (2014), a formação dos profissionais necessita acompanhar as transformações e exigências do mercado de trabalho, assim, revisar o planejamento pedagógico dos currículos escolares a fim de desenvolver

competências necessárias à inserção no mercado devem ser considerados na formulação das políticas públicas educacionais para o ensino médio.

2.4.1 O contexto da importância da educação profissional integrada

A integração do ensino médio ao profissional permite o conhecimento dos estudantes sobre uma área profissional e as suas perspectivas, o que faz com que estes saiam do ensino básico com preparação para o mercado de trabalho ao mesmo tempo que compõe uma base comum curricular humanística e técnica (VIEIRA; PINHEIRO e VIEIRA, 2017).

A concepção de formação profissional de trabalhadores por competência profissional se respalda na perspectiva de proporcionar uma formação que possibilite a este trabalhador maior empregabilidade frente às necessidades do mercado de trabalho, com qualidade de formação.

Segundo Souza (2011), a formação educacional contínua e planejada visa contribuir de maneira decisiva para que ensino, empregabilidade, desenvolvimento econômico e social, no intuito que sejam realmente difundidos e internalizados pela sociedade na concepção do desenvolvimento local.

A educação profissional de nível médio integrada possibilita um atrativo aos jovens pela vinculação do ensino ao mercado de trabalho e, assim, ao futuro profissional, segundo Ramos (2011); ao oportunizar na formação básica, a obtenção da profissionalização.

Pereira e Passos (2012) apresentam a educação profissional técnica com a educação propedêutica de nível médio no sistema de ensino brasileiro, atentando para a distinção de interesses de formação no ensino médio e o ensino profissional ofertado, sendo o primeiro a fim de preparação ao ensino superior e o segundo, especificamente à formação de profissionais para o trabalho.

Segundo Oliveira e Rios Neto (2007), os processos de trabalho da configuração social atual têm valorizado mais o “saber a ser” e o “saber aprender” do que o “aprender a fazer”.

Segundo Ciavatta (2005), a formação integrada busca garantir ao jovem, direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

Pais (2006) ressalta que a qualificação profissional corresponde ao bom desempenho da atividade profissional, sendo necessário investimentos por parte de políticas públicas para a formação dos jovens.

Kuenzer (2010) apresenta que a oferta da modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio na rede pública apresenta para os jovens de classe média, uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho, de continuidade dos estudos em nível superior e de ascensão social.

Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007), o fato dos concluintes do ensino técnico de nível médio conseguirem, além do domínio de determinada técnica, acumular conhecimentos propedêuticos suficientes para que concorram com iguais condições ao ingresso no nível universitário com os formados em ensino regular, mostra o potencial da integração da formação propedêutica e a técnica.

Desta forma, desenvolver capacidades e saberes práticos e úteis ao mercado de trabalho reforçam os investimentos voltados ao ensino médio integrado na rede de ensino público.

Kuenzer (2007) aponta as bases da formação profissional integrada ao ensino médio, quando relata ser adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos, sendo flexível e não só permitindo a formação especializada em uma determinada ocupação.

Sobre a percepção da oferta de formação profissional no ensino médio integrado para as decisões de empregabilidade, pode ser verificada a partir da discussão de Firmino e Silveira Neto (2015) que relacionam duas variáveis que podem condicionar a escolha profissional, e conseqüente a opção por um determinado curso; são elas, a falta de informação, que traria indiferença entre as alternativas disponíveis, e a taxa de desemprego, por carreira, o que pode ser desaconselhável, dado que a observação se refere a um período observado, que pode não traduzir o comportamento futuro do mercado.

2.5 Mercado de trabalho pernambucano e absorção dos egressos

Sobre o mercado de trabalho, verifica-se que a política de educação profissional de Pernambuco, é potencializada no ano em que os resultados de

evolução de emprego formal no país, fornecidos pelo portal da RAIS⁴, apresenta uma trajetória crescente nos anos 2003 a 2007, com destaque a este último ano com o aumento de 6,98% em relação ao anterior (RAIS,2007).

Sendo este, um cenário de otimismo para a empregabilidade no cenário nacional, ainda mais pelo alcance do inédito volume de empregos formais superior a dois milhões desde o início dos registros da RAIS em 1985.

Pernambuco acompanhou este movimento apresentando neste mesmo período um aumento de 6,62% no seu estoque de empregos em relação a 2006 (RAIS, 2007) e em 2008 alcançando uma variação de emprego formal de 6,24%, maior que a nacional no mesmo ano, sendo superada em 2010 com 11,36% de admissões do mercado de trabalho.

Enquanto na sua rede de educação muitas mudanças na legislação e composição da estrutura política ocorreram, diante da reformulação na gestão governamental. Para a educação profissional, a criação da Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP)⁵ e o programa de educação integral, nos anos seguintes, culmina em grandes transformações no ensino médio do estado. (DUTRA, 2013).

Desde 2010, o Brasil tem apresentado quedas na evolução de empregos formais, tendo como potencial motivador, o reflexo da conjuntura recessiva que atingiu o país.

Nos anos de 2015 e 2016, apresentaram-se resultados negativos chegando, neste último, a expressiva redução de mais de dois milhões de empregados (RAIS, 2019), quando a severidade da crise econômica foi percebida no mercado de trabalho. Só nos últimos anos (2017 e 2018) volta a apresentar crescimento em alguns setores econômicos. No entanto para a população jovem de até 29 anos de idade registraram retração em sua quantidade de vínculos empregatícios.

Neste período, em Pernambuco, a expansão da educação profissional é sustentada, mais que dobrando a quantidade de ETE no estado; no entanto, o número de empregos formais apresenta em 2012, o início de uma expressiva queda,

⁴ Importante instrumento de coleta de dados do setor do trabalho para a gestão governamental.

⁵ Unidade gestora responsável por formular, programar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de educação profissional em nível técnico para assegurar e consolidar os avanços da educação técnica no Estado. (Pernambuco, 2019)

o que não acontecia desde 2008, acompanhando este movimento negativo até 2016, onde retoma timidamente, o aumento do número de empregados segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)⁶ (2015).

Com isso, tem-se discussões quanto as implicações e motivadores do ingresso ao trabalho frente as oportunidades apresentadas, sendo estas conferidas neste estudo como forma de compreender a absorção dos jovens que tratam a amostra deste.

A política de educação profissional promove um aumento de técnicos de nível médio, ainda mais para o quantitativo de vagas para técnicos oferecidas por empresas dada condição de desemprego apresentada, percebem-se os desafios quanto a empregabilidade em Pernambuco no período amostral deste estudo, mediante a baixa oferta de empregos no mesmo momento em que os estudantes formados na ETE em estudo são egressos ao mercado de trabalho.

Segundo Saboia (2009), com a oferta de mão de obra abundante, pode-se exigir o nível médio para ocupações menos qualificadas, no entanto Menezes-Filho (2012) afirma que aumento geral da qualificação de mão de obra, expresso pelo aumento da escolaridade da população ao longo dos anos, tem sido absorvido, pelo menos em parte, pela economia, que não só emprega cada vez mais pessoas qualificadas, como também aumenta proporcionalmente seus salários.

Gouveia e Havighurst (1969), já apresentam que o excesso de oferta de trabalhadores qualificados favorece o surgimento de exigências mais rigorosas para o preenchimento de vagas e negociações que resultam em diminuição de salários.

Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007) concluem que isso motiva o aumento da procura pelo ensino superior após a conclusão do ensino médio, e apesar do aumento do número de vagas implementado nesse nível de ensino, a demanda permanece significativamente maior do que a oferta de empregos.

Dentre o total de 46,6 milhões de vínculos ativos em 2018, a maioria da população empregada no Brasil apresentou o maior estoque de empregos (22,7 milhões, 48,8%), as faixas de escolaridade mais elevada registraram expansão no

⁶ Autarquia da Administração Indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). Apoia e realiza estudos, pesquisas, planos e projetos nas 12 regiões do Estado. CONDEPE/FIDEM (2019).

estoque de empregos, ao passo que as faixas com escolaridade mais baixa apresentaram retração em sua quantidade de vínculos empregatícios. (RAIS, 2018).

Desta forma, nota-se que a escolaridade apresenta um diferencial na contratação, mesmo que na última década dada a situação de desemprego, não tenha conferido condição de empregabilidade.

Com a tendência estrutural de retração do mercado de trabalho, a demanda trabalho por parte da população aumenta, sendo criadas, por isso, exigências mais elevadas de escolarização para o exercício de qualquer ocupação. (KRAWCZYK, 2011).

Desta forma, novos padrões de consumo com os avanços tecnológicos, competitividade internacional e produção em escala, apresenta-se a demanda por trabalhadores mais qualificados para acompanhar essas mudanças. (RAMOS, 2009)

Kuenzer (2010) ao tratar da relação entre escolaridade e desocupação, apresenta que a baixa escolaridade é um dos fatores que dificulta a inserção no mundo do trabalho, diante da diminuição dos postos no mercado de trabalho e da disponibilidade, diante trabalhadores desempregados, mais velhos e experientes.

Contudo a taxa de desocupação dos jovens mais pobres elevou-se, mostrando que o esforço educacional deste segmento não diminui suas dificuldades de obtenção de ocupação, sendo um reflexo à complexificação do trabalho e da elevação dos requisitos de escolaridade para acesso a emprego, característicos nas demandas atuais. (KUENZER, 2010)

Schwartzman e Castro (2013) apresenta as demandas de trabalho no Brasil, em 2011 com maior participação de profissionais com formação de ensino médio, no entanto ao observar que o aumento no salário tem sido mais representativo a partir deste nível de escolaridade, sugere que mesmo com a maioria da população com formação de nível médio educacional, esta apresenta carência no atendimento às exigências de mercado, fazendo com que o padrão de qualificação de mão de obra precisa de melhorias em seu sistema educativo.

Diante desta contextualização, a discussão sobre a formação profissional integrada ao ensino médio, compreende o interesse e a importância do conhecimento sobre a realidade do trabalho brasileiro e como este está relacionado

à empregabilidade dos estudantes que passam pelo ensino público ofertado nesta modalidade.

Os investimentos na expansão da infraestrutura e os incentivos fiscais concedidos pelo estado de Pernambuco proporcionaram vantagens na atração de investimentos e empresas para aumentar a oferta de empregos.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE) e o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (PRODINPE) contribuíram para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e do emprego formal, proporcionados pelos investimentos nos setores de atividade econômica, com destaque ao industrial e ao Complexo Industrial e Portuário de Suape. (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2007).

Para concretizar a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do estado, projetos estruturadores apresentam-se como potenciais facilitadores para gerar melhoria das condições de emprego e renda, e desafiadores para a formação de recursos humanos.

Lima; Sicsú; Padilha (2007), apresentam que em termos de crescimento no estado, a consolidação de atividades terciárias de comércio atacadista, de serviços de saúde e de informática concentra-se na Região Metropolitana do Recife (RMR). Destacando-se em 2007, uma participação crescente do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no PIB pernambucano.

Assim, consolida-se em Recife, o Polo de *Software* – Porto Digital⁷, que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, a fim de produzir conhecimento localmente e exportar serviços de valor agregado. E o Polo Médico, atrelada à concentração de hospitais, clínicas especializadas, laboratórios de análises e centros de diagnósticos, suporta uma considerável infraestrutura básica de hospitais e de formação ou profissionalização. Como também o Polo de Suape, mostrando-se como o mais completo para a localização de negócios industriais e portuários da região Nordeste. (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2007)

⁷ É dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil com atuação nos eixos de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design. É um parque tecnológico urbano que promove ambiente de inovação para negócios no Estado de Pernambuco.

Diante desta política de desenvolvimento, expressivo crescimento dos empreendimentos foram aportados em Pernambuco. Seja em relação a quantidades de empresas ou em relação ao volume de bens e/ou serviços ofertados nos mercados, fica evidente a demanda, também acelerada, por maior quantidade dos fatores de produção, inclusive a mão-de-obra.

Apesar das promissoras expectativas geradas com os potenciais investimentos e projetos estruturadores apresentados para o desenvolvimento econômico de Pernambuco. Em 2012, a situação econômica do estado apresenta o início de um período de redução de empregos formais, tendo uma queda (4%) maior do que a nível nacional (2%), o que não acontecia desde 2008, movimento este que acompanhou o estado até 2016.

As principais causas que motivaram tal desempenho foram a desativação esperada de postos de trabalho, oriunda da conclusão de obras estruturantes no estado; ações judiciais sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás, Petrobrás e seus fornecedores e a retração da econômica refletida do país, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) conforme citado em TCE-PE (2015).

Em 2016, volta-se a ter aumento dos números de empregados (2,75%), porém desde 2014, dado os resultados negativos acumulados, os indicadores agregados só assumem valores positivos em 2018 com 0,62% de variação em relação a 2017 (RAIS,2018).

E é neste cenário de desenvolvimento econômico incerto que a política de educação profissional compreende os seus investimentos, na continuidade do aumento do número de unidades de ETE e no fortalecimento de sua implementação.

Nesse contexto, ao proporcionar a ampliação de ofertas de profissionalização aos seus jovens, ainda no ensino médio, o estado de Pernambuco aumenta a oportunidade de formação profissional adequada ao mercado local.

Ainda que haja um entendimento de que a carreira profissional parte de uma escolha autêntica do jovem, na condição de futuro profissional, motivada por suas habilidades natas ou desejáveis; as condições do mercado de trabalho exercem influência sobre os estudantes, tais como as expectativas de ganhos com o exercício

da carreira e as chances de ocupação, tal qual abordado por Firmino e Silveira Neto (2015).

Essa constatação é ainda mais assertiva, quando se observa o contexto das escolas técnicas, afinal com essa formação profissional, o estudante tem a oportunidade de escolher o eixo formativo, que poderá ser continuado no decorrer de sua vida profissional.

2.5.1 O caso de absorção dos egressos da ETE Cícero Dias

Quanto às informações sobre unidade de ensino abordada na aplicação dos objetivos deste estudo, a ETE Cícero Dias e sua formação profissional, foram consultados Silva (2013), Silva (2015) e Gomes de Queiroz (2015) que apresentam estudos sobre a execução da política de educação profissional integrada nesta unidade de ensino, em várias óticas de abordagem.

A ETE Cícero Dias, localizada no município de Recife, a ETE Cícero Dias integra a rede de ETE com formação técnica integrada em dois cursos voltados à Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC). Apresenta-se resultados acima da média ao longo dos anos nos indicadores de desempenho da política estadual; conferindo qualidade da unidade frente ao interesse dos investimentos empregados nos últimos anos da modalidade de educação profissional integrada em Pernambuco.

Deve-se considerar também, os investimentos da parceria público privada com a instituição Oi Futuro com o funcionamento do NAVE e C.E.S.A.R, conferem-se repasses financeiros e aporte tecnológico de equipamentos, software e profissionais técnicos, sendo um elemento estratégico dessa política e uma atuação exitosa na atuação das empresas privadas nas questões educacionais em Pernambuco. (SILVA, 2015).

De acordo com Silva (2015), a partir da Lei 12.973/2005, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE), firma a parceria com o Instituto Oi futuro⁸, para implantação de Núcleo Avançado em Educação (NAVE)⁹ na Escola

⁸ Investe em novas formas de aprender e ensinar com o NAVE nas ações de Educação para melhorar a vida das pessoas e transformar a sociedade. Impulsiona iniciativas colaborativas e inovadoras, fomenta experimentações e estimula conexões que potencializam o desenvolvimento pessoal e coletivo. *Site* da instituição (2020). Disponível em <https://oifuturo.org.br/o-instituto/>

Técnica Estadual Cícero Dias, voltado para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções educacionais utilizando das tecnologias da informação e da comunicação no Ensino Médio, oferecendo os cursos de Multimídia e Programação de Jogos.

Silva (2013) apresenta que o NAVE Recife, conta com a parceria do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R)¹⁰, que mediante informações do *site* da instituição, proporciona a formação técnica nos cursos ofertados do Ensino Médio Integrado de tecnologias da informação e da comunicação; como também impulsiona os estudantes para participação de eventos nas áreas de *games* e tecnologia; e facilita o posicionamento profissional na área, tornando-os qualificados e aptos para serem inserir no mercado de trabalho.

A escolha dos cursos o alinhamento às demandas do mercado de trabalho do segmento da empresa parceira Oi Futuro e C.E.S.A.R; os investimentos na infraestrutura das instalações das unidades como laboratório e salas de aula climatizadas e com recursos tecnológicos como lousa digital e computadores.

E a disponibilidade de equipamentos eletrônicos e softwares para práticas, conforme apresenta Silva (2013), se dá por iniciativa da empresa parceira, a Oi Futuro, e conferem significativas contribuições da parceria público privada estabelecida com a SEE-PE.

Ainda segundo Silva (2013), cabe à SEEP, a manutenção parcial da escola, o provimento e formação continuada dos profissionais da educação da base curricular comum, a construção da matriz curricular; a ocupação da gestão administrativa da unidade escolar, que se atem ao papel de fiscalização e regulação mediante os mecanismos de avaliação da qualidade da educação promovida pela rede estadual.

⁹ Programa desenvolvido desde 2006 pelo Instituto Oi Futuro em parceria com as secretarias estaduais de educação do Rio de Janeiro e Pernambuco, oferece ensino médio profissionalizante, formando jovens para as economias digital e criativa, com foco na produção de games, aplicativos e produtos audiovisuais. *Site* da instituição (2020). Disponível em <https://oifuturo.org.br/instituto/educacao/>

¹⁰ Centro privado de inovação que forma pessoas e impulsiona organizações, ao identificar, potencializar e concretizar suas estratégias digitais, tendo como um dos eixos de atuação o da Inovação na Educação e Competências do futuro, ao criar experiências inovadoras de aprendizagem para desenvolver pessoas. *Site* da instituição (2020). Disponível em <https://www.cesar.org.br/index.php/portfolio/nave/>.

É uma das empresas que integra o Porto Digital, um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil, localizada em Recife. *Site* da instituição (2020). Disponível em <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/iniciativa-privada-governo-e-universidades>

Contudo, salienta-se que as informações sobre a parceria público privada na ETE Cícero Dias na política de educação profissional integrada é relevante para ser considerada na análise deste estudo, visto que é uma particularidade que não se encontra como realidade em outras unidades ETE do estado.

A interpretação dos dados deste estudo versa sobre a análise da absorção dos egressos a partir dos resultados aplicados à unidade ETE Cícero Dias, ao compreender os dados de mercado de trabalho e ocupação dos egressos em empregos formais desta unidade.

Para a análise do estudo, portanto, consideram-se a oferta dos cursos, a absorção dos seus egressos e o funcionamento da unidade; como também, identificar conclusões sobre o que propõe a implementação da política de educação profissional no ensino médio no estado de Pernambuco.

3. A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

Neste capítulo, serão abordadas as temáticas sobre formação e oferta pública de educação profissional integrado no ensino médio no Brasil; em Pernambuco; e em Recife, a partir da ETE Cícero Dias.

3.1 O cenário da oferta pública de educação profissional integrado no ensino médio no Brasil

A educação profissional é uma das modalidades da educação escolar no Brasil, que, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, tendo o ensino médio integrado ao ensino técnico como uma das formas deste ensino regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004. (BRASIL, 2008).

Segundo Manfredi (2002), a educação profissional e tecnológica no Brasil apresenta diferenciada composição sendo em nível básico, técnico ou tecnólogo, e ofertada em rede composta pelos sistemas de ensino médio e técnico em diferentes instâncias federativas, Sistema S, universidades pública e privada, escolas de grupos empresariais, escolas de sindicatos, ONGs, e cursos livres.

A educação profissional de nível médio no Brasil, seja de forma pública ou privada, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia; apresenta-se nas etapas de ensino articulada como integrada¹¹, concomitante¹² e intercomplementar¹³ (MEC,2019). E nas demais formas de oferta após a conclusão da formação básica

¹¹ Oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno (Alterações na LDB, 2008).

¹² Oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer na mesma instituição ou distintas. (Alterações na LDB, 2008).

¹³ Oferecida em instituição de ensino distintas, sendo concomitante na forma e integrado no conteúdo, mediante convênios de intercomplementaridade, visando projeto pedagógico unificado. (Alterações na LDB, 2008).

de nível médio, sendo estas o subsequente¹⁴, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹⁵ ou os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)¹⁶.

Na Tabela 1, verifica-se o número e percentual de matrículas das ofertas de educação profissional de nível médio distribuídas por modalidade e dependência administrativa no Brasil em 2019.

Tabela 1: Número e percentual de matrículas na educação profissional de nível médio no Brasil distribuídas por modalidade e dependência administrativa em 2019.

Modalidade de ensino	Total		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Médio Integrado	558.956	29,3	205.498 (36,7%)	57,6	327.160 (58,5%)	44,8	8.520 (1,5%)	32,1	17.778 (3,1%)	2,3
Normal/ Magistério	64.222	3,4	237	0,1	58.748	8,0	2.493	9,4	2.744	0,3
Concomitante	252.221	13,3	25.558	7,2	66.588	9,1	5.430	20,5	154.645	19,6
Subsequente	962.825	50,6	114.176	32,0	246.611	33,8	10.006	37,7	592.032	75,0
EJA	36.750	1,9	9.846	2,8	25.668	3,5	17	0,1	1.219	0,2
FIC concomitante	23.133	1,2	840	0,2	1.723	0,2	43	0,2	20.527	2,6
FIC integrada à EJA	4.843	0,3	729	0,2	3.773	0,5	-	0	341	0,04
TOTAL	1.902.950 (100%)		356.884 (18,7%)		730.271 (38,4%)		26.509 (1,4%)		789.286 (41,5)	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do (2019)

Verifica-se que no Brasil, mediante dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2019, o ensino profissional de nível médio confere maior número de matrículas na oferta privada (41,4%), na modalidade de ensino subsequente (50,6%). Seguido pelo âmbito público, com a maior oferta estadual (38,4%), sendo para esta dependência administrativa a maior parcela na modalidade de ensino médio integrado (44,8%).

¹⁴ Ensino profissional ofertado para quem concluiu o a formação de ensino médio, portanto, após a educação básica. (Alterações na LDB, 2008).

¹⁵ Modalidade da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Alteração LDB, 2018).

¹⁶ Qualificação profissional que objetiva a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. (Alterações LDB, 2008).

Sobre o ensino médio integrado, que confere a análise deste estudo, em 2019, apresenta o segundo maior número de matriculados no Brasil do total de oferta de ensino profissional (29,3%); mas se verificarmos o recorte para esta modalidade (327.160) em relação ao total (558.956), tem-se a maior oferta no país aportada pelo meio público estadual, portanto 58,5%.

Neste tocante, para verificar o aumento percentual de matrículas no ensino médio integrado na rede pública ao longo dos anos, dada a potencialização da oferta desta modalidade de ensino a partir de 2008, como abordado neste estudo, considera-se a Tabela 2.

Tabela 2: Matrículas na rede estadual de ensino médio integrado nos anos 2007 a 2019.

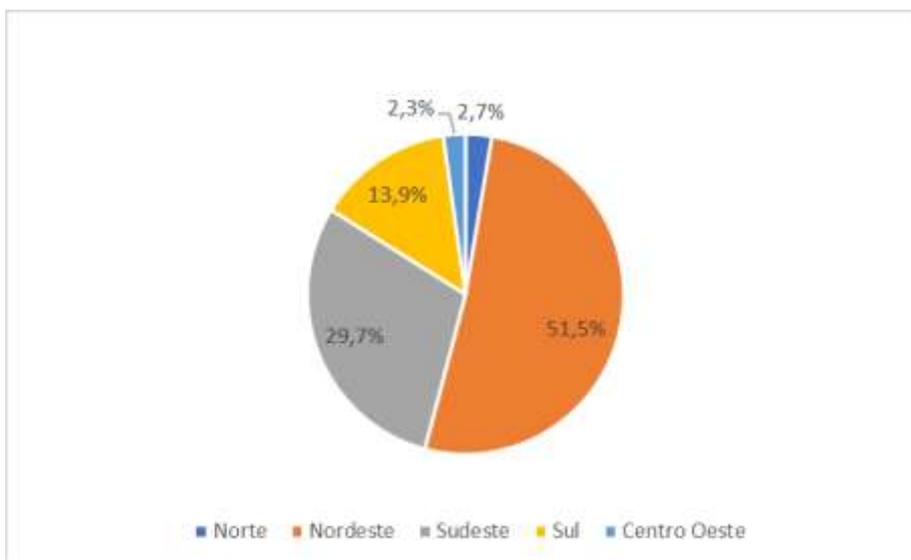
	Total de Matrículas no ensino médio integrado na rede pública estadual no Brasil	Total de Matrículas no ensino médio integrado no Brasil	Percentual de matrículas no ensino médio integrado na rede pública estadual em relação ao total ofertado no Brasil
2007	37.942	86.585	43,8%
2008	60.861	132.562	45,9%
2009	84.560	175.854	48,1%
2010	108.585	215.773	50,3%
2011	133.776	257.736	51,9%
2012	158.369	298.569	53,0%
2013	183.637	338.417	54,3%
2014	199.921	366.988	54,5%
2015	224.739	391.766	57,4%
2016	246.516	429.010	57,5%
2017	257.996	459.526	56,1%
2018	285.996	505.791	56,5%
2019	327.160	558.956	58,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2019)

Desta forma, diante dos dados apresentados na Tabela 2, a abrangência da participação da educação profissional de nível médio na rede pública estadual no país tem sido crescente, configurando uma variação percentual de 33,5%, no período de 2007 a 2019, quando se observa os percentuais de participação dos matriculados nesta modalidade em comparação com o total ofertado no Brasil.

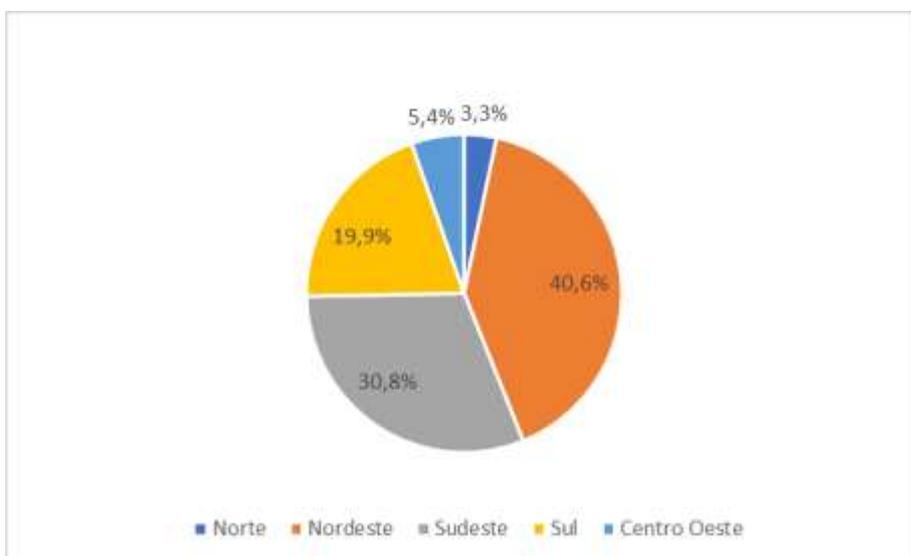
Sobre a cobertura da rede estadual de ensino no ensino médio integrado nas regiões brasileiras, tem-se no Gráfico 1 e no Gráfico 2 o percentual de matrículas e estabelecimentos ofertantes, respectivamente.

Gráfico 1: Percentual de matrículas da rede estadual de ensino médio integrado nas regiões brasileiras.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2019)

Gráfico 2: Percentual de estabelecimentos da rede estadual de ensino médio integrado nas regiões brasileiras.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2019)

Observa-se que para número de matriculados e para quantidade de estabelecimentos ofertantes, a região Nordeste apresenta a maior cobertura do ensino médio integrado na rede estadual no Brasil, seguida pela região Sudeste. Dos estados nordestinos, o Ceará e a Bahia compreendem 62% de oferta de ensino nesta modalidade em 2019, como pode ser observado no percentual na Tabela 3.

Segundo dados do INEP (2019), e que pode ser conferido na Tabela 3, a oferta de vagas da educação profissional integrada nos estados brasileiros tem o total de 558.956 matriculados em 2019, compreendendo 7% do total de matrículas do ensino médio regular e a maioria ofertada pelo público estadual (58,5%), distribuídos em 2.134 estabelecimentos. Sobre o total de matrículas do ensino médio regular destinada ao ensino profissional, tem-se 26% das matrículas.

Para verificar a cobertura da rede estadual de ensino médio integrado no país, como também o ensino médio regular, tem-se na Tabela 3 com a distribuição desta modalidade de ensino por estados.

Tabela 3: Matrículas e estabelecimentos da rede pública estadual do ensino médio integrado e participação no ensino médio regular nos estados brasileiros.

ESTADOS	Ensino médio regular			Ensino Médio Integrado		Estabelecimentos	
	Total	% Ensino profissional regular	% Ensino integrado	Total	% Público Estadual	Total	% Público Estadual
Acre	38.116	6.380 (17%)	4%	1.627	176 (11%)	6	1 (17%)
Alagoas	116.193	38.858 (33%)	12%	13.427	5.435 (40%)	30	17 (57%)
Amapá	32.987	5.408 (16%)	5%	1.808	133 (7%)	7	3 (43%)
Amazonas	205.128	33.577 (16%)	3%	5.150	0 (0%)	14	0 (0%)
Bahia	544.868	145.427 (27%)	12%	67.895	50.849 (75%)	219	161 (74%)
Ceará	360.265	94.740 (26%)	16%	58.688	54.103 (92%)	141	123 (87%)
Distrito Federal	110.020	25.261 (23%)	3%	3.150	873 (28%)	16	3 (19%)
Espírito Santo	114.217	35.743 (31%)	12%	13.183	3.670 (28%)	63	30 (48%)
Goiás	237.166	30.988 (13%)	3%	7.691	95 (1%)	35	4 (11%)
Maranhão	290.250	44.110 (15%)	6%	16.427	4.880 30%	67	20 (30%)

Mato Grosso	142.836	19.817 (14%)	7%	9.642	1.594 (17%)	49	28 (57%)
Mato Grosso do Sul	103.482	19.079 (18%)	8%	8.467	4.822 (57%)	53	40 (75%)
Minas Gerais	751.103	129.886 (17%)	3%	24.550	419 (2%)	88	4 (5%)
Pará	356.274	46.817 (13%)	4%	12.822	6.639 (52%)	44	20 (45%)
Paraíba	135.458	33.257 (25%)	14%	18.704	12.101 (65%)	80	62 (78%)
Paraná	407.743	137.123 (34%)	9%	36.256	27.228 (75%)	191	162 (85%)
Pernambuco	335.117	110.531 (33%)	7%	24.222	16.887 (70%)	58	42 (72%)
Piauí	128.797	47.419 (37%)	17%	21.939	16.103 (73%)	86	67 (78%)
Rio de Janeiro	575.245	201.036 (35%)	8%	47.774	28.858 (60%)	242	178 (74%)
Rio Grande do Norte	125.082	42.367 (34%)	16%	19.597	7.154 (37%)	86	63 (73%)
Rio Grande do Sul	335.437	122.172 (36%)	8%	26.820	11.639 (43%)	108	63 (58%)
Rondônia	61.581	14.777 (9%)	36%	5.375	263 (5%)	17	1 (6%)
Roraima	23.587	5.595 (24%)	8%	1.936	255 (13%)	7	1 (14%)
Santa Catarina	242.876	70.049 (29%)	8%	18.726	6.650 (36%)	88	51 (58%)
São Paulo	1.551.906	428.283 (28%)	6%	86.023	64.137 (75%)	296	73 (216)
Sergipe	76.436	11.855 (16%)	4%	2.682	913 (34%)	15	8 (53%)
Tocantins	63.721	14.104 (22%)	7%	4.375	1.284 (29%)	28	20 (71%)
TOTAL	7.465.891	1.914.749 (26%)	7%	558.95 6	327.160 (58,5%)	2.134	1.388 (65%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2019)

A partir da Tabela 3, verifica-se que o estado do Ceará possui o maior número de matrículas e o maior quantitativo de estabelecimentos ofertantes de educação profissional de nível médio integrado na sua rede de ensino público estadual com 92% e 87% de cobertura respectivamente.

Os estados do Paraná, Bahia, São Paulo e Piauí representam as posições seguintes no quantitativo de matrículas, com mais de 70% matriculados no ensino médio integrado público estadual, e em seguida apresenta-se o estado de Pernambuco; bem como compõem uma ampla rede de ensino nesta modalidade com uma cobertura de estabelecimentos acima deste mesmo percentual.

Observa-se ainda que o estado do Amazonas, Goiás e Minas Gerais tem um percentual de matrículas no ensino médio integrado inferior a 5%, com destaque para o primeiro que não tem matrículas e nem estabelecimentos para esta oferta de ensino.

No estado de Pernambuco, em 2019, dos 335.117 matriculados no ensino médio, 110.531 são da educação profissional de nível médio, e destes 24.222 são do ensino médio integrado, sendo 21,91% de participação do ensino médio regular ofertado. E ainda, dos matriculados no ensino médio integrado, 16.887 são contemplados na rede pública estadual e 7.335 na rede federal de ensino. INEP (2019).

Em 2008, o Estado de Pernambuco acompanha as transformações brasileiras no contexto educacional; apresentando para a educação de nível médio, a reestruturação e integração com o ensino profissional a partir de duas importantes iniciativas.

A criação do Programa de Educação Integral (PEI), com a Lei Complementar nº 125 de 10 de julho de 2008, que tornou política pública a oferta de ensino médio integral no Estado; e a implantação de uma sistemática de monitoramento mensal de metas e planos (política de gestão por resultados) para todos os anos do ensino médio em 2011 do Pacto pela Educação (PPE).

Como apresenta Germano (2015), esta política é focada para a melhoria da qualidade da educação e garantir, além de uma educação pública de qualidade, a formação profissional. E consideram-se as demandas do programa do governo, a LDB, o PDE, o PNE e as Diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

A cobertura da rede pública estadual de ensino médio integrado em Pernambuco, apresenta em 2019, 69,72% de participação em relação ao total de ensino médio integrado do estado, como pode ser observado na Tabela 4, que dispõe a evolução do percentual de matrículas e de estabelecimentos nesta modalidade de ensino.

Tabela 4: Participação de matrículas e estabelecimentos do ensino médio integrado na rede pública estadual de Pernambuco.

	% Matrículas de PE			% Estabelecimentos de PE		
	em relação ao total ofertado no estado PE.	em relação a Região Nordeste.	em relação ao total nos estados brasileiros.	em relação ao total ofertado no estado PE.	em relação a Região Nordeste.	em relação ao total nos estados brasileiros.
2007	17,35%	2,01%	0,74%	41,67%	7,58%	1,83%
2008	17,27%	3,80%	2,00%	66,67%	7,59%	3,05%
2009	8,56%	1,38%	0,71%	41,67%	2,33%	0,96%
2010	22,86%	3,73%	1,94%	63,16%	4,26%	1,64%
2011	43,58%	5,41%	2,90%	60,71%	5,40%	2,15%
2012	48,65%	6,05%	3,23%	64,71%	6,43%	2,32%
2013	50,30%	6,48%	3,36%	65,79%	7,08%	2,46%
2014	58,61%	8,10%	3,92%	63,41%	7,83%	2,54%
2015	63,43%	8,15%	3,99%	65,85%	7,26%	2,53%
2016	67,24%	9,26%	4,61%	69,39%	8,48%	2,97%
2017	67,19%	9,85%	5,00%	69,23%	7,91%	3,01%
2018	69,70%	10,37%	5,38%	71,43%	8,15%	3,19%
2019	69,72%	10,03%	5,16%	72,41%	7,46%	3,03%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2019)

A partir da Tabela 4, verifica-se que desde 2009, quando a política de ensino médio integrada foi implantada em Pernambuco, a oferta de educação profissional para esta modalidade de ensino apresenta aumento tanto das unidades escolares quanto na quantidade de matrículas. E em comparação a outros estados, Pernambuco acompanha o crescimento, contemplando na região Nordeste, a participação de 10%.

De acordo com o MEC (2019), a habilitação profissional técnica de nível médio é prevista em suas diretrizes como sendo cursos que habilitam os estudantes ao exercício profissional, baseado nas ocupações apresentadas na CBO, mediante o desenvolvimento de saberes e competências, profissionais, a partir do

desenvolvimento de competências de base científicas e tecnológicas, e promovendo o desenvolvimento da capacidade de utilização de novas técnicas e tecnologias no ambiente de trabalho, visando formar um profissional melhor adaptável as mudanças no mercado de trabalho, dada sua capacidade de aprendizado.

A oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio é orientada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, que consiste no instrumento que norteia as instituições, estudantes e sociedade quanto ao planejamento dos cursos e as qualificações profissionais correspondentes à formação técnica de cada curso, sendo atualizado ao passo que novas demandas de formação sejam contempladas à CBO, compreendendo a última atualização em 2014 apresentando 227 cursos em 13 eixos tecnológicos sendo estes:

1 - Ambiente e Saúde; 2 - Controle e Processos Industriais; 3 - Desenvolvimento Educacional e Social; 4 - Gestão e Negócios; 5 - Informação e Comunicação; 6 – Infraestrutura; 7 Militar; 8 Produção Alimentícia; 9 - Produção Cultural e Design; 10 - Produção Industrial; 11 - Recursos Naturais; 12 - Segurança e Turismo e 13 - Hospitalidade e Lazer.
Fonte: (CNCT, 2014)

Neste contexto, o governo de Pernambuco vem adotando políticas que visam a qualificação do estudante ainda na educação básica visando a sua inserção profissional integrada a sua formação no ensino médio, através da implementação da política de educação profissional com os investimentos em Escolas Técnicas Estaduais, fortemente incentivada a partir de 2008 com reforços orçamentários do FUNDEB.

A expansão das ETE é oportunizada pelo recurso do governo federal a partir de 2012 com o Programa Brasil Profissionalizado, sendo meta do Plano de Ação da Educação Profissional (2007-2008). Através do PEE (2015-2025) que possui 20 metas propostas a serem atingidas no período de 10 anos, uma dessas contempla o de ampliar as ofertas da educação integral e educação profissional; desta forma, sendo construídas mais unidades de ETE para oferecer amplo acesso em todo o estado.

3.1.1 A experiência de alguns estados brasileiros

Para o conhecimento da oferta da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio em outros estados brasileiros, consideram-se as

experiências dos estados do Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Piauí e São Paulo.

Cardozo (2008) apresenta experiências de integração entre o ensino médio e ensino profissional técnico no Brasil, diante decreto em 2004 e autorizações na legislação da educação para implantar a articulação desta configuração de ensino. Desta forma, tem-se as experiências do estado do Espírito Santo e Paraná. Sendo no Espírito Santo através de uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com a Secretaria de Educação do estado, ofertado em 17 unidades escolares., mas somente uma deu início.

E no Paraná, a partir da secretaria de educação e departamento de educação profissional, foram desencadeadas ações para a implantação com a proposta de 71 escolas, mas apesar dos avanços ainda apresenta muitos desafios quanto a integração dos conhecimentos, financiamento público e a efetiva participação da secretaria de educação. Nos estados do Ceará e Maranhão, a integração é ofertada pela unidade de Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE) e no Maranhão, pela Secretaria de Educação do estado. (CARDOZO, 2008)

No estado do Ceará, desde 2008, a oferta de educação de ensino médio integrada ao profissional se dá em tempo integral e nas unidades de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), em 2015 com um total de 135 escolas propostas no planejamento do programa. (OLIVEIRA e MAGALHÃES JÚNIOR, 2015).

Com participação da Secretaria de Educação e aproveitando a disponibilidade de recursos do Brasil Profissionalizado e a legislação pertinente para modalidade de ensino apresentaram o cenário favorável para o desenvolvimento da educação profissional de nível médio integrada no estado. (OLIVEIRA e MAGALHÃES JÚNIOR, 2015).

Além disso, a política de educação profissional para esta modalidade de ensino contempla um aporte financeiro significativo por meio do Governo do Estado do Ceará, que para oferecer o estágio curricular obrigatório na grade curricular para os estudantes durante o terceiro ano de formação, compreende esta atividade educacional como sendo remunerada pelo estado, como também trata da efetivação

de parcerias com empresas e instituições públicas diversas conveniadas com a SEDUC. (OLIVEIRA e MAGALHÃES JÚNIOR, 2015).

Ainda segundo Oliveira e Magalhães Júnior (2015), as parcerias públicas privadas estão atendendo através das empresas concedentes de estágio curricular com 4.370 empresas, sendo em 2014, 12.195 alunos em estágio.

No estado do Maranhão, entre os anos de 2008 a 2017, a fim de gerar emprego e renda com a qualificação de profissionais apresentando escassez diante as demandas de trabalho de novos postos recepcionados com incentivos governamentais para atração e instalações de empresas; e sob o enquadramento institucional definido em nível nacional, o governo estadual passou a implementar políticas públicas de trabalho e qualificação profissional relevantes, como o Programa Maranhão Profissional que apresenta o Programa Integrado de Educação Profissional do Maranhão. (HOLANDA, 2017).

O critério de escolha dos municípios a serem ofertados os cursos de qualificação do Programa Maranhão Profissional considera o local de instalação dos empreendimentos, os que apresentavam maior população ou os melhores indicadores de desenvolvimento/escolaridade sendo estes pontos que se percebem mercado de trabalho mais amplo e diversificado a execução do Programa, que até 2014 pretendia focar em 20 municípios, tendo na segunda fase do programa de expansão e consolidação a pretensão de 64 municípios. (HOLANDA, 2017).

Através dos estudos de Holanda (2017) verifica-se que as ações do Programa foram ambiciosas diante da falta de escolas estaduais com infraestrutura para os cursos presenciais ou à distância, escassez de recursos financeiros e de professores e instrutores para às exigências do programa de educação integral implantada em 2006.

Nota-se ainda que a oferta de formação profissional nesta modalidade pela secretaria de educação do estado se dava em apenas 7 dos municípios de interesse, tendo maior oferta pelo ensino privado, seguido pelo Instituto Federal e SENAI, apresentando descompasso com o que foi proposto no planejamento do Programa. (HOLANDA, 2017)

No estado da Bahia, como apresenta Santos e Mutim (2018), a instituição dos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) e dos Centros Territoriais de

Educação Profissional (CETEP) configuraram importante marco na estruturação da política de educação profissional da Bahia na rede pública estadual.

Através dos recursos federais do Programa Brasil Profissionalizado e o aproveitamento de estruturas desocupadas da rede de ensino, a Bahia realizou as adequações com laboratórios e montagem do acervo bibliográfico, e ampliou o número de unidades atendendo 123 municípios estaduais, com 84 cursos técnicos, 70758 estudantes matriculados em 2014, destas 55,72% para o ensino profissional integral de nível médio. (SANTOS e MUTIM, 2018),

O estado de São Paulo, segundo os estudos de Oliveira (2019), possui uma rede de ensino médio integrado com 38 unidades em 2016, incluindo um núcleo avançado atendendo 24 mil estudantes em 21 municípios com 18 cursos técnicos distribuídos nas unidades de ensino.

A educação profissional técnica de nível médio é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado com o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), por meio do Programa Rede de Ensino Médio Técnico (REDE), que se iniciou em 2011 com duração de 5 anos como forma de colaboração para a concretização do Programa e implantação desta modalidade de ensino na rede estadual.

Em 2016, a oferta de vagas no ensino médio integrado em São Paulo, passou a ser totalmente desvinculada ao IFSP, tendo em vista a maior facilidade e agilidade de implantação, relacionada a vários fatores, dentre eles a admissão de professores concursados para atuação na base comum e aos novos direcionamentos dados pelas políticas federais de educação profissional. (OLIVEIRA, 2019),

A rede de ensino técnico resultante do regime de colaboração entre a iniciativa privada e o poder público tem-se tornado cada vez mais significativa na formação dos jovens na faixa do ensino médio.

A experiência de compartilhamento do Estado com a iniciativa privada, compreende a implantação e manutenção de escolas técnicas de ensino médio, a fim de atender à indústria em desenvolvimento, também visa suprir uma demanda educacional em razão do baixo atendimento e da baixa qualidade da educação pública, sendo adotada no Brasil a partir da década de 1940, segundo Krawczyk (2011).

O estudo de Vieira (2014), apresenta que o Estado do Piauí tem a sua rede pública estadual de educação profissional integrada ao ensino médio possui 70 unidades de ensino abrangendo 45 municípios e a escolha dos cursos ofertados em cada Centro se dá em função das características socioeconômicas de cada município.

A oferta de curso implantados pela Secretaria de Educação do Estado contempla 39 cursos que compreendem 11 eixos tecnológicos. O estado recepcionou em sua política educacional a expansão do ensino médio integrado com a expansão das unidades e a implantação do ensino integral.

3.2 A educação profissional integrada ao ensino médio da rede estadual de Pernambuco

A partir de 2007, Pernambuco apresenta destaque como potencial de atração de investimentos privados diante da política de desenvolvimento econômico do estado, que proporcionaram dinamismo nas suas atividades produtivas.

Conforme apresenta Galvão (2015), a economia de Pernambuco tem neste período um novo ciclo na história de seu crescimento, muito mais promissor e capaz de promover uma inflexão nos cenários futuros de sua economia, a partir do aumento do consumo e crescimento dos mercados configurando um ambiente de atratividade para investimentos tecnológicos e industriais no estado.

Desta forma, Galvão (2015) aponta como um dos condicionantes para a trajetória de crescimento econômico pernambucano projetado para 2020 e infere a necessidade de grande investimento em educação e formação de mão de obra; além do fortalecimento das atividades produtivas do estado, potencialização dos impactos dos investimentos industriais e de infraestrutura e da retomada do crescimento da economia nacional e da região nordeste.

Neste período, o governo do estado através do PDE e do atendimento ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação do governo federal e PNE, fez com que houvesse um investimento maior na expansão das unidades ETE da rede estadual.

Em resposta ao cenário exposto, o governo estadual estrutura o modelo de gestão Todos por Pernambuco que teve início em 2007 e perdurou até 2010, tendo

como objetivo a implantação de novos paradigmas para o planejamento estratégico do estado, no intuito de montar o arcabouço necessário para sistematizar as ações e monitoramento de metas prioritárias do PDE e alocação orçamentária na gestão das políticas públicas.

Na fase de maturidade do modelo de gestão adotado, que compreende o período de 2011 a 2014, alinham-se os investimentos da educação profissional ao planejamento plurianual, orçamento e estratégia do governo, suportados e fortalecidos com a adoção do PPE, buscando o reconhecimento nacional pelo exercício da gestão pública adequada à realidade e desenvolvimento contínuo do estado de Pernambuco.

A expansão e fortalecimento da política de educação profissional na rede estadual de educação de Pernambuco se deu a partir da consolidação do Plano de Ação de 2007 – 2008, que versava sobre a implementação dessas políticas oriundas da necessidade latente da modernização dos equipamentos de educação profissional existentes no estado, e proporcionar mais oferta de educação técnica de qualidade, a fim de preparar a mão de obra pernambucana para atendimento aos Arranjos Produtivos Locais (APL's) e formação do cidadão participativo, crítico e competente em sua área de atuação (PERNAMBUCO, 2007).

Os investimentos voltados ao ensino médio integrado, tem sido uma aposta na política de educação do governo do estado de Pernambuco com a expansão do ensino técnico na rede de escolas estaduais, nos últimos; identificada a partir do programa de desenvolvimento, intitulado Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP), que integrou secretarias prioritárias, tais como, Secretarias Estaduais de Educação, Saúde e Segurança, tidas como fundamentais para o sucesso do programa. (ARRUDA e NÓBREGA, 2013).

Conforme apresenta Santos (2016) estes investimentos foram institucionalizados em 2018 com o PMGP para a educação apresentando-se como Metas para Educação, a fim de promover melhorias e ganhos de qualidade, eficiência e resultados da educação pública frente a articulação com o programa nacional de modernização da gestão, sendo financiado pelo Banco Mundial.

Como é apresentado em Dutra (2013), percebe-se que a concepção da política pública educacional de Pernambuco na integração do ensino profissional ao

ensino médio, é considerada como estratégica ao plano de governo, que responde ao PPE, a fim de garantir educação pública de qualidade formação profissional.

Aliado ao Programa de Educação Integral criado por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, foi estruturada a SEEP-PE a fim de compor o acompanhamento de ETE e Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), e assim propor um ensino médio integral que tem sido de grande investimento na política de educação de Pernambuco, que atualmente contempla 46 unidades ETE ofertantes de cursos técnicos integrado, espalhadas por todas as microrregiões do estado (SEE, 2019).

A interlocução com às necessidades econômicas e o setor empresarial conferidas no desenvolvimento e organização da educação profissional em Pernambuco oferecida em ETE, segundo Benittes (2014) são direcionados tanto no Programa de Educação Integral (PEI) quanto no programa de modernização da gestão pública em Pernambuco.

Para Kuenzer (2002) uma educação técnico-científica de bom nível não é incompatível com a produção de alta tecnologia e com a inserção do jovem em uma sociedade em permanente transformação, mas exige elevado investimento, e esse custo é elevado para as possibilidades de financiamento do setor público.

A efetivação do ensino médio integrado não se dá só com a ampliação de vagas, e trata da exigência de espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos e, principalmente, professores concursados e capacitados; como também do desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral (KUENZER, 2010)

Desta forma, toda ETE oferece a Educação Integral, sob as mesmas concepções e orientações de funcionamento das escolas de Referência em Ensino Médio. Sua estrutura obedece à sugerida pelo MEC por meio do Programa Brasil Profissionalizado, tendo sido 11 delas construídas com recursos desse programa, compostas por 12 salas de aula, cinco laboratórios, de informática, de línguas, de física, de química e de biologia e laboratórios específicos para cada curso oferecido. (DUTRA, 2013).

A formação técnica em ETE é composta de currículos organizados em eixos tecnológicos estabelecendo o desenvolvimento de um perfil profissional dos

estudantes e do itinerário formativo mais adequado para atender com qualidade e com eficiência os que procuram a rede de ensino. (SOUZA, 2014).

A decisão e implantação dos cursos nas unidades ETE são baseadas em critérios estabelecidos pela SEEP-PE, dentre eles, o da necessidade da região em receber uma ETE, análise da oferta existente de cursos técnicos, as ofertas de trabalho da localidade e de sua circunvizinhanças e as demandas da população, originadas pelos empreendimentos existentes e questionamentos acerca das necessidades profissionais do mercado de trabalho.

Desta forma, apresentam-se na rede estadual de ETE, os cursos técnicos que contemplam os eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Informação e Comunicação; Gestão e Negócios; Infraestrutura; e Controle de processos industriais.

Para o ingresso às unidades ETE tem-se o processo seletivo realizado pela SEEP-PE promovido anualmente mediante edital público, composto pela realização presencial de prova objetiva de Língua Portuguesa e Matemática, com 20 questões cada e com duração de 60 minutos.

Para tanto, o candidato deve ter concluído o ensino fundamental¹⁷, e sendo oriundo de escola pública, pode participar do sistema de cota, que em 2019 destinou 70% das 7.445 vagas ofertadas na rede de ETE.

As inscrições são efetuadas a partir de endereço eletrônico durante o período de um mês, vinculadas ao Cadastrado de Pessoas Físicas (CPF), cabendo ao candidato identificado a escolha em apenas uma opção de Curso/Escola.

Desta forma, a classificação se dá por Escola/Curso, em ordem decrescente da nota obtida atendendo as opções de curso. O critério de desempate se dá pela maior nota em Língua Portuguesa e/ou menor idade.

A rede de ensino do estado de Pernambuco tem como oferta de educação profissional, as modalidades de ensino médio integrado; o concomitante e subsequente realizada a partir de uma ETE, onde só a primeira é contemplada no programa de educação integral, destinados a jovens que concluíram o ensino fundamental e ingressantes ao ensino médio; e a última podendo ser de forma presencial ou Educação à Distância (EAD).

¹⁷ Nos editais públicos consultados na internet, de 2013 a 2017 tratam dos concluintes nos últimos dois anos; e em 2018 e 2019, do último. E em todos, o requisito da idade máxima de 17 anos no ato da matrícula.

Quanto à oferta do ensino médio integrado, que delimita-se a observação deste estudo, como apresenta Dutra (2013), atende aos discentes no período de tempo integral (manhã e tarde), sendo uma jornada de 40 horas semanais durante os cinco dias da semana, com uma carga horária anual dos cursos ofertados neste regime, variando entre oitocentos e um pouco mais de mil horas distribuídas entre as propostas pedagógicas da base de ensino básico e das bases de ensino técnico.

Outras instituições públicas como o Instituto Federal de Educação (IF) e as unidades de ensino do Sistema “S” (Senai, Sesi, Senac, Sesc) ofertam educação profissional nas unidades federativas nacionais. No entanto, neste estudo são as unidades técnicas da rede de ETE que compõem o objetivo, pois trata da rede de ensino do estado de Pernambuco.

A oferta de cursos técnicos no ensino médio integrado em Pernambuco, em 2019, segundo dados da Secretaria de Educação de Pernambuco, é composta por um total de 46 unidades ETE, no entanto até 2019, em funcionamento, com 43 unidades, de acordo com dados levantados no SISTEC (2019).

São contemplados 36 municípios com 26 diferentes cursos no total ofertados em toda a rede pública estadual, distribuídos nas cinco regiões do estado (SISTEC, 2019). Na Tabela 5 tem-se a quantidade de municípios e cursos ofertados por região de desenvolvimento do estado de Pernambuco, de acordo com a classificação do Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE), 2019.

Tabela 5: Oferta do ensino médio integrado nas regiões de desenvolvimento do estado de Pernambuco.

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	MUNICÍPIOS com ETE	CURSOS TÉCNICOS MÉDIO INTEGRADO	QUANT. CURSOS	QUANT. ETE
RMR*	8	Administração, Redes de Computadores, Desenvolvimento de Sistemas, Hospedagem, Logística, Eventos, Guia de Turismo, Multimídia, Programação de Jogos Digitais, Meio Ambiente, Nutrição e Dietética, Comunicação Visual, Design de Interiores, Manutenção e Suporte em Informática, Mecânica, Mecatrônica.	16	15
MATA NORTE	4	Administração, Comércio, Redes de	6	4

		Computadores, Eletrotécnica, Hospedagem, Desenvolvimento de Sistemas.		
MATA SUL	3	Administração, Agropecuária, Logística, Meio Ambiente, Redes de Computadores, Desenvolvimento de Sistemas, Manutenção e Suporte em Informática.	7	3
AGRESTE	13	Administração, Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Marketing, Logística, Hospedagem, Nutrição e Dietética, Informática para Internet, Agroecologia.	10	13
SERTÃO	8	Administração, Manutenção e Suporte em Informática, Logística, Redes de Computadores, Agroecologia, Desenvolvimento de Sistemas, Agropecuária, Meio Ambiente, Edificações.	9	8
TOTAL	36		48	43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC (2019)

* Região Metropolitana do Recife

Observa-se que os cursos de Administração, Redes de Computadores e Desenvolvimento de Sistemas apresentam-se em todas as regiões do estado e que a Região Metropolitana do Recife (RMR) contempla a maior variedade de cursos e o maior quantitativo de unidades ETE. Nota-se que nas regiões de desenvolvimento, exceto a RMR, apresenta uma unidade de ETE na distribuição dos municípios que contemplam a rede.

Sobre a distribuição dos cursos e a sua incidência na rede de ETE do estado de Pernambuco em funcionamento até 2019, a Tabela 6 mostra os cursos ofertados nas unidades na modalidade de ensino médio integrado, como também informa o eixo tecnológico a que pertence cada curso.

Tabela 6: Distribuição dos cursos integrados na rede de ETE do estado de Pernambuco, por unidade e eixo tecnológico.

CURSOS TÉCNICO em	ETE	% em ETE	EIXO TECNOLÓGICO
Administração	25	22,7%	Gestão e Negócios

Redes de Computadores	18	16,4%	Informação e Comunicação
Manutenção e Suporte em Informática	3	2,7%	Informação e Comunicação
Logística	11	10,0%	Gestão e Negócios
Agroecologia	3	2,7%	Recursos Naturais
Desenvolvimento de Sistemas	16	14,5%	Informação e Comunicação
Hospedagem	14	12,7%	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Guia de Turismo	1	0,9%	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Eventos	1	0,9%	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Comércio	1	0,9%	Gestão e Negócios
Marketing	1	0,9%	Gestão e Negócios
Agropecuária	2	1,8%	Recursos Naturais
Meio Ambiente	2	1,8%	Ambiente e Saúde
Eletrotécnica	1	0,9%	Controle e Processos Industriais
Nutrição e Dietética	3	2,7%	Ambiente e Saúde
Informática para Internet	1	0,9%	Informação e Comunicação
Multimídia	1	0,9%	Produção Cultural e Design
Programação de Jogos Digitais	1	0,9%	Informação e Comunicação
Comunicação Visual	1	0,9%	Produção Cultural e Design
Design de Interiores	2	1,8%	Controle e Processos Industriais
Mecânica	1	0,9%	Controle e Processos Industriais
Mecatrônica	1	0,9%	Controle e Processos Industriais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC (2019)

A partir da Tabela 6, verifica-se a maior incidência do curso Técnico em Administração (22,7%), seguido pelos cursos Redes de Computadores (16,4%) e Desenvolvimento de Sistemas (14,5%) que compreendem 53,6% dos cursos ofertados na rede ETE de ensino integrado de Pernambuco.

Quanto aos eixos tecnológicos, no CNCT (2014) a rede ETE de Pernambuco compreende 7 dos 13 eixos com 22 cursos técnicos dos 227 cursos do total do catálogo, a Tabela 7 apresenta essa distribuição.

Tabela 7: Distribuição dos eixos tecnológicos na rede de ETE do estado de Pernambuco.

EIXOS TECNOLÓGICOS	TOTAL NO CNCT	TOTAL DE CURSOS EM PE NO EIXO
Gestão e Negócios	17	4
Informação e Comunicação	10	5
Recursos Naturais	17	2
Turismo, Hospitalidade e Lazer	7	3
Ambiente e Saúde	28	2
Controle e Processos Industriais	23	4

Produção Cultural e Design	30	2
TOTAL	132	22

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC (2019)

Verifica-se que na rede ETE de Pernambuco os eixos Informação e Comunicação tem a maior abrangência de cursos nas unidades (5), seguidos por Gestão e Negócios (4) e Controle e Processos Industriais (4).

Contudo, a rede pública estadual de ensino médio integrado do estado de Pernambuco de ETE apresenta uma oferta variada de cursos técnicos em diferentes eixos de formação, distribuídos em 36 dos 187 municípios do estado, conferindo uma cobertura de quase 20% do estado.

A oferta de cursos apresenta grande aporte de número de unidades ETE e cursos na região de desenvolvimento Metropolitana do Recife, seguida do Agreste, com a concentração dos cursos na ETE do estado no eixo Informação e Comunicação (34,5), com a maior oferta dos cursos de Redes de Computadores (16,4%) e Desenvolvimento de Sistemas (14,5).

3.2.1 A formação técnica nas unidades ETE do município de Recife

O ensino médio integrado no município de Recife contempla uma vasta gama de cursos ofertados, em 2019 ofertando nas 6 unidades ETE, em funcionamento nesta modalidade de ensino, 13 cursos diferentes voltados a 5 diferentes eixos tecnológicos.

Mediante consulta aos editais de seleção da secretaria de educação do estado de Pernambuco para ingresso em ETE no ensino médio integrado, observa-se um aumento de 63% na oferta de vagas de educação profissional na modalidade técnica integrada ao ensino médio no período de 2015 a 2019, sendo de 4545 vagas para 7445.

Para Recife, em 2019, a oferta de vagas nas unidades ETE do município conferiu um quantitativo de 975 distribuídas. (SEE-PE, 2019).

A Tabela 8 apresenta a relação de escolas, os cursos contemplados, os eixos tecnológicos e período de vigência compreendidos a cada curso ofertado na educação profissional integrada ao ensino médio do município de Recife.

Tabela 8: Relação das unidades ETE do município de Recife com cursos técnicos integrados.

ETE	CURSOS TÉCNICOS	EIXOS TECNOLÓGICOS	PERÍODO DE VIGÊNCIA	BAIRRO
Almirante Soares Dutra	Meio Ambiente	Ambiente e Saúde	2012 a 2021	Santo Amaro
	Nutrição e Dietética		2012 a 2021	
Cícero Dias	Multimídia	Produção cultural e Design	2009 a 2021	Boa Viagem
	Programação de Jogos Digitais	Informação e Comunicação	2009 a 2021	
Prof. Agamenon Magalhães	Logística	Gestão e Negócios	2013 a 2021	Espinheiro
	Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	2011 a 2021	
	Mecânica	Controle e Processos Industriais	2017 a 2021	
	Mecatrônica		2018 a 2021	
Prof. Lucilo Ávila Pessoa	Administração	Gestão e Negócios	2013 a 2021	Caxangá
	Redes de Computadores	Informação e Comunicação	2014 a 2021	
Miguel Batista	Comunicação Visual	Produção cultural e Design	2016 a 2021	Macaxeira
	Design de Interiores		2016 a 2021	
	Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	2017 a 2021	
Porto Digital	Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação	2018 a 2021	Recife Antigo

Fonte: Elaboração própria com os dados do Sistec, 2019.

A ETE de Criatividade Musical não foi mencionada, pois não contempla a formação técnica integrada ao ensino médio. No final do ano de 2019, mais uma ETE foi recepcionada ao município de Recife, a ETE Dom Bosco no bairro de Casa Amarela, com os cursos do ensino médio integrado de publicidade e marketing, com as operações iniciando em 2020, e portanto não constando na base de dados da fonte de pesquisa no período considerado neste estudo.

Desta forma, o total de unidades ETE do município de Recife são de 8 ofertando, no ensino médio integrado em 2020 com 16 cursos técnicos ofertados contemplando 5 eixos tecnológicos.

Os eixos tecnológicos são apresentados no CNCT, 2014, sendo atribuídos aos contemplados neste estudo as seguintes tecnologias associadas:

- Ambiente e Saúde: melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde.
- Controle e Processos Industriais: infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas.
- Gestão e Negócios: instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão.
- Informação e Comunicação: a infraestrutura e processos de comunicação e processamento de dados e informações.
- Produção cultural e Design: representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas.

Os cursos ofertados para o atendimento das demandas produtivas do município de Recife como suporte à produtividade, são os apresentados no Quadro 1, que mostra o campo de atuação profissional esperado com a formação técnica em cada curso.

Quadro 1: Campo de atuação profissional dos cursos técnicos ofertados nas unidades ETE de Recife.

CURSO TÉCNICO	CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Meio Ambiente	Instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural. Estações de tratamento de resíduos. Profissional autônomo. Empreendimento próprio. Empresas de licenciamento ambiental. Unidades de conservação ambiental. Cooperativas e associações.
Administração	Empresas e organizações públicas e privadas com atuação em marketing, recursos humanos, logística, finanças e produção.
Comunicação Visual	Empresas de Comunicação e Marketing. Agência de publicidade, propaganda e promoção. Escritórios de Design. Estúdios de Design Gráfico. Editoras e Gráficas.
Desenvolvimento de Sistemas	:Empresas de desenvolvimento de sistemas. Departamento de desenvolvimento de sistemas em organizações governamentais e não governamentais. Profissional autônomo.
Design de Interiores	Escritórios de design. Empresas e escritórios de projetos de interiores. Lojas de móveis e decoração. Shoppings e outros estabelecimentos comerciais. Construtoras e imobiliárias.
Informática	Prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresa

	de assistência técnica. Centros Públicos de acesso à internet.
Logística	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
Manutenção e Suporte em Informática	Prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresa de assistência técnica.
Mecânica	Fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos. Atividades de manutenção de qualquer indústria. Indústria aeroespacial. Indústria automobilística. Indústria metal mecânica em geral. Indústrias de alimentos e bebidas, termoelétricas e siderúrgicas.
Mecatrônica	Indústrias com linhas de produção automatizadas, aeroespaciais, automobilística, metalomecânica e plástico. Empresas integradoras de sistemas de automação industrial. Fabricantes de máquinas, componentes e equipamentos robotizados. Grupos de pesquisa que desenvolvam projetos na área de sistemas elétricos. Laboratórios de controle de qualidade.
Multimídia	Produtoras de multimídia. Empresas provedoras de conteúdo para internet. Departamento de Comunicação e Marketing de empresas. Portais e <i>web sites</i> . Editoras de jornais, livros e revistas online. Empresas de comunicação e propaganda. Produtoras e estúdios de animação. Empresas de pós-produção de audiovisual. Produtoras e estúdios de cinema e TV.
Nutrição e Dietética	Restaurantes industriais e comerciais. Panificadoras e confeitarias. Hotéis. Cozinhas experimentais. Creches. Escolas. Supermercados. Hospitais. Clínicas e instituições de longa permanência.
Programação de Jogos Digitais	Empresas de desenvolvimento de jogos. Instituições de educação. Agências de publicidade e propaganda. Estúdios de animação.
Redes de Computadores	Prestação de serviços. Provedores de acesso a redes.

Fonte: Elaboração própria com os dados do CNCT, 2014.

Com as informações dos cursos, eixos tecnológicos e campos de atuação esperado para a formação técnica disposta em ETE de Recife, observa-se a estruturação da oferta do ensino profissional para esta região de desenvolvimento, que sumariamente volta-se ao mercado de TIC, industrial e de saúde.

3.2.2 A formação técnica na ETE Cícero Dias

A Escola Técnica Estadual Cícero Dias iniciou como uma unidade de ensino técnico da rede educacional de ETE de Pernambuco em 2011 aderindo ao programa de educação integral com base na Lei Estadual Complementar nº 125 de 10/07/2008, pois até então funcionava como uma EREM que integra a rede. A

escola foi criada em 2006 com a denominação de Centro de Ensino Experimental de Boa Viagem, sendo modificada no mesmo ano em homenagem ao artista Cícero Dias, para Centro de Ensino Experimental Cícero Dias.

Segundo Gomes de Queiroz (2015), a escola ETE Cícero Dias funciona em tempo integral com a perspectiva de inovação em conteúdo, método e gestão; ofertando os Cursos Técnico em Nível Médio de Programação de Jogos Digitais (TJDI) dentro do Eixo Tecnológico Comunicação e Informática (Portarias de Nº 7248 de 18, de agosto de 2010) e o Curso de Técnico em Multimídia (TMT) do eixo tecnológico de Produção cultural e Design (Portaria Nº 7249, de 18 de agosto de 2010).

A escola atua também nas modalidades oferecidas pela SEEP-PE, sendo os cursos à distância (Administração, Informática, Recursos Humanos, Serviço de Restaurante e Bar, Segurança do Trabalho) e subsequente (Administração, Logística), como aponta Silva (2015).

A Quadro 2 mostra a composição do perfil profissional dos cursos ofertados na ETE Cícero Dias, elencando de forma esquematizada os objetivos da formação, campo de atuação, competência profissional e infraestrutura recomendada para o seu funcionamento.

Quadro 2: Composição do perfil profissional da ETE Cícero Dias.

	TÉCNICO EM MULTIMÍDIA	TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS
Objetivos de formação	Produção de elementos gráficos dos jogos: roteiros, personagens, cenários e objetos de cenas, entre outros.	Desenvolvimento de código de jogos e subprodutos relacionados, utilizando padrões, metodologias, tecnologias, linguagens e ferramentas de programação.
Campo de atuação profissional	Produtoras de multimídia. Empresas provedoras de conteúdo para internet. Departamento de Comunicação e Marketing de empresas. Portais e <i>web sites</i> . Editoras de jornais, livros e revistas online. Empresas de comunicação e propaganda. Produtoras e estúdios de animação. Empresas de pós-produção de audiovisual.	Empresas de desenvolvimento de jogos. Instituições de educação. Agências de publicidade e propaganda. Estúdios de animação.

	Produtoras e estúdios de cinema e TV.	
Competência profissional	Desenvolve comunicação visual em meios eletrônicos, interfaces interativas, publicações digitais, animações 2D e 3D, <i>web sites</i> , <i>web TV</i> , TV digital e conteúdo audiovisual. Organiza e prepara arquivos digitais para aplicações web e multimídia, animações e games. Aplica técnicas de tratamento de imagens estáticas e em movimento que compõem estruturas de navegação em mídias digitais. Executa atualização de páginas <i>web</i> e portais.	Desenvolve, implanta e realiza manutenção em jogos digitais para computadores, consoles e dispositivos móveis. Aplica técnicas de computação gráfica, modelagem, animação e roteirização. Desenvolve ambientes, objetos e modelos a serem utilizados em jogos digitais. Implementa recursos para acessibilidade e a interatividade entre os usuários e os jogos digitais.
Infraestrutura Recomendada	Biblioteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de informática com programas específicos; Laboratório de computação gráfica.	Biblioteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de computação gráfica; Laboratório de informática com programas específicos; Laboratório didático: ateliê de artes.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEE PE (2018); Silva (2013) e Gomes de Queiroz (2015).

A partir de 2006, a escola passa ter a implantação do Núcleo Avançado em Educação (NAVE)¹⁸, mediante a parceria público privada¹⁹ entre o Governo de Pernambuco com o Instituto Oi Futuro (Instituição de inovação da empresa Oi), destinado a disseminar conhecimentos e proporcionar formação profissional para profissões do futuro no mercado de criatividade, inovação e tecnologia digital.

Esta parceria promove um ambiente de pesquisa e aprendizado inovador na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, com a manutenção e recursos aos laboratórios técnicos e portaria da unidade. Os professores que lecionam nos cursos técnicos do médio integrado são disponibilizados pela parceria com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR). Assim, cabendo à SEEP - PE os demais investimentos.

A ETE Cícero Dias está localizada próximo a estabelecimentos comerciais, como padaria, farmácia, restaurantes, academias, bancos, na zona Sul da cidade do

¹⁸ É um programa de ensino médio integrado ao profissional desenvolvido em parceria com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O programa é estruturado sobre outros dois pilares: Centro de Pesquisa e Núcleo de Disseminação. (Oi Futuro, 2019)

¹⁹

Recife. Em sua estrutura física possui portaria com biometria para os estudantes e vários espaços fundamentais para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (Gomes de Queiroz, 2015), conforme mostra a Tabela 9 com as informações fornecidas pelo mesmo estudo citado.

Tabela 9: Estrutura Física da ETE Cícero Dias.

Ambientes	Total de ambientes	Ambientes	Total de ambientes
Almoxarifado	1	Pátio Externo	1
Auditório	1	Sala da Coordenação	2
Biblioteca	1	Sala dos Professores	1
Cozinha	1	Sala da Diretoria	1
Espaço Sabor	1	Secretaria	1
Estacionamento	1	Sala de Aula	11
Laboratório de Ciências	2	Sanitário Adaptado	2
Laboratório de Informática	4	Sanitário	6
Laboratório de Mídia	2	Vestiário	1

Fonte: Adaptada de Gomes de Queiroz (2015)

Nos anos de atuação como unidade ETE, a Cícero Dias até 2018 apresentou um quantitativo de 875 estudantes formados, sendo 414 nos cursos de TJDI e 461 nos cursos de TMT. A quantidade de estudantes formados por turma e por período é apresentada no Gráfico 3.

Gráfico 3: Estudantes formados no ensino médio integrado na ETE Cícero Dias, por curso.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ETE Cícero Dias.

A instituição apresentou bons resultados em comparação aos alcançados no IDEPE pelas demais escolas públicas de ensino médio da rede estadual;

compreendendo em todos os anos de funcionamento como ETE, nota acima da média estadual para as escolas de ensino médio, como é ilustrado Gráfico 4.

Gráfico 4: Desempenho no IDEPE da ETE Cícero Dias.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Educação - PE.

Desta forma, observa-se que a ETE Cícero Dias apresenta o maior número de formados no curso TMT até 2017, invertendo esse resultado em 2018 com a maior formação no curso de TJDI, mas ambos os cursos tem a característica de fazer parte do mercado da Tecnologia e da Informação, mesmo compreendendo eixos tecnológicos de formação diferentes, sendo o de Informação e Comunicação e o de Produção Cultural e Design, respectivamente.

A representatividade do ensino profissional da escola conta com a influência da parceria público privada da Oi futuro através do NAVE com o suporte e manutenção dos recursos tecnológicos. O bom desempenho nos indicadores de gestão da educação ao longo dos anos como ETE, faz da escola uma referência de sucesso educacional na rede estadual de Pernambuco.

4. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Sobre os procedimentos metodológicos utilizados para responder a problemática deste estudo que trata da análise da absorção dos estudantes egressos de uma ETE com ensino médio integrado ao ensino profissional no mercado de trabalho de Pernambuco, apresentam-se nos itens a seguir quanto à pesquisa: natureza e escopo, delimitação, dados utilizados e procedimentos de coleta, tabulação e análise.

4.1 Natureza e Escopo do estudo

A natureza desta pesquisa é exploratória-descritiva, por tratar de uma análise a partir dos registros e práticas documentadas de uma política pública, e no estabelecimento de uma abordagem a fim de proporcionar mais entendimento sobre a temática deste estudo.

Esta compreensão norteia-se quanto a pesquisa em estudos exploratório-descritivos combinados de Lakatos e Marconi (2003), que apresentam ser um estudo com objetivo de descrever um determinado fenômeno com descrições quantitativas e ou qualitativas de informações detalhadas obtidas pela observação, com caráter representativo sistemático.

A aplicação da abordagem exploratória tem o interesse de apresentar as investigações e informações que respondam o problema de pesquisa em questão. Através da citação de GIL (2009, p.41), percebe-se o objetivo deste tipo pesquisa é "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm por objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições".

Desta forma, este estudo se classifica como uma pesquisa de campo em Recife, possuindo como objetivo teórico a política pública de educação profissional de Pernambuco, e objeto empírico os estudantes egressos de uma unidade de ensino técnico integrada da rede estadual de educação.

Strauss e Corbin (2009) definem a pesquisa qualitativa como qualquer tipo de pesquisa que produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Sobre o objetivo de sua utilização,

considera-se Lakatos e Marconi (2009) que traz o entendimento que esta preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, fornecendo mais detalhes sobre as investigações que norteiam do objeto de estudo.

Assim, a pesquisa apresenta-se como qualitativa e quantitativa, ao fazer o levantamento de referencial teórico e documental sobre a política de educação profissional e mercado de trabalho de Pernambuco a fim de analisar, mediante as informações de egressos e empregos, a absorção dos técnicos formados no ensino médio integrado em postos de trabalho formal do estado.

Para tanto, o método de procedimento metodológico utilizado é o estudo de caso, que segundo Lakatos e Marconi (2009), constitui uma etapa de investigação com finalidade mais restrita para explicar de forma geral um fenômeno limitado a um domínio particular. Com isso, Lakatos e Marconi (2009), o estudo de caso permite o conhecimento pormenorizado de uma situação, de modo a entender a sua complexidade, com a limitação de situações particulares, que podem inferir generalizações. (PARDAL; LOPES, 1995).

Nesse sentido, este estudo versa no estudo de caso da ETE Cícero Dias a fim de verificar a absorção dos egressos do ensino médio integrado ao profissional ofertado na rede estadual de educação de Pernambuco, a partir da identificação dos setores, atividades e ocupações destes no mercado de trabalho do estado.

4.2 Delimitação do estudo e Dados utilizados

Para a investigação deste estudo serão utilizadas informações fornecidas pela ETE Cícero Dias contendo nome, data de nascimento, curso, *status* de conclusão ou transferência externa e dados identificados dos estudantes egressos formados na instituição do período de 2013 a 2018.

Justifica-se ser a partir de 2013, pois este foi o ano de primeira turma concluinte do período de três anos de formação técnica integrada, quando a unidade passou a ser integrante da rede de ETE do estado.

O acesso a tais dados foi formalmente solicitado à gestora da escola requerido pela coordenação deste programa de pós-graduação, e fornecidos em formato de arquivo de planilha do Excel, diante levantamento de informações da unidade escolar pelo NAVE, em agosto de 2019 via *e-mail*.

O período da amostra dos estudantes da ETE em estudo se dá pelo acesso às informações de micro dados do mercado de trabalho disponíveis ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da RAIS de 2014 a 2016.

Desta forma, delimitou-se o trabalho para os egressos do período de 2013 a 2015, pois poderiam ser encontrados como concluintes já que terminam em dezembro e as informações da RAIS tem o período de envio entre janeiro a março do início de cada ano, assim só podendo compreender os estudantes formados até 2015. Quanto ao período inicial, tem-se o ano de 2013, por ser o primeiro ano com turmas formadas, desde que a escola se tornou parte da rede de ETE.

Será considerada a contextualização das unidades ETE do município de Recife, mediante informações públicas sobre a sua participação na rede estadual de educação, bem como o funcionamento do programa de ensino integral e profissional de Pernambuco. E a análise da absorção será atribuída à ETE Cicero Dias, que integra a rede estadual ETE que possui no total sete unidades.

Quanto às informações do mercado de trabalho, este estudo contará com a base de informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)²⁰ 2016, que consiste em uma publicação anual, elaborada e fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que reúne dados sobre o emprego formal no país.

A base de dados RAIS tem por objetivo, o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país; o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Para este estudo, as informações que serão analisadas são a situação ativa do trabalhador (empregados), a atividade econômica da empresa empregadora diante de sua classificação CNAE e o período de duração do contrato de trabalho.

Vale salientar que as informações da RAIS são extraídas dos dados fornecidos e atualizados anualmente pelas empresas, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de cunho público e privado, com domicílio nacional, sendo que as empresas que não possuem funcionários contratados ou mantiveram

²⁰ A RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, sendo de acordo com o site do Ministério da Economia (ME) (2019), uma das fontes mais confiáveis sobre o mercado formal.

suas atividades paralisadas no ano base das informações declaradas, precisam entregar a RAIS negativa. Ainda existe a obrigatoriedade de declaração das informações por parte de estabelecimento isento de inscrição no CNPJ, visando fornecer um estudo completo sobre as informações daqueles que atuam no mercado de trabalho.

Quanto às informações da atuação econômica das empresas empregadoras no mercado, será utilizada a CNAE, que representa uma classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das atividades econômicas, criada com o objetivo de padronizar e organizar as informações das unidades de produção e institucionais. (CNAE, 2002)²¹

Esta classificação baseia-se na identificação de segmentos homogêneos quanto à similaridade de processos de produção (insumos e tecnologia), das características dos bens e serviços e da finalidade para a qual os bens e serviços são produzidos.

Desde a sua primeira divulgação em 1994, a CNAE tem sido adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e amplamente utilizada na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica (CNAE, 2007), o que justifica ser utilizada neste estudo.

Quanto às informações da ocupação no mercado de trabalho, será utilizada a CBO²², que baseia o CNCT que norteia a composição dos cursos oferecidos nas unidades ETE, a fim de verificar quais são os tipos de ocupação dos empregados egressos da ETE em estudo.

Assim como o CNAE, a CBO tem conformidade internacional²³, apresenta uma classificação enumerativa que codifica os empregos e outras situações de trabalho, e é utilizada nos registros da RAIS e outras instituições de interesse na nomenclatura ocupacional.

²¹ A CNAE é uma classificação derivada da ISIC/CIIU Rev.3 (versão divulgada em 1989), desenvolvida pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas como instrumento de harmonização na produção e disseminação de estatísticas econômicas no nível internacional. A decisão de adotar a ISIC/CIIU como referência refletiu a preocupação com a comparabilidade internacional das estatísticas nacionais. (CNAE, 2002)

²² A CBO é o documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdo das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. (CBO, 2010)

²³ A CBO tem como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) de 1968.

4.3 Procedimento de Coleta e Tabulação de Dados

O método de coleta deste estudo compreende a coleta secundária de dados e informações, sendo de caráter documental feita de forma exploratória a partir do levantamento de documentos sobre a política de educação profissional no Brasil, através da consulta ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 e 2014/2024, Plano de Ação da Educação Profissional 2007/2008 e Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025.

Quanto aos documentos referentes ao estado de Pernambuco, consultou-se material informativo, *websites*, legislações e instrumentos de divulgação da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco.

Os dados identificados e as informações dos estudantes egressos da ETE Cícero Dias foram coletados pelo Núcleo Avançado em Educação (NAVE) que integra a parceria público privada da unidade, e foram cedidos pela direção da ETE em agosto de 2019.

A partir do acesso às informações dos estudantes concluintes do ensino médio integrado da ETE em estudo, fornecidas pela unidade de ensino das turmas formadas até 2018, pode-se identificar os egressos na base de dados da RAIS.

Para a obtenção de algumas informações de escolas e cursos técnicos regulares nos sistemas de ensino e cadastradas no Ministério de Educação (MEC), foi realizado o acesso ao portal eletrônico do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

Quanto as informações sobre o mercado de trabalho do estado de Pernambuco e do município de Recife, foram utilizados dados desagregados em nível de município, classe de atividade econômica e ocupação divulgados pela RAIS, a fim de observar o número de empregos formais por setor.

A base de dados da amostra do estudo foi realizada a partir da ligação dos dois bancos de dados em questão, RAIS 2016 (informações do estado de Pernambuco) e dados ETE Cícero Dias, a partir da variável comum que são os dados identificados dos indivíduos (estudantes egressos e empregados), que possibilitou o estabelecimento de um banco de dados único.

O procedimento de ligação foi realizado no *software* Stata por meio do *merge*, recepcionados os indivíduos que concluíram na ETE; sendo retirados os que abandonaram, foram desligados ou apresentavam o *status* de transferência externa; bem como os que não apresentavam o dado de identificação pessoal e os repetidos na base de dados fornecida pela unidade de ensino.

O procedimento metodológico para buscar os egressos no mercado de trabalho de Pernambuco, deu-se com o cruzamento dos dados identificados dos mesmos com os microdados disponibilizados ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), sendo estes referentes à RAIS (2016).

O procedimento de tabulação de dados dá-se a partir dos dados cruzados utilizando o *software* Excel (Microsoft) para a elaboração de gráficos e tabelas e da análise descritiva que elucidem o entendimento sobre as informações coletadas a fim de responder à pergunta de pesquisa e os objetivos levantados neste estudo.

4.4 Procedimento de Análise dos Dados

Para o atendimento a um dos objetivos deste estudo, o de verificar a execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio, será utilizada a abordagem metodológica de avaliação de política pública inicialmente estudadas por Cohen e Franco (1993), referenciada e apresentada por Viana (1996).

As abordagens metodológicas em políticas públicas que propõe construir modelos explicativos para diferentes fases ou etapas das políticas públicas, a fim de verificar a ação do estado na sociedade, tem na análise do ciclo de vida político um instrumento de avaliação composto pelas fases: construção da agenda, formulação, implementação, e avaliação de políticas.

Diante dos modelos explicativos para avaliação de políticas públicas, o tipo de análise em questão será o modelo de processo, que busca a partir da política pública implementada, na fase de avaliação, retratar por diagnósticos a aplicação de uma política, programa ou projeto e assim fazer análise sobre a situação atual, considerando as variáveis de relação que a estabelece.

Parente (2018) trata que a avaliação de qualquer política de educação, assim como a deste estudo de ser profissional integrada e em tempo integral, precisa

considerar o desenho da política, mas também os fatores que interferiram em seu processo, o que repercutirá nos resultados (esperados ou não).

Desta forma, segundo Dye (2009), este modelo busca compreender o aspecto da política quanto estruturas e o agrupamento de atividades para sua execução; como também entender os participantes/instituições na atuação social; e verificar o estabelecimento, implementação e o cumprimento dos alcances e objetivos de uma política pública.

A partir deste método de avaliação, caracteriza-se o procedimento de análise dos dados deste estudo como uma investigação avaliativa da etapa de avaliação de política pública a fim de explicar a execução da política de educação profissional no ensino médio integrado, ao verificar o que se tem no planejamento e a correspondência com a implementação e funcionamento.

Desta forma, compreendem-se os processos políticos-administrativos do funcionamento dos cursos das Escolas Técnicas Estaduais em Pernambuco, as seguintes fases:

- **Formação da agenda de cursos:** a consonância do investimento do governo do estado de Pernambuco em expandir a instalação de unidades de ensino técnico em todas as microrregiões do estado, e no formato de educação integral, com o intuito de atender as demandas sociais por educação e trabalho.

- **Formação das alternativas:** verificam-se as empresas potenciais aos postos e trabalho da região onde a escola irá funcionar, bem como a caracterização sobre os Arranjos Produtivos Locais que apresentam representatividade na economia do município e entorno, e elencam-se cursos que não estejam sendo contemplados em outras instituições públicas e que atendam aos interesses socioeconômicos locais.

- **Tomada de decisão:** os cursos que visam atenção às demandas das atividades econômicas de Pernambuco e sustentam o funcionamento dos cursos técnicos contemplados, e que atentem ao segmento econômico relacionado.

- **Implementação:** os cursos ofertados devem apresentar adequação da matriz curricular às exigências da política de educação profissional que é a ênfase na contextualização e correlação dos conteúdos com os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que cercam a realidade do estudante.

• **Avaliação:** o acompanhamento e incentivo aos encontros de formação continuada da equipe de gestão e educadores, acompanhamento do monitoramento pedagógico bimestral da unidade escolar e avaliação institucional semestral da secretaria de educação.

Com isso, o tipo de análise desta avaliação se dá na implementação da política ao analisar a relação entre a sua intervenção e os efeitos esperados do seu planejamento, a partir da identificação da oferta de cursos da rede de ETE e compreensão da absorção dos egressos no mercado de trabalho pernambucano.

Desta forma, este estudo de caso com a ETE Cícero Dias na análise do processo da política de educação profissional integrada de nível médio versa sobre os fatores de contexto em que ocorre a política, como está sendo implementada e como se associa ao mercado de trabalho na absorção de egressos.

E assim, dada a sua implementação, ao analisar o atendimento às metas da política de educação estadual de Pernambuco e o objetivo da política de ensino médio integrado ao profissional, verificar a sua execução.

Viana (1996) apresenta que o modelo de processo possui variáveis para a realização da avaliação de uma política pública, que podem ser classificadas como: variáveis-parâmetro (indicam as condições da política), variáveis-instrumento (compreendem os aspectos do contexto da política) e variáveis-objetivo (designam o objetivo da política).

Para este estudo, cujo o objetivo é de verificar a absorção dos egressos no mercado de trabalho, as variáveis-parâmetro são as informações identificadas dos estudantes concluintes da ETE Cícero Dias e seus cursos técnicos ofertados no ensino médio integrado; as variáveis-objetivo compreendem as informações sobre os empregados formais da ETE em estudo no mercado de trabalho de Pernambuco; e como variáveis-instrumento as atividades econômicas das empresas empregadoras, os setores produtivos do estado e as metas do PEE.

A aplicação do modelo de processo para analisar política pública educacional, segundo Barbosa; Vital; Xavier (2019) apresenta-se como forma de analisar o envolvimento e funcionamento dos atores participantes de uma política no processo de implementação e funcionamento estratégico de unidades escolares.

Desta forma, busca compreender a execução da política de educação profissional diante da absorção dos egressos de unidade ETE na demanda de profissionais para os setores das atividades empresariais do estado de Pernambuco.

Para tanto, o modelo de processo, apresenta-se como compreensão da composição da rede de ensino médio integrado em Pernambuco, verificar a execução desta política de educação profissional no estado e avaliar o funcionamento da política quanto ao alcance de metas do Plano de Educação e a sua formação técnica quanto a ótica da absorção dos egressos no mercado de trabalho pernambucano.

O procedimento de análise dos dados será realizado, a partir da interpretação das tabelas e gráficos, gerados a partir do tratamento dos dados cruzados, que permite: contextualizar sobre as informações fornecidas pela ETE Cícero Dias; comparar esses dados com as informações pesquisadas da SEEP – PE, RAIS, CONDEPE-FIDEM, IBGE, CBO e CNAE; e verificar os alcances da política de educação profissional integrada ao ensino médio através do PEE.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo busca analisar os dados consolidados obtidos da ETE Cícero Dias para verificar a absorção dos estudantes formados no ensino médio integrado, em empregos formais no estado de Pernambuco.

Desta forma, pretende-se verificar os setores, atividades e ocupação dos estudantes egressos da ETE Cícero Dias absorvidos no mercado de trabalho estadual. E analisar a política de educação profissional integrada ao ensino médio a partir do método de avaliação de processo, diagnosticando a sua execução quanto a variáveis, interesse e o atendimento ao PEE.

Como já discorrido ao longo deste estudo nas seções anteriores, Dutra (2013) e Souza (2014) apresentam que a decisão e implantação dos cursos nas unidades ETE são baseadas em critérios estabelecidos pela Secretaria Executiva de Educação Profissional, dentre eles, o da necessidade da região em receber uma ETE, análise da oferta existente de cursos técnicos, as ofertas de trabalho da localidade e de sua circunvizinhanças e as demandas da população, originadas por empreendimentos e questionamentos acerca das necessidades profissionais do mercado de trabalho.

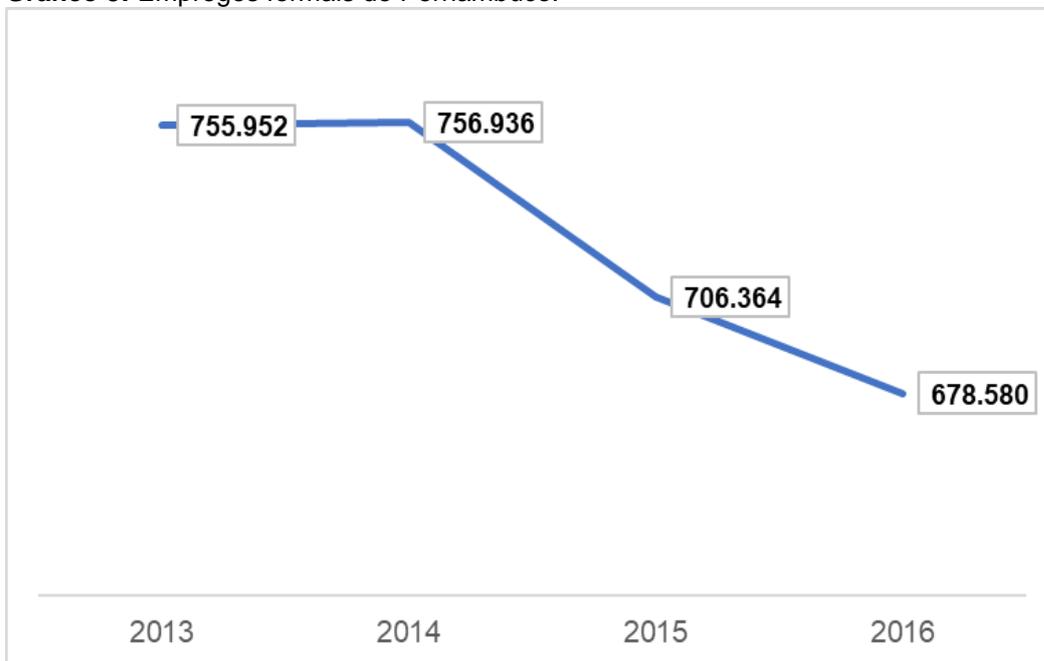
Nesta perspectiva, sobre o processo de funcionamento da política de educação profissional de nível médio integrada em Pernambuco que é um dos objetivos específicos deste estudo, será compreendido no subtópico 2 desta seção, a análise com modelo de processo sobre o que se pode verificar com a absorção dos egressos da unidade ETE Cícero Dias, frente ao que foi planejado, dado o contexto e variáveis que reforçam o entendimento do seu funcionamento e alcance dos objetivos e metas estabelecidas para a política.

Quanto a absorção dos egressos, no subtópico 1 desta seção, serão analisadas as informações sobre as ocupações, setores das empresas empregadoras e segmento de mercado; conferidas a partir das informações encontradas sobre a empregabilidade na RAIS com o cruzamento dos dados identificados dos estudantes formados na ETE Cícero Dias no período de 2013 a 2016.

A empregabilidade formal apresenta, no período de análise deste estudo, um cenário desafiador para quem estava à procura de emprego, visto que Pernambuco e também o Brasil, no período de 2012 a 2016 apresentaram resultados negativos

quanto ao número de empregos formais, como ilustra o Gráfico 5, que compreende o mesmo período de formação dos estudantes neste estudo.

Gráfico 5: Empregos formais de Pernambuco.



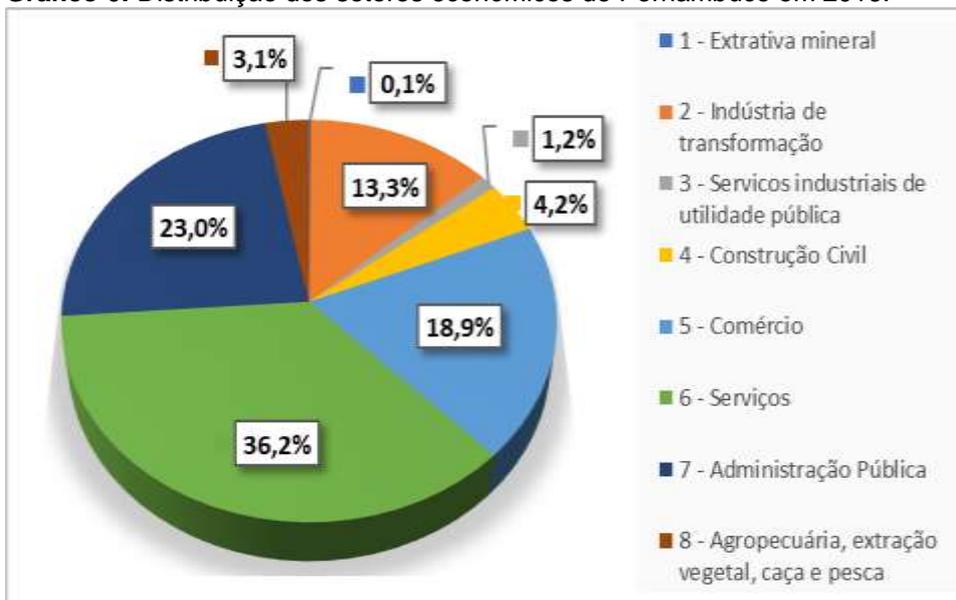
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS-PE.

A queda no total dos empregos formais em Pernambuco traduz o reflexo das quedas percebidas nos diferentes setores econômicos, mas compreendendo ao segmento de construção civil, infraestrutura e alguns ramos de indústria os maiores impactados com a crise econômica brasileira.

A fim de verificar o registro de empregos formais apresentados em Pernambuco, a partir dos dados divulgados por estado no período amostral deste estudo, no portal da RAIS, tem-se a seguir a distribuição no estado de Pernambuco por setor.

Quanto aos setores econômicos que contemplam as atividades das empresas contratantes dos egressos, tem-se a classificação do IBGE, que norteiam as estatísticas de empregos, sendo apresentados em oito grupos: 1 - Extrativa mineral; 2 - Indústria de transformação; 3 - Serviços industriais de utilidade pública; 4 - Construção Civil; 5 - Comércio; 6 - Serviços; 7 - Administração Pública e 8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

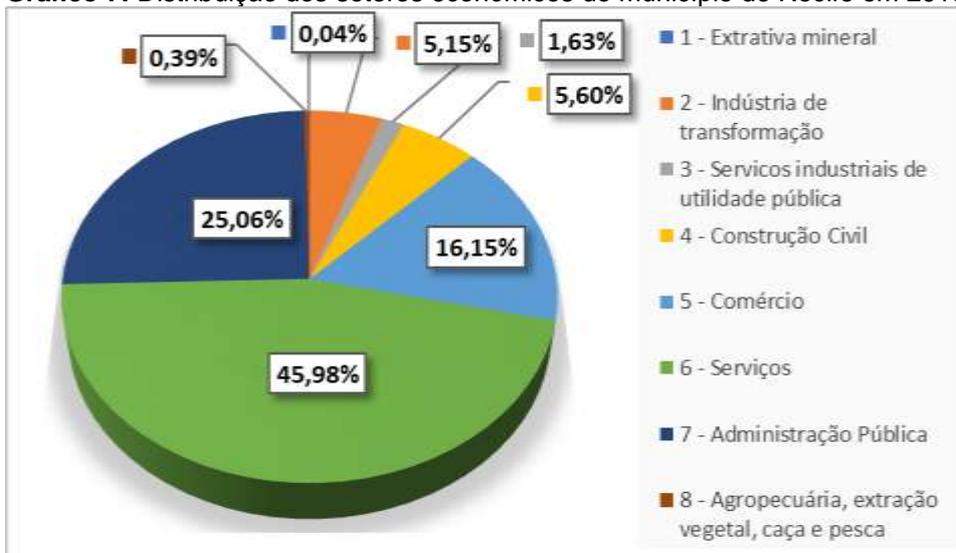
Com um total de 1.585.654 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o estado de Pernambuco apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com um pouco mais de 36%, seguido pelo setor 7 de administração pública (23%) e o 5 de comércio (18,9%), como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6: Distribuição dos setores econômicos de Pernambuco em 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-PE, 2016

Em Recife, que contempla a unidade ETE Cícero Dias que trata este estudo, a distribuição dos empregos formais no município por setor apresenta-se a seguir.

Com um total de 678.580 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Recife apresenta similaridade com Pernambuco na composição dos setores econômicos, apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com quase 46%, seguido pelo setor 7 de administração pública (25,06%) e o 5 de comércio (16,15%), como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7: Distribuição dos setores econômicos do município de Recife em 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-PE, 2016

Para verificar o número de empregados, por setor, em Recife e em Pernambuco no período de análise 2013- 2016, tem-se a Tabela 10.

Tabela 10: Distribuição dos empregados por setor no município de Recife e estado de Pernambuco.

SETOR	2013		2014		2015		2016	
	RECIFE	PE	RECIFE	PE	RECIFE	PE	RECIFE	PE
1-Extrativa mineral	382	2837	384	2698	308	2496	239	2176
2-Indústria de Transformação	38756	239774	40155	240693	35652	220880	34976	210329
3-Serviços industriais de utilidade pública	10990	19442	10989	20195	10660	19128	11030	19349
4-Construção Civil	71928	154286	59928	117532	46231	88504	37970	665454
5- Comércio	126115	313610	126146	323387	117774	315389	109604	299785
6-Serviços	324570	585157	338620	617273	319613	587963	312030	573265
7-Administração Pública	180457	407603	177779	399833	173864	394445	170080	364385
8-Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2754	44773	2935	46932	2262	47530	2651	49911

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-PE, 2016

A partir das informações da RAIS-PE (2016) na Tabela 10, no período de análise deste estudo (2013-2016), observa-se o acompanhamento do cenário brasileiro de redução no número de empregos para a maioria dos setores em Pernambuco.

Os setores 2 de indústria de transformação, 5 de comércio e o 6 de serviços, sendo estes dois últimos correspondentes aos setores de empregabilidade dos egressos da ETE Cícero Dias, apesar de apresentarem aumento entre os anos de 2013 a 2014, em 2015 e 2016 conferiram uma redução contínua do número de empregos.

Em Recife, mostra-se em 2015 e 2016 uma queda de empregos formais em todos os setores em Recife, com destaque para a expressiva e contínua redução do

setor 4 referente a construção civil, que reflete a realidade de empregabilidade de Pernambuco neste segmento também, com substancial queda nos empregos; reforçando o momento de crise econômica que o setor 4 foi impactado com o término/diminuição de obras estruturantes no estado, como abordado na revisão de literatura neste estudo.

Contudo, ainda que 2015 e 2016 tenha apresentado redução de empregos em todos os setores, a participação dos setores no município de Recife em Pernambuco, tem potencial de empregabilidade no setor de Comércio e Serviços, o que confere um ambiente de atratividade para os egressos da ETE Cícero Dias, que tem em seu campo de atuação de formação, empresas que versam sobre estes setores de mercado.

5.1 Absorção dos egressos no mercado de trabalho da ETE Cícero Dias

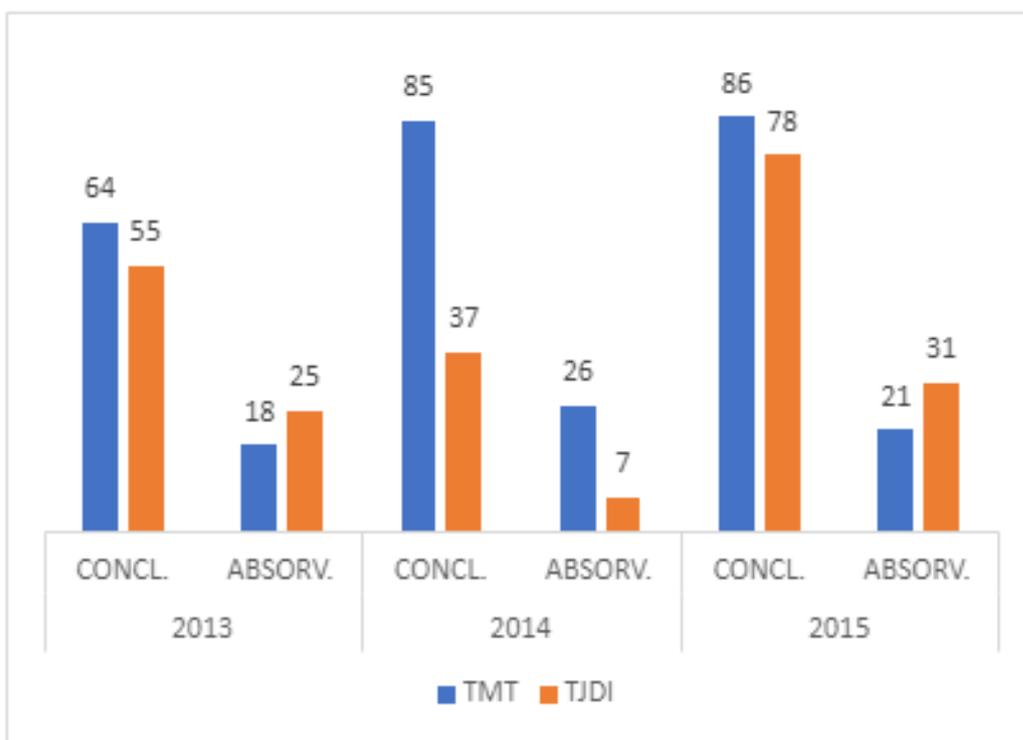
A ETE Cícero Dias oferta o ensino técnico integrado ao ensino médio nos cursos de Técnico em Programação de Jogos Digitais (TJDI) e Técnico em Multimídia (TMT) no município de Recife. No período que compreende o estudo amostral (2013-2016), a unidade formou um total de 405 estudantes, destes 128 foram absorvidos no mercado de trabalho.

Considerando a parcela de absorção dos estudantes formados por curso da ETE Cícero Dias, no período de 2013 a 2015, para o curso de TMT, dos 235 formados, 65 foram absorvidos, compreendendo um percentual de quase 28%. Para o curso de TJDI, dos 170 formados, 63 encontraram-se no mercado de trabalho, um percentual de 37% de absorvidos neste curso.

O resultado da proporção de absorção por cursos serem aproximados, pode ser justificado pois, apesar de pertencer a eixos tecnológicos diferentes, os campos de atuação desses cursos apresentam similaridade quanto às tecnologias associadas, sendo este o de comunicação; o que faz com que as oportunidades no mercado de trabalho, para ambos os cursos técnicos ofertados na ETE Cícero Dias ofereçam algumas semelhantes.

O Gráfico 8 apresenta a quantidade de absorvidos em comparação com a quantidade de formados no período amostral no mercado de trabalho dos concluintes da ETE.

Gráfico 8: Comparativo entre os absorvidos no mercado de trabalho e concluintes da ETE Cícero Dias, por curso nos anos 2013-2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ETE Cícero Dias.

Observa-se que há um maior número de concluintes no curso TMT em todos os anos; e que exceto o ano de 2014, o curso de TDI apresenta maior número de absorvidos em comparação ao de TMT, mas este mantém poucas oscilações no número de absorvidos ao longo dos anos.

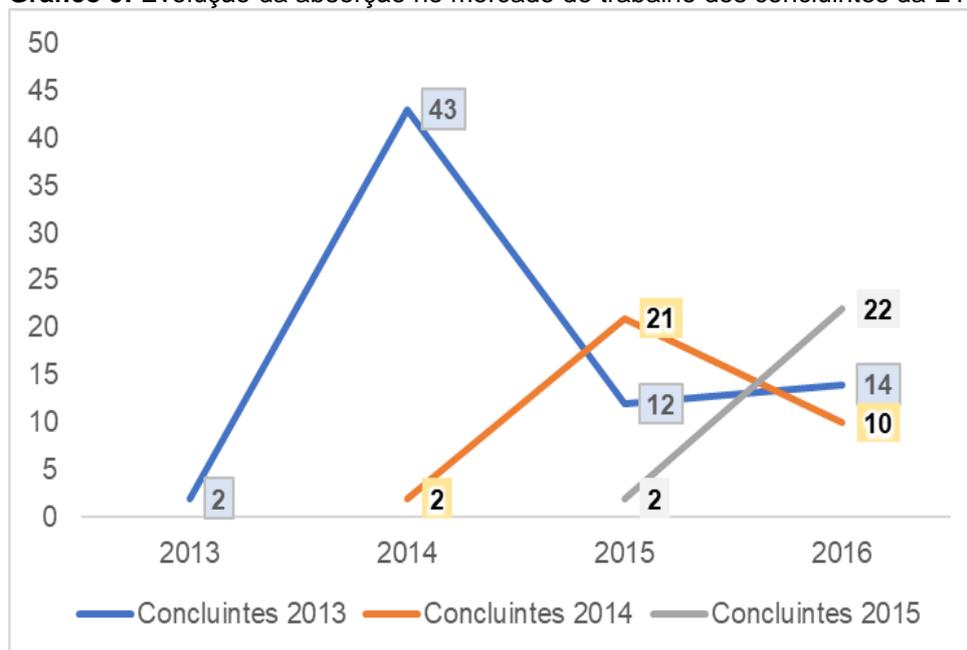
A relevância desta comparação se dá no cenário de recessão econômica do período, tendo em vista que a situação de desemprego, faz com que a opção em trabalhar ao sair do ensino médio, seja menor, com os menores retornos financeiros que poderiam ser ofertados; e também, dada a qualidade da formação da ETE Cícero Dias, muitos estudantes optam por continuar os estudos, o que pode explicar o comportamento do comparativo dos concluintes e dos absorvidos no mercado de trabalho.

Oliveira (2019) e Sales e Vasconcelos (2016) em seus estudos resultados de entrevista com estudante de ensino médio, o primeiro com unidades escolares da região metropolitana do Recife, e as segundas sobre as perspectivas de futuro para egressos de uma unidade de ensino médio integrado no Ceará; apresentam variados motivos de continuar estudando pela ótica do estudante, sendo estes proporcionar melhores condições de vida para si e para a família; que mesmo sem a

garantia do emprego, a formação é um requisito mínimo para iniciar em um emprego formal; como também se apresenta como possibilidade de ingresso ao ensino superior, e com isso conseguir um emprego melhor.

Com relação ao tempo do concluinte de encontrar o primeiro emprego, a absorção mais representativa dos concluintes no mercado de trabalho é percebida no ano imediatamente seguinte a sua conclusão, levando em consideração o fluxo de entrada e saída a cada ano, tendo menor participação nos anos seguintes, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9: Evolução da absorção no mercado de trabalho dos concluintes da ETE Cícero Dias.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

É interessante perceber que logo após o ano de conclusão, os egressos são encontrados na base de dados da RAIS, o que indica a sua absorção no mercado de trabalho, e que no Gráfico 9, mostra-se que estes estão sendo absorvidos em maior quantidade no ano imediatamente seguinte do término do curso, o que demonstra o potencial de empregabilidade dos egressos.

A absorção decresce no período, pois acompanha o movimento negativo do número de empregos formais, já mencionados ao longo da discussão deste estudo, apresentado no capítulo 2 e considerado no início deste capítulo, em que se justifica pela evolução de desemprego apresentada a partir dos anos 2010 no estado de Pernambuco, sendo um reflexo da realidade brasileira.

A cada ano que se distancia do ano de formação, percebe-se queda na absorção ano a ano, visto que a modalidade de ensino ofertada compreende não

somente a perspectiva de profissionalização, mas também de maior qualidade na formação no ensino médio; desta forma, oportuniza mais acesso a informações e oportunidades ao mercado de trabalho.

Esse comportamento pode ser motivado por diferentes frentes, seja desinteresse do concluinte em ingressar no mercado de trabalho, seja pela inadequação ao segmento formativo cursado, ou a prospecção em dar prosseguimento aos estudos, retardando esse acesso.

Como apresenta Krawczyk (2011), o jovem perde rapidamente o entusiasmo pelos estudos no ensino médio, quando no terceiro ano se confronta com um frustrante universo de possibilidades, sendo pelo ingresso na universidade não se configurar como uma possibilidade para a maioria, ou pelo desejo de trabalhar ou melhorar profissionalmente que se torna muito difícil de ser concretizado.

Para Wermelinger; Machado; Amâncio Filho (2007) formação técnica de nível médio possibilita àqueles que concluem esse nível de ensino, o exercício imediato de uma ocupação. O que Cunha (1977) considera que para uma parcela de jovens egressos do ensino médio que, sem nenhuma habilitação profissional, têm como alternativa o caminho, inacessível para um enorme contingente deles, dos cursos superiores.

Ao longo das discussões deste estudo, especificamente no capítulo 2, mostrou-se que o mercado de trabalho tanto pernambucano, quanto brasileiro, no período de 2012 a 2015, apresentou resultados negativos quanto ao número de empregos formais. Krawczyk (2011), apresenta que a retração do mercado de trabalho, faz exigir uma demanda de trabalho com exigências mais elevadas de escolarização para o exercício de qualquer ocupação.

Silva (2018) apresenta que em 2016, em Pernambuco a maior participação da absorção dos empregos formais são de escolaridade média, que incluem pessoas com o ensino médio completo até superior incompleto (54%), demonstrando que de forma geral há mudanças no padrão de absorção de escolaridade com o passar dos anos comparando com o ano de 2006.

Já para a escolaridade baixa e intermediária, configura pessoas com escolaridade até o nível fundamental completo (38%) ou ensino médio incompleto (38%) em sua maioria; sendo este percentual de participação também uma realidade brasileira para esses resultados (SILVA, 2018).

Com o cenário de empregabilidade não se mostrar favorável, a dificuldade no ingresso ao mercado se configura como um motivador para a redução da absorção ao longo dos anos; bem como, por este egresso ser um aspirante ao primeiro emprego e não configurar experiência profissional em sua formação.

Para Guimarães e Almeida (2013), a inserção produtiva dos jovens consolida-se como um grande desafio, pois fatores como a idade precoce de entrada dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo de famílias mais pobres, e a falta de experiência são dificuldades enfrentadas pelos jovens e que estão relacionados à alta rotatividade nas ocupações oportunizadas.

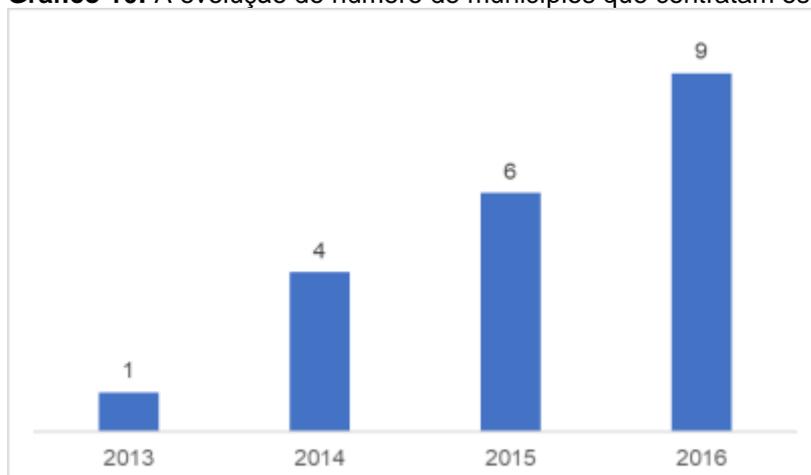
Sobre uma segunda motivação levantada, a adequação dos cursos técnicos oferecidos na ETE Cícero Dias no mercado de trabalho, poderá ser verificada nesta seção quando se tratar dos setores e atividades econômicas das empresas empregadoras dos egressos.

Já quanto a escolha dos egressos da ETE Cícero Dias no prosseguimento aos estudos, pode ser um motivador diante da qualidade do ensino ofertado pelo que foi apresentado sobre os resultados nos indicadores da gestão do estado, no capítulo 3.

No entanto, Krawczyk (2011) aponta que a motivação do estudante continuar estudando não se apresenta com a crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também associada à possibilidade de recompensa, seja por parte dos pais, pelo ingresso na universidade, ou para segmentos sociais.

O aumento na ocupação em empregos formais dos egressos da ETE Cícero Dias, ao longo dos anos, em postos de trabalho, é acompanhado pelo número de municípios que os contratam, essa evolução é demonstrada a partir do Gráfico 10.

Gráfico 10: A evolução do número de municípios que contratam os egressos da ETE Cícero Dias.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

A evolução da participação dos municípios na contratação de egressos da ETE Cícero Dias mostra que a formação técnica oferecida tem apresentado dinamismo para a empregabilidade, e aumento da abrangência geográfica no atendimento das demandas de trabalho dos municípios circunvizinhos ao de Recife.

Com a tendência estrutural de retração do mercado de trabalho, a demanda de trabalho da população aumenta, sendo criadas, por isso, exigências mais elevadas de escolarização para o exercício de qualquer ocupação. (KRAWCZYK, 2011).

Desta forma, novos padrões de consumo com os avanços tecnológicos, competitividade internacional e produção em escala, apresenta-se a demanda por trabalhadores mais qualificados para acompanhar essas mudanças. (RAMOS, 2009) E as exigências de profissionais no mercado de trabalho atual têm sido por pessoal com competências polivalentes e multifuncionais para atender a dinâmica de produtividade dos diversos sistemas produtivos organizacionais (OLIVEIRA, 2007).

Quanto aos municípios que absorveram esses egressos no mercado de trabalho, em sua grande parte estão localizados na RMR, mas tendo também, no período analisado, profissional egresso da ETE em estudo, contratado por empresa no arquipélago de Fernando de Noronha, distante 541 km da capital estadual.

Sobre a participação dos egressos nos municípios de seus empregos, tem-se a distribuição acumulada desses profissionais por município das empresas contratantes, considerando os desligamentos e contratações ano a ano, sendo apresentada no Gráfico 11, e quantificada na Tabela 11.

Tabela 11: Distribuição dos egressos da ETE Cícero Dias empregados nos municípios das empresas contratantes.

Municípios/Ano	Concluintes	Concluintes	Concluintes	Concluintes
	2013	2014	2015	2016
Recife	2	38	59	75
Olinda	-	1	2	1
Jaboatão dos Guararapes	-	7	10	23
Fernando de Noronha	-	-	1	1
Paulista	-	3	1	1
Cabo de Santo Agostinho	-	-	2	4
Ipojuca	-	-	-	1
São Lourenço da Mata	-	-	-	1
Vitória de Santo Antão	-	-	-	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

A Tabela 11 mostra que em 2016, Recife tem um saldo acumulado de 75 egressos no total de participação do mercado de trabalho. Mesmo com a queda de absorção a cada ano relatado anteriormente na discussão do Gráfico 11, o município de Recife apresenta maior empregabilidade, seguido por Jaboatão dos Guararapes para estes egressos.

Gráfico 11: Proporção dos egressos da ETE Cícero Dias empregados nos municípios das empresas contratantes.

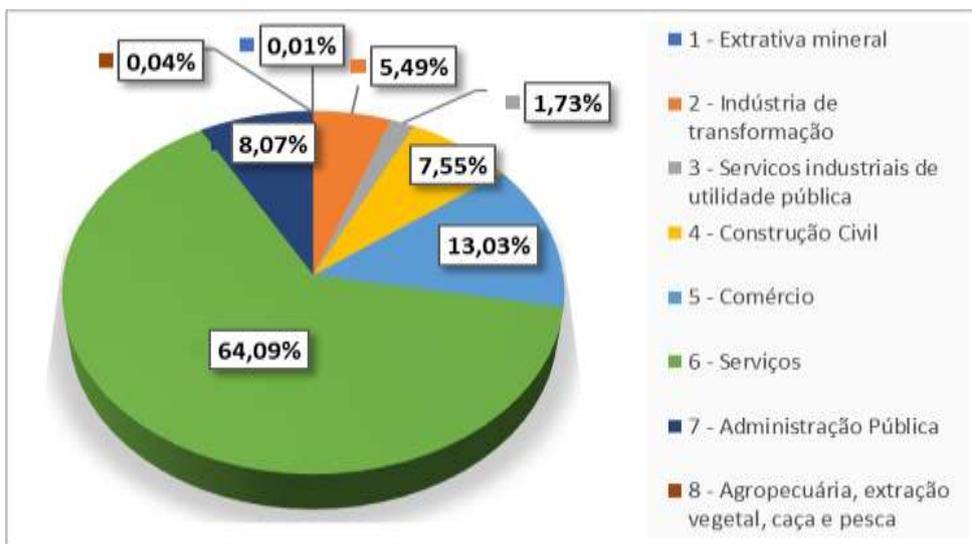


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

Verifica-se que grande parte das empresas contratantes está inserida na capital do estado, seguidas pelas cidades de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, que concentram juntas uma relevante participação no conglomerado de empresas comerciais e industriais da RMR.

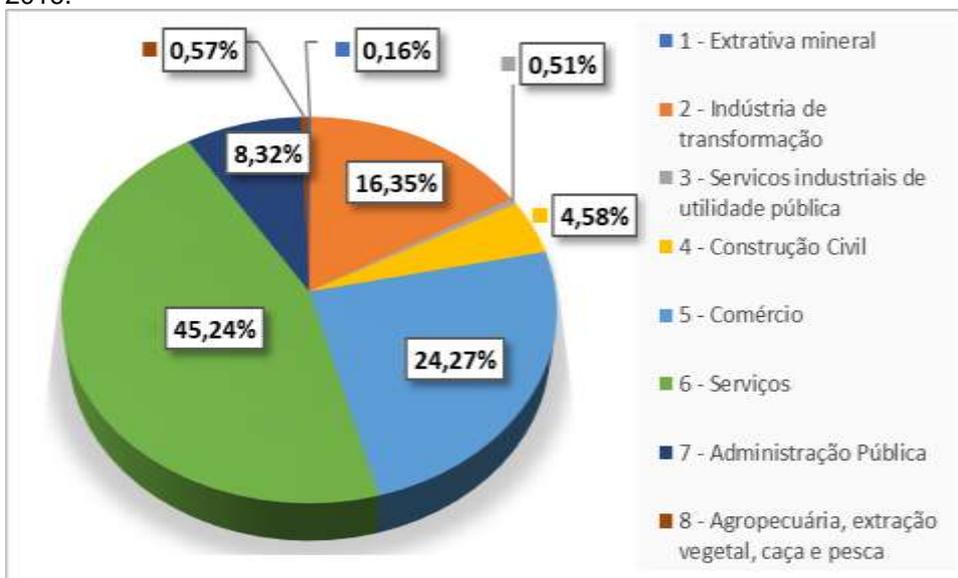
Diante dos municípios que apresentam absorção dos egressos da ETE Cícero Dias, a seguir são apresentadas a distribuição de empregos formais dos setores econômicos de cada um, a fim de verificar o potencial de empregabilidade e assim apresentar a conformidade da absorção ao mercado de trabalho dos egressos.

Com um total de 79.193 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Olinda apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com um pouco mais de 64%, seguido pelo setor 5 de comércio, setor 7 de administração pública e 4 de construção civil, como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12: Distribuição dos setores econômicos do município de Olinda em 2016.

Fonte: RAIS-PE, 2016.

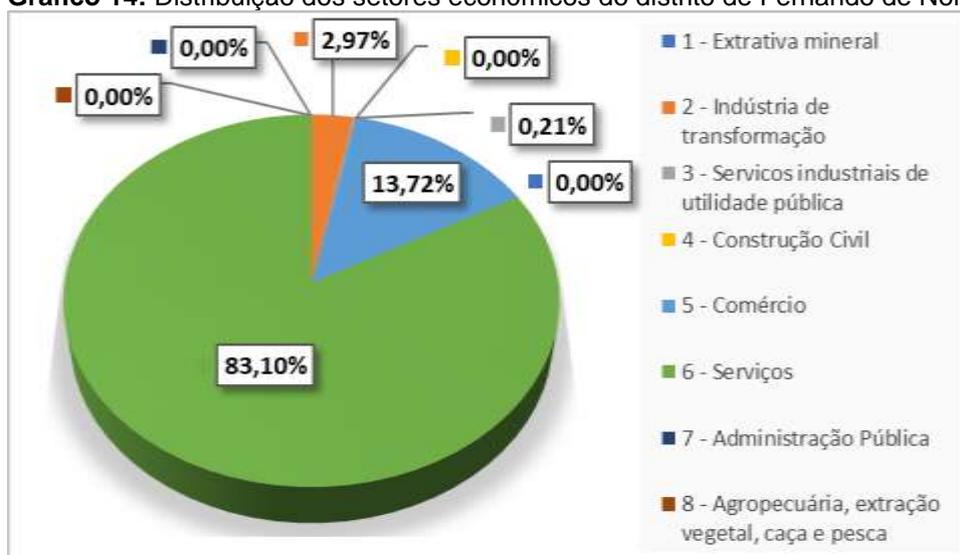
Com um total de 111.460 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Jaboatão dos Guararapes apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com um pouco mais de 45%, seguido pelo setor 5 de comércio, setor 2 de indústria de transformação e 7 de administração pública, como mostra o Gráfico 13.

Gráfico 13: Distribuição dos setores econômicos do município de Jaboatão dos Guararapes em 2016.

Fonte: RAIS-PE, 2016.

Com um total de 1.414 de empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Fernando de Noronha apresenta potencial participação de empregados no setor 6 de serviços com um pouco mais de 83%, seguido pelo setor 5 de comércio e 2 de indústria de transformação, como mostra o Gráfico 14.

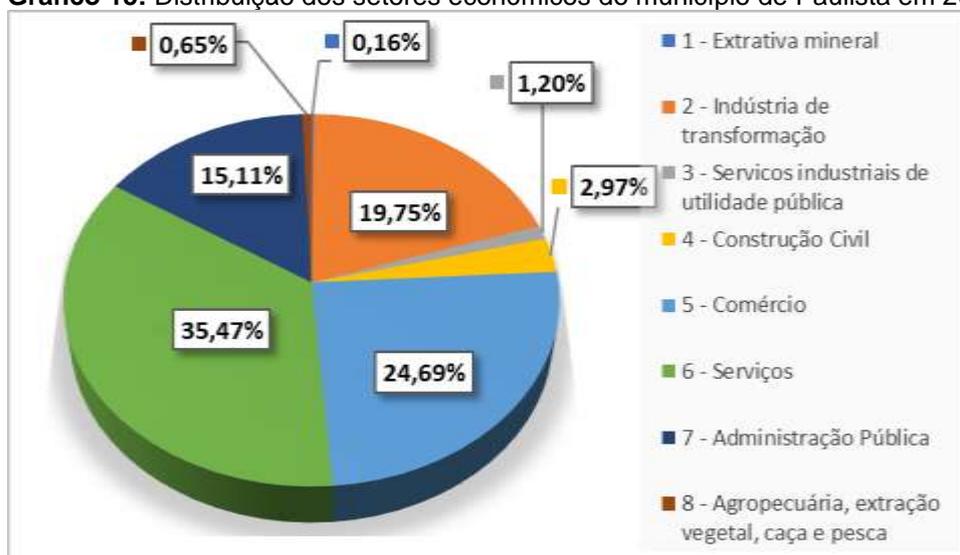
Gráfico 14: Distribuição dos setores econômicos do distrito de Fernando de Noronha em 2016.



Fonte: RAIS-PE, 2016.

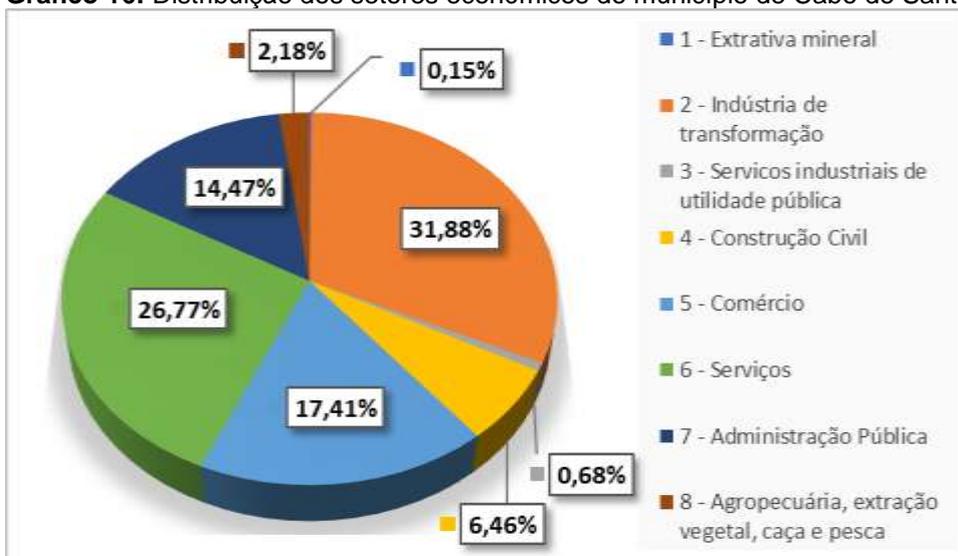
Com um total de 30.761 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Paulista apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com um pouco mais de 35%, seguido pelo setor 5 de comércio, setor 2 de indústria de transformação e 7 de administração pública, como mostra o Gráfico 15.

Gráfico 15: Distribuição dos setores econômicos do município de Paulista em 2016.



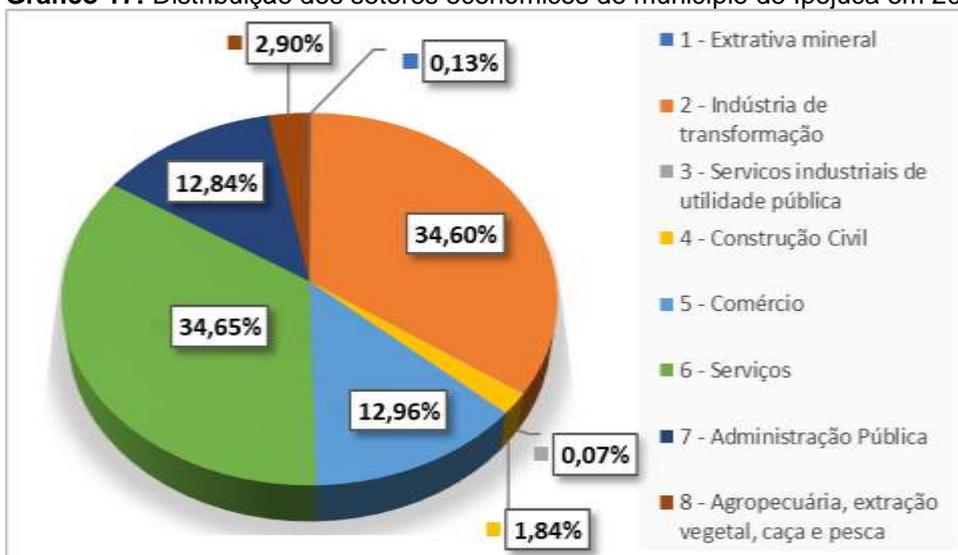
Fonte: RAIS-PE, 2016.

Com um total de 37.027 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Cabo de Santo Agostinho apresenta maior participação de empregados no setor 2 de indústria de transformação com 26,77%, seguido pelo setor 6 de serviço, setor 5 de comércio e 7 de administração pública, como mostra o Gráfico 16.

Gráfico 16: Distribuição dos setores econômicos do município de Cabo de Santo Agostinho em 2016.

Fonte: RAIS-PE, 2016.

Com um total de 32.094 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Ipojuca apresenta maior participação de empregados dividindo-se entre os setores 6 de serviços com 34,65% e o setor 2 de indústria de transformação com 34,60%, seguido pelo setor 5 de comércio e 7 de administração pública que também apresentam percentual bem próximos de participação, como mostra o Gráfico 17.

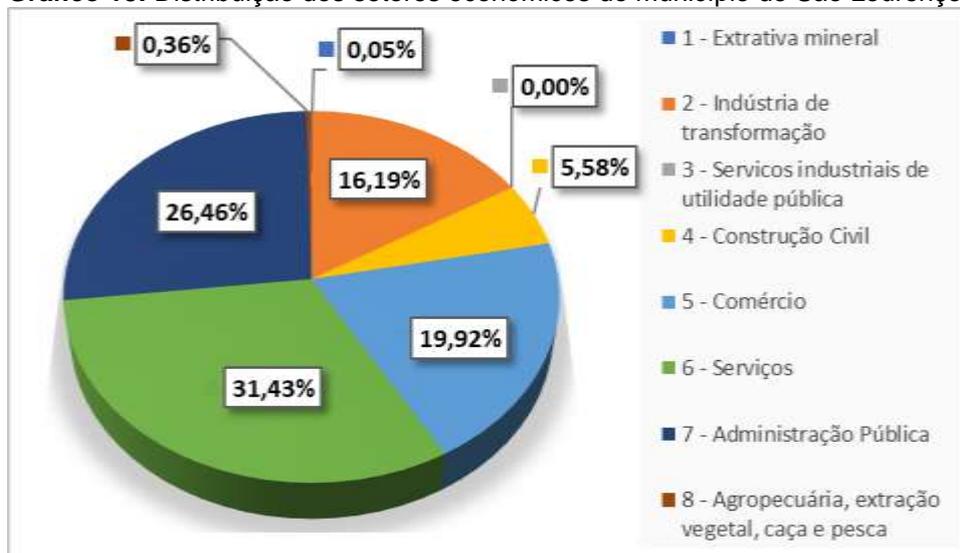
Gráfico 17: Distribuição dos setores econômicos do município de Ipojuca em 2016.

Fonte: RAIS-PE, 2016.

Com um total de 9.627 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de São Lourenço da Mata apresenta maior participação de empregados no setor 6 de serviços com 31,43%, seguido pelo setor 7 de administração pública,

setor 5 de comércio e setor 2 de indústria de transformação, como mostra o Gráfico 18.

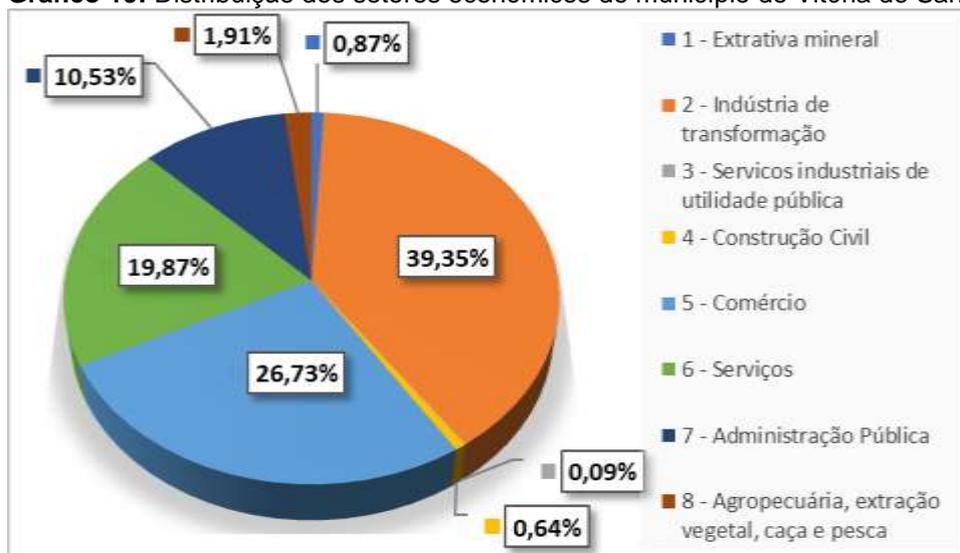
Gráfico 18: Distribuição dos setores econômicos do município de São Lourenço da Mata em 2016.



Fonte: RAIS-PE, 2016.

Com um total de 21.617 empregos formais em 2016, segundo RAIS-PE (2016), o município de Vitória de Santo Antão apresenta maior participação de empregados no setor 2 de indústria de transformação com 39,35%, seguido pelo setor 5 de comércio, setor 6 de serviços e setor 7 de administração pública, como mostra o Gráfico 19.

Gráfico 19: Distribuição dos setores econômicos do município de Vitória de Santo Antão em 2016.



Fonte: RAIS-PE, 2016.

A partir do levantamento dos dados dos egressos da ETE Cícero Dias, verifica-se que para os municípios Recife e Jaboatão dos Guararapes que apresentam a

maior absorção desses egressos em Pernambuco, apresentam maior participação de empregos formais no setor de 6 serviços. E os cursos TMT e TJDI tem o campo de atuação profissional voltado para esse setor econômico, visto que versam para o mercado de TIC com atribuição dos eixos de Produção cultural e design e Informação e comunicação, respectivamente; que correspondem às empresas do segmento de serviços de comunicação, multimídias e desenvolvimento de jogos.

Silva (2018), ao tratar do perfil educacional da mão de obra do estado de Pernambuco em 2016, apresenta que a participação dos trabalhadores com o menor grau de formação diminui com o passar dos anos para os setores econômicos no Estado de Pernambuco.

O setor de serviços em Pernambuco, compreende a maior participação no número de empregos no estado segundo dados da RAIS-PE (2016), e este setor absorve a maior quantidade de mão de obra com escolaridade média, com o destaque para as atividades econômicas do segmento de atividades administrativas e serviços complementares, com 66,61% dos empregos formais com nível de instrução com ensino médio concluído, assim com e o segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 74,34%, como apresenta Silva (2018).

Desta forma, verifica-se que o mercado de trabalho em Pernambuco apresenta potencial empregabilidade ao setor de serviços, dada a observação da distribuição dos empregos formais por setores tanto ao estado quanto nos municípios que empregaram os egressos da ETE Cícero Dias.

Como os cursos técnicos integrados ofertados apresentam como campo de atuação voltado para esse setor econômico, configura-se a conformidade dos cursos ofertados às atividades econômicas de serviços de Tecnologia e Informação; e assim o atendimento à proposta da política pública de educação profissional em sua concepção de atender às demandas de trabalho local diante da oferta dos cursos nas unidades ETE.

Dos egressos da ETE Cícero Dias que constam na base da RAIS como absorvidos pelo mercado de trabalho, foram observadas as empresas empregadoras, que assim como as ocupações, apresentam uma diversidade nos segmentos de atuação. Tendo como base a metodologia empregada para o CNAE 2.0, que denomina as diferentes atuações das empresas em seções identificadas

por algarismos que se iniciam em “A” e finalizam em “U”, em conformidade também com a classificação internacional.

A CNAE 2.0 utilizada para esta análise apresenta a classificação da atuação das instituições cadastradas e registradas da Administração Pública em cinco níveis: seções, divisões, grupos, classes e subclasses. Neste estudo, as empresas foram agrupadas em seções, pois é o nível de grupamento mais abrangente da classificação, o que é interessante para o melhor entendimento quanto ao setor econômico que participam.

Para melhor compreender a distribuição de empresas diante a classificação mencionada, o ilustrado na Tabela 12 apresenta a quantidade de egressos distribuídos nas denominações das seções da CNAE.

Tabela 12: Distribuição de empresas contratantes dos egressos da ETE Cícero Dias pela classificação CNAE 2.0.

Denominação – CNAE 2.0	SEÇÃO	QTDE
Artes, Cultura, Esporte E Recreação	R	1
Atividades Financeiras, De Seguros E Serviços Relacionados	K	1
Administração Pública, Defesa E Seguridade Social	O	2
Eletricidade E Gás	D	2
Outras Atividades De Serviços	S	3
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	M	4
Saúde Humana E Serviços Sociais	Q	4
Alojamento E Alimentação	I	5
Construção	F	5
Indústrias De Transformação	C	6
Educação	P	8
Transporte, Armazenagem E Correio	H	11
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	N	17
Informação E Comunicação	J	24
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	G	35
TOTAL		128

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, ETE Cícero Dias e CNAE 2.0.

Das 21 seções compostas na classificação CNAE, as empresas que compreendem a absorção dos egressos na ETE Cícero Dias encontram-se em 15 diferentes seções que se relaciona ao segmento de sua atuação no mercado. Assim, observa-se que dos segmentos de atuação apresentados, destacam-se os que versam sobre o setor de serviços e comércio, sendo condizente com o volume de empregos gerados em Pernambuco, e que Recife acompanha.

A maior concentração destes egressos se dá em empresas classificadas como comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, representada pela seção “G”, ainda que a referida denominação agregue a reparação de veículos automotores e motocicletas, as empresas de cunho comercial são essencialmente responsáveis pela absorção desses profissionais, o que fica melhor evidenciado na apresentação do Tabela 13.

Tabela 13: Distribuição dos egressos da ETE Cícero Dias na Seção G da Classificação CNAE 2.0.

Denominação - CNAE 2.0	QTDE
Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	1
Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	1
Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	1
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	1
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	1
Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	1
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	1
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	2
Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	2
Comércio atacadista de bebidas	3
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	3
Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	5
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	9
TOTAL	35

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, ETE Cicero Dias e CNAE 2.0.

Verifica-se nesta tabela que o agrupamento em seção, quando desmembrado, revela uma diversidade de campos de atuação. A participação da maioria dos estudantes egressos da ETE Cícero Dias à seção G e, sobretudo ao comércio, pode ser discutida melhor ao se verificar os tipos de ocupação a partir da CBO, que será tratada a seguir.

A CBO apresenta em sua composição a divisão em cinco níveis de competência: ocupação, família, subgrupo, subgrupo principal e grande grupo ocupacional. Neste estudo, as ocupações foram separadas pelo nível de ocupações, que corresponde a composição de 4 números na sua codificação, pois indica, de forma ampla, o domínio dos campos profissionais de famílias ocupacionais agregadas.

A fim de conhecer quais as ocupações dos absorvidos da ETE Cícero Dias no mercado de trabalho, relacionou-se os dados do CNAE com a ocupação declarada pela empresa na RAIS, seguindo a classificação da CBO.

Nota-se na Tabela 12 que se destacam três seções a partir da maior concentração dos concluintes empregados da ETE Cicero Dias no período considerado, compreendendo 59,37% do total (76 dos 128 estudantes) que ingressaram no mercado de trabalho com empregos formais, no período deste estudo. Para tanto, às seções G (Comércio), J (Informação e Comunicação) e N (Atividades administrativas e serviços), serão analisadas as ocupações desses empregados, separados por sua formação no curso técnico.

Para o grupo G, com a maior concentração dos estudantes egressos empregados, que corresponde a 26,56% do total de egressos analisados, as ocupações e quantitativo de profissionais em cada uma delas é demonstrada no Gráfico 20.

Gráfico 20: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção G, por curso.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cicero Dias.

Observa-se as ocupações de Vendedor de comércio varejista e auxiliar de escritório com as que mais empregaram para ambos os cursos. Dos 35 empregados neste setor, 23 são dos cursos de TMT, conferindo uma participação neste segmento de quase 66%. Mas para a formação que se propõe os cursos que versam sobre o tocante da Tecnologia e informação, as ocupações ocupadas não apresentam conformidade com o objetivo de formação de ambos os cursos.

Para o curso de TJDI, esta seção referente a Comércio não corresponde ao esperado para esta formação como também a ocupação frente ao que se foi ofertado de formação, mas compreendeu 18,5% dos egressos absorvidos com 12 estudantes empregados.

Para o grupo J, as ocupações e quantitativo de estudantes egressos empregados em cada uma delas é demonstrada no Gráfico 21.

Vale salientar que esta seção apresenta conformidade para o campo de atuação da formação dos dois cursos, e ao que apresenta como potencial setor empregador de Recife, pois compreende a atuação no setor de serviços e voltados a TIC, que versa as atividades produtivas para esta região. No entanto, sobre as ocupações dos egressos, inferem-se algumas considerações a partir do Gráfico 21.

Gráfico 21: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção J, por curso.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

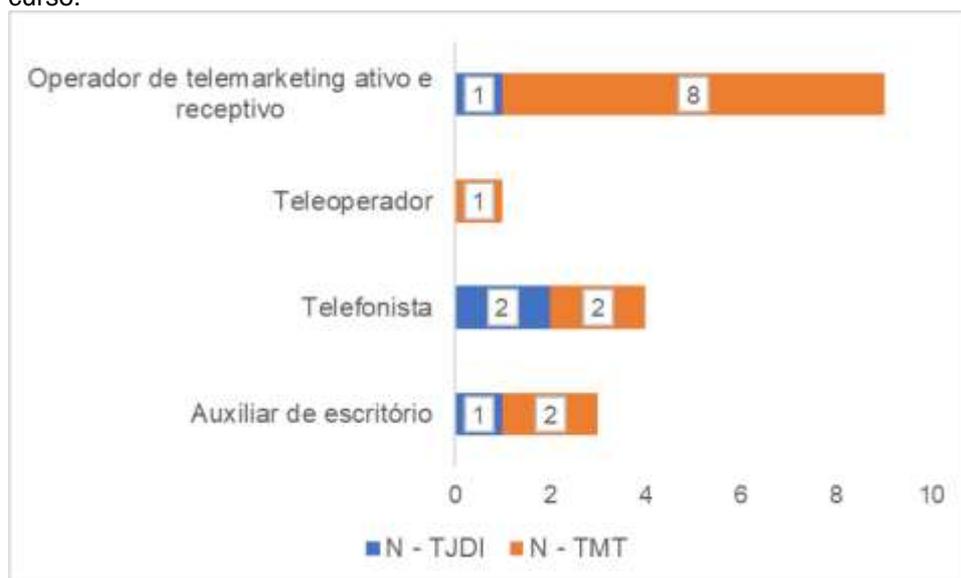
Observa-se, com este gráfico, que para o setor de Informação e Comunicação, a absorção dos egressos empregados da ETE Cícero Dias apresenta diferenças, tendo para as ocupações de Programador de sistemas de informação, Tecnólogo em análise de desenvolvimento de sistema e Assistente administrativo, a maior atratividade e absorção para os formados em Técnico em Programação de Jogos Digitais, compreendendo 16 dos 63 egressos nesta seção (25,4%).

Quanto aos empregados formados em Tecnólogo em Multimídia, as ocupações são divididas com o outro curso nesta seção que corresponde ao seu campo de atuação de formação. No entanto, mesmo não tendo tanta participação

nesta seção (12% do total de absorvidos), compreendem maior número nas ocupações de Operador de telemarketing receptivo e ativo, que não compreendem ocupações esperadas em seu eixo de formação.

Para o grupo N, as ocupações e quantitativo de estudantes egressos empregados em cada uma delas são demonstrados no Gráfico 22.

Gráfico 22: Participação dos egressos da ETE Cícero Dias em empregos formais da seção N, por curso.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e ETE Cícero Dias.

Observa-se que os empregados, formados em Técnico em Multimídia, apresentam maior participação nesta seção voltada à Administração e Serviços compreendendo 20%, e as ocupações apresentadas voltam-se ao segmento de telefonia, o que tem maior atratividade para esta formação em comparação ao curso de TJDI, que apresenta 4 dos 63 absorvidos, assim com 6% de absorvidos neste curso.

Diante de todas as análises realizadas para verificar a absorção dos estudantes egressos do ensino técnico integrado ao ensino médio da ETE Cícero Dias, percebe-se que em relação ao que se propôs neste estudo, foram apresentadas as informações detalhadas sobre a ocupação, setores e atividades econômicas que caracterizam os empregados o mercado de trabalho pernambucano.

Conclui-se que os cursos técnicos integrado oferecidos na ETE Cícero Dias apresentam baixa conformidade com o que se propõe em seus campos de atuação, objetivos de formação e ocupação, uma vez que para o curso de TMT, a maior

participação dos absorvidos se dá no segmento de comércio (66%) em funções operacionais administrativas. E para o curso de TJDI, por compreender apenas 25 % de participação na seção de Informação e Comunicação, que versa o interesse desta formação, tanto para o segmento quanto para as ocupações.

Desta forma, para ambos os cursos, apresenta-se a crítica de que ainda falta maior conexão com o mercado de trabalho em sua formação, e maior absorção dos egressos depois de formados, que neste estudo se concentrou em verificar os setores, ocupações e atividades empresariais dos egressos absorvidos.

Sobre o objetivo da política de compor oferta de cursos condizentes às demandas de trabalho dos municípios ou circunvizinhanças em que são conferidos, a concentração da absorção na região de desenvolvimento Metropolitana do Recife.

Com isso, atende ao objetivo da política de educação profissional integrada ao ensino médio do estado de Pernambuco, já que a ETE Cícero Dias está localizada no município de Recife e a absorção dos egressos contemplaram 9 dos 15 municípios da RMR e as empresas empregadoras versam em sua maioria na atuação de mercado de Comércio e Serviço que compreendem a maior participação de empregados desta região.

Salienta-se que os cursos TMT e TJDI, ofertados pela ETE Cícero Dias, tem o campo de atuação profissional voltado para o setor de Serviços, visto que versam para o mercado de TIC como são apresentados aos eixos tecnológicos dos cursos, sendo de Produção cultural e design e Informação e comunicação, respectivamente.

Mas com a observação das ocupações no trabalho, só o curso de TJDI apresentou participação em oportunidades que versam sobre o que foram formados, o que não aconteceu em nenhuma seção para o curso de TMT.

Para tanto, observa-se que os empregados, formados em Técnico em Multimídia (TMT), apresentam maior participação na seção voltada à Administração e Serviços, as ocupações apresentadas voltam-se ao segmento de telefonia, o que tem maior atratividade para esta formação; no entanto, configura-se uma distorção sobre o campo de atuação profissional esperado para esta formação técnica.

Quanto a atuação profissional dos egressos em TMT, as demandas na ocupação de Operador de Telemarketing não alcançam os objetivos desta formação técnica, sendo estes, o de desenvolver comunicação visual em meios eletrônicos,

interfaces interativas, publicações digitais, animações 2D e 3D, websites, web TV, TV digital e conteúdo audiovisual; bem como a produção de elementos gráficos: roteiros, personagens, cenários e objetos de cenas, entre outros.

Apesar dos egressos serem absorvidos no segmento de comunicação, sua participação nas ocupações no mercado de trabalho não corresponde ao que se apresenta no perfil do curso, o de atender empresas de mídias digitais, comunicação, provedoras de internet e marketing de empresas, desenvolvendo habilidades de tratamento de imagens, desenvolvimento de comunicação visual e conteúdo áudio visual; sendo estas exemplos que não compreendem à prática da prestação de serviço de atendimento operacional de comunicação por telefone.

Já o curso técnico em Programação de Jogos Digitais (TJDI), apresenta como aspecto positivo, o da maior participação no segmento de Informática e Comunicação, em ocupações correspondente ao seu campo de atuação profissional e eixo formativo do curso, apesar de ainda ser baixa.

E quanto a abrangência e diversificação no segmento de Informação e Comunicação, 16 dos 63 egressos em TJDI apresentaram-se em ocupações de programação e desenvolvimento de sistema que são correspondentes ao perfil do curso no tocante ao campo de atuação profissional da formação técnica, em empresas de desenvolvimento e programação.

Percebe-se para esta formação também, o alcance dos objetivos de formação técnica em TJDI mesmo que para $\frac{1}{4}$ dos egressos, uma vez que algumas das ocupações compreendem capacitar o estudante a desenvolver códigos e produtos relacionados utilizando ferramentas de programação; conferindo para este, o desenvolvimento da competência profissional desejada, dentre elas, a de aplicar técnicas de computação gráfica e desenvolver ambientes digitais em várias plataformas.

5.2 Análise da execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio de Pernambuco.

Verificar a execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio na rede estadual de Pernambuco, versa sobre um dos objetivos de análise deste estudo, que através do estudo de caso da ETE Cícero Dias, busca analisar

através do modelo de processo, a implementação da política frente ao que foi planejado, dado o seu contexto e variáveis que reforçam o entendimento do seu funcionamento e alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

Sobre os cursos de formação técnica no ensino médio integrado oferecidos na ETE Cícero Dias, foi mostrado no capítulo 3 que são voltados ao campo de atuação profissional em empresas de serviços de tecnologia, informação e comunicação.

De acordo com o observado sobre o mercado de trabalho de Pernambuco no início deste capítulo, o setor de tecnologia, informação e comunicação tem alcançado considerável empregabilidade e dentre os municípios que absorveram os egressos apresentados na seção 5.1, o município de Recife apresenta potencial empregabilidade neste setor econômico visto os investimentos e empresas direcionadas para essa atuação de mercado.

A expansão e fortalecimento da política de educação profissional na rede estadual de Pernambuco tem na formação de ensino médio integrado, o reflexo dos seus investimentos na ampliação de unidades de ETE e conseqüentemente na oferta de vagas de formação técnica.

A estruturação desta política deu-se com a criação de uma secretaria para tratar da sua implementação e execução, a consolidação do seu Plano de ação, e reação em ação governamental quanto às mudanças nas legislações da educação brasileira que incentivaram a educação profissional na educação básica.

Com isso, fez-se com que os estados fomentassem, em maior ou menor proporção, o interesse pela organização de suas redes de educação profissional, a fim de preparar a sociedade e mão de obra para atender a uma demanda crescente do mercado de trabalho por profissionais qualificados.

Quanto ao atendimento ao interesse da política pública de educação profissional integrada ao ensino médio de Pernambuco, de uma formação profissional de maior qualidade e voltada à demanda de trabalho local, verifica-se que a escolha dos cursos técnicos integrados oferecidos na ETE Cícero Dias, apresentam conformidade quanto ao setor potencial de mercado e de empresas em Pernambuco, visto que a escola situa-se no município de Recife e que mais 8 municípios da Região Metropolitana tiveram absorção dos egressos.

E nesta região de desenvolvimento, as empresas que empregaram esses egressos pertencem em quase 60% ao setor de comércio, tecnologia e informação e

serviços administrativos. Desta forma, apresentando atendimento entre demanda de trabalho e oferta de curso técnico, assim versando ao proposto na política pública estudada.

Vale salientar que esta conformidade é relevante não só para reforçar os interesses da política de educação profissional, mas também, da política desenvolvimentista que acompanhou as mudanças educacionais no estado, a partir dos investimentos de empresas e nos projetos estruturados, tratados no capítulo 3; pois no município do Cabo de Santo Agostinho encontra-se o Polo Suape e em Recife, o Polo de *Software*, sendo nestes municípios a maior absorção dos egressos da ETE Cícero Dias.

E para a ETE Cícero Dias, a parceria público privada com a Oi Futuro através da implantação do NAVE, destinado a disseminar conhecimentos e formação profissional para profissões do futuro no mercado de criatividade, inovação e tecnologia digital, tem nos seus egressos um público potencial para empregabilidade nas instituições que atuam na unidade de ensino, como as empresas de tecnologia como a OI e o CESAR, que estão presentes no Polo de Software do Recife.

Desta forma para o município de Recife, quanto as informações sobre os cursos de formação ofertados na rede integrada de nível médio em Pernambuco e os dados dos egressos, a conformidade é maior, visto que no segundo setor que mais emprega, o de TIC, compreendem os egressos da ETE Cícero Dias em ocupações relacionadas ao setor da sua área de formação.

E muitas dessas empresas empregadoras concentram-se no Polo de *Software*, que tem sua atuação no mesmo município onde compreende a formação, assim atendendo ao interesse de absorção de mão de obra para emprego local e às suas atividades demandas.

Sobre o aspecto de empregabilidade dos egressos da ETE Cícero Dias, vale considerar que para esta formação técnica de nível médio, as vagas destinadas são ofertadas no mercado na condição de primeiro emprego ou jovem aprendiz; e ainda, pelo período de formação em ETE ser em tempo integral, as vagas ficam limitadas às que não requisitam de experiência. Desta forma, as opções à emprego se apresentam em menor volume para os egressos desta modalidade de ensino da rede estadual de Pernambuco.

Quando se verifica a ocupação dos egressos da ETE Cícero Dias no mercado de trabalho de Pernambuco, esta mostra-se como sendo de nível médio versando

em funções atreladas ao quadro de nível operacional das empresas, o que corresponde ao nível de competência da formação técnica de ensino médio.

Os cursos ofertados na ETE Cícero Dias e a absorção dos egressos no mercado de trabalho de Pernambuco, a política de educação profissional integrada ao ensino médio, em sua execução ainda falta mais participação na absorção dos egressos e em setores vinculados em sua área de formação, já que para os cursos ofertados apresentam-se voltados ao segmento correspondente aos municípios em que são escolhidos os cursos nas unidades ETE.

Analisar a política de educação profissional integrada ao ensino médio a partir do método de avaliação de processo contribui para verificar os alcances de sua execução, e assim analisar a sua execução quanto ao que foi planejado sobre o que foi implementado e tratar dos objetivos a serem realizados no estado atual de uma política.

Para tanto, considerando a abordagem metodológica deste modelo de processo por Cohen e Franco (1993) que tratam de análise de variáveis para a realização da avaliação de uma política pública.

Desta forma, para a análise deste estudo de caso, as variáveis-parâmetro são as informações identificadas dos estudantes concluintes da ETE Cícero Dias e seus cursos técnicos ofertados no ensino médio integrado; as variáveis-objeto compreendem as informações sobre os empregados formais da ETE em estudo no mercado de trabalho de Pernambuco; e como variáveis-instrumento as atividades econômicas das empresas empregadoras, os setores produtivos do estado e as metas do PEE.

Considerando os parâmetros do modelo, verifica-se que os egressos são formados em cursos voltados à Tecnologia e informação e que são aspirantes ao primeiro emprego. E que o instrumento de análise foi a base de dados da RAIS para identificar as atividades econômicas das empresas empregadoras, os setores produtivos do estado.

Ao que trata o objetivo de análise desta política, as informações sobre os empregados formais no mercado de trabalho de Pernambuco têm apresentado conexão com as demandas de trabalho, mesmo que ainda baixa ou até mesmo sem tanta assertividade.

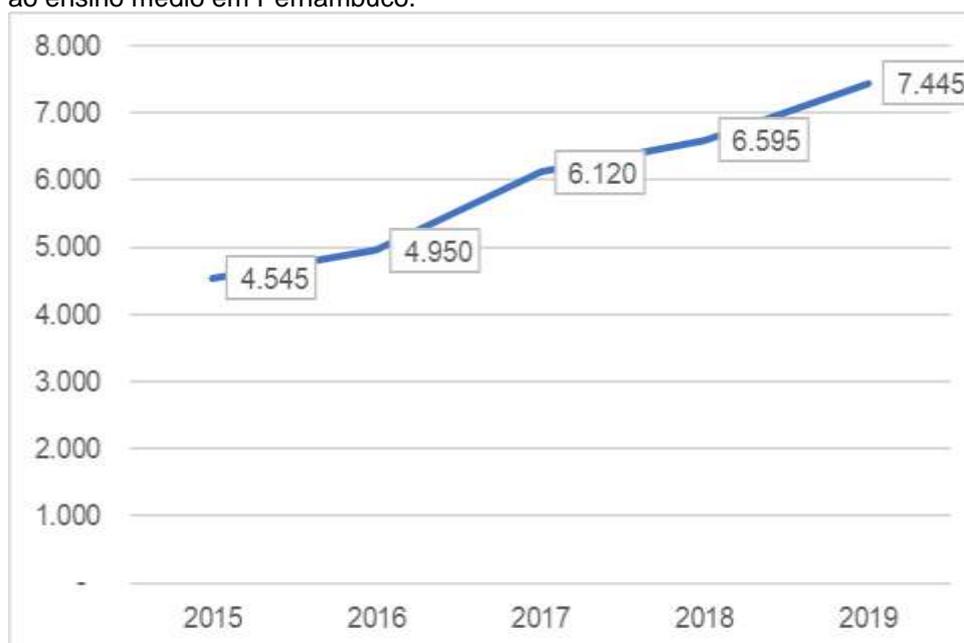
Visto que grande parte dos absorvidos correspondem ao setor de serviços e no segmento de TIC, assim vem atendendo ao que se propunha a execução da política em fornecer mão de obra qualificada ao mercado local, mas as ocupações auferidas ainda são desconformes ao que são destinadas as formações nas unidades ETEs.

Quanto a abordagem metodológica do modelo de processo por Dye (2009), este modelo busca compreender o aspecto da política quanto estruturas e o agrupamento de atividades para sua execução; como também entender os participantes/instituições na atuação social; e verificar o estabelecimento, implementação e o cumprimento dos alcances e objetivos de uma política pública.

Para isso, sobre o alcance de metas do PEE, que são de interesse à educação profissional integrada ao ensino médio, dentre as 11 metas da dimensão de Direito à educação básica com qualidade, a de número 11 é a que compreende o objeto de observação deste estudo, pois trata em triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Mediante consulta aos editais de seleção para ingresso em ETE, observa-se aumento na oferta de vagas de educação profissional na modalidade técnica integrada ao ensino médio no período de 2015 a 2019, observado no Gráfico 23.

Gráfico 23: Evolução da oferta de vagas de educação profissional na modalidade técnica integrada ao ensino médio em Pernambuco.

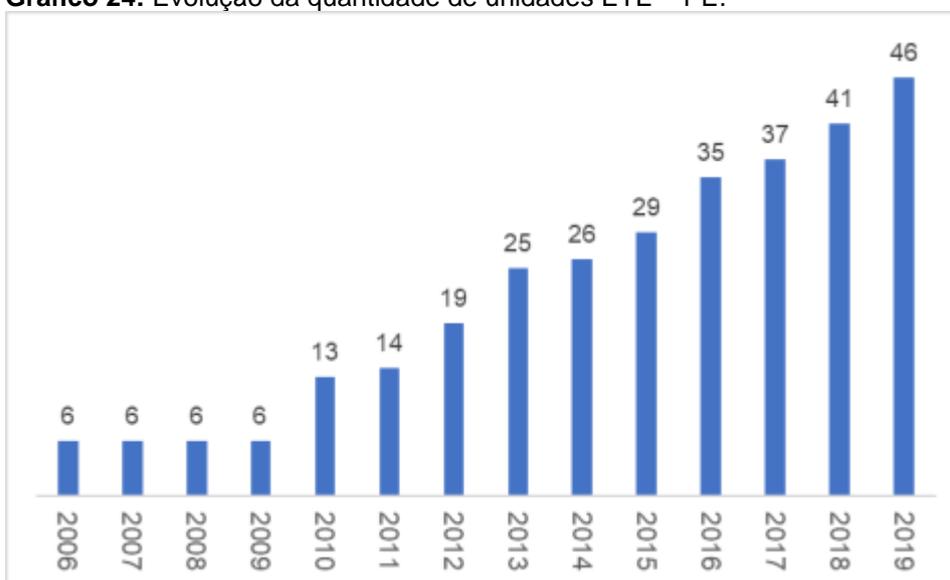


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Educação – PE.

A partir deste gráfico, tem-se que o número de matrículas não chegou a triplicar na educação profissional integrada ao ensino médio, mas mostra que dada a oferta de vagas terem aumentado ao longo dos anos, o número de matrículas tende a acompanhar; visto que, a experiência declarada pela direção da ETE Cícero Dias é que há o preenchimento total das vagas ofertadas a cada ano.

A meta 11 do PPE de Pernambuco, versa ainda sobre assegurar pelo menos, 50% da expansão no segmento público da educação profissional técnica de nível médio, o que acontece quando se observa o Gráfico 24, onde é possível verificar a evolução no número de escolas na rede estadual de educação.

Gráfico 24: Evolução da quantidade de unidades ETE – PE.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Educação – PE.

Desta forma, percebe-se que o atingimento de um dos compromissos estabelecidos na meta 11, foi alcançado bem antes do final da vigência deste plano, pois em 2019 se tem 46 unidades de ETE em detrimento às 29 em 2015, o que verifica o êxito do estado de Pernambuco na política em estudo, no alcance de 58% da expansão das unidades ETE.

Analisa-se, portanto, com este estudo de caso que a política de educação integrada ao ensino médio, quanto a absorção dos egressos no mercado de trabalho tem se mostrado coerente quanto a oferta dos cursos técnicos em ETE, pois correspondem ao potencial da demanda de trabalho local.

Apesar do mercado de trabalho não apresentar um cenário de empregabilidade, os egressos a medida que se formam e começam a atuar no mercado de trabalho tem sido absorvidos assim que são formados, mas de ao longo

dos anos o número de empregados egressos apresentam-se em menor volume, porém não sendo apenas um resultado conquistado pelos esforços da política de educação profissional com o ensino médio integrado, mas pela articulação com o NAVE da parceria público privada com a OI Futuro que possui influência e atratividade das empresas no setor de TIC para a absorção dos egressos da ETE Cícero Dias.

Quanto a execução da política pública sobre os aspectos do PEE, dado o alcance de um dos pontos da meta 11, mostra-se exitosa para a educação do estado de Pernambuco, pois alcançou parte da meta e que ainda está em vigência, com isso podendo ainda ser alcançada em sua totalidade.

Sobre o aspecto de empregabilidade dos egressos, este resultado não versa, pois as metas não contemplam na implementação e estruturação da política a prática da conexão do mercado de trabalho dos estudantes em formação da educação profissional.

Com isso, sendo um aspecto a ser melhorado para esta política, já que a partir deste estudo de caso da ETE Cícero Dias, verificou-se que a presença e articulação do NAVE foi importante para a absorção dos egressos, conforme apresenta Silva (2015), sendo exitosa na atuação das empresas privadas nas questões educacionais em Pernambuco.

Com este estudo aplicado à ETE Cícero Dias, percebe-se que para o alcance em maior proporção dos objetivos de empregabilidade a partir da formação nas unidades de ETE, faz-se necessário a formação de profissionais com potenciais de absorção em empregos ofertados nas atividades econômicas do estado; e sendo articulada à parceria de uma instituição privada para alcance do mercado de trabalho, pode-se oportunizar maior suporte de ensino técnico ofertada para a formação do jovem à sociedade.

A articulação de instituições privadas no processo de educação profissional é importante para que o estudante possa desenvolver habilidades técnicas diante do conhecimento adquirido na formação técnica ainda na educação básica.

Desta forma, Oliveira e Magalhães Júnior (2015) apresenta na implementação da política de educação profissional integrada nas unidades de ensino técnica estadual do Ceará, o estágio curricular que se apresenta como uma atividade educacional na qual o aluno a fim de aprimorar as habilidades, atitudes e

competências individuais sob a orientação de um profissional responsável por seu acompanhamento e por sua avaliação.

Em São Paulo, a articulação com uma instituição de ensino profissional, fez com que novos direcionamentos para a política de educação profissional integrada de nível médio estadual fossem oportunizados como o processo de implantação da política, que segundo Oliveira (2019), foi resultado da parceria entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com o IFSP para colaboração e concretização do ensino na rede estadual.

Contudo, a política de educação profissional no ensino médio integrado de Pernambuco não apresenta articulação com o mercado de trabalho na grande maioria de suas unidades escolares, no aspecto de oportunizar o desenvolvimento de habilidades práticas para o fortalecimento de sua formação técnica ofertada de ETE em unidades empresariais.

No entanto, esta articulação poderia acontecer por meio da interação com instituições privadas a fim possibilitar ações que versem sobre a absorção no mercado de trabalho.

Como tem sido na ETE em estudo e no estado do Ceará, onde por meio de parceria público privada os estudantes tem investimentos de tecnologia nas unidades de ensino, conexão com as empresas voltadas ao seu campo de atuação de formação técnica, e dada a interação, possíveis oportunidades de contratações futuras.

Ressalta-se à importância da articulação da formação técnica com o mercado de trabalho por meio de parceria com as empresas, quando observa-se que dentre as empresas empregadoras dos egressos da ETE Cícero Dias, o CESAR apresentou no período observado, absorção de alguns formados em TJDI para as ocupações de Programador de Sistema de Informação e Tecnólogo em Análise de desenvolvimento de sistema, que foram as que tiveram maior conformidade com os objetivos de formação deste curso técnico.

Assim como para o curso de TMT, a empresa Oi e empresas correlacionadas a esse setor foram responsáveis por algumas absorções destes egressos, mesmo que com oportunidades que não fossem dentro do campo de atuação esperado para a formação técnica deste curso.

Sendo estes resultados afirmativos para os investimentos na formação profissional atrelada às demandas do mercado de trabalho, e que a parceria pública privada com a Oi Futuro e o CESAR na unidade de ensino da ETE Cícero Dias, e que apresenta um ganho no que se refere a absorção no mercado de trabalho dos seus egressos, visto que configuram as ocupações de trabalho ofertadas nestas organizações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de formação técnica de trabalhadores por competência profissional se respalda na perspectiva de proporcionar uma formação que possibilite maior empregabilidade frente às necessidades do mercado de trabalho, como discorrido neste estudo.

A formação profissional integrada ao ensino médio deve conciliar a preparação do jovem, tanto para desenvolver as habilidades e competências no mercado de trabalho (existente e futuro), quanto para oportunizar experiências e conhecimentos que suportem a sua vida em contexto social.

Verificar a absorção dos egressos dessa modalidade de ensino como força de trabalho, traduz os resultados obtidos pela política estadual de educação profissional, afinal, espera-se que a formação agregue um diferencial competitivo, que torne os concluintes dos cursos técnicos ofertados, mais atrativos às oportunidades do mercado de trabalho.

Ao longo deste estudo, pode-se verificar nas discussões sobre a oferta pública de ensino técnico e empregabilidade, que o perfil da demanda do mercado de trabalho em cada região, é diretamente afetado pela característica das empresas empregadoras que atuam nas mesmas.

O aproveitamento das oportunidades de trabalho encontradas nas organizações locais ou adjacentes mediante estudantes formados da rede de educação estadual, mostra-se relevante para que o estado atue com políticas públicas efetivas na promoção das capacitações adequadas.

. E o estado de Pernambuco tem apresentado significativas mudanças nas últimas décadas, tanto na sua atração de investimento de empresas como no âmbito de política educacional, em especial ao ensino médio, profissional e integral.

Com o estudo realizado, mostra-se que os cursos escolhidos pela política estadual de educação profissional para o estado, procuram atender às demandas locais, com a observância ao mercado de trabalho dos municípios onde as unidades ETE são instaladas e em todo o estado, portanto, cada região recebe cursos que visam tornar os concluintes mais conexos para o mercado local.

A análise sobre a absorção dos egressos nesta modalidade de ensino da rede estadual de Pernambuco é de considerável importância, tanto para os investimentos em política pública quanto na formação de profissionais para a sociedade.

Neste estudo, observou-se que Pernambuco, a partir de 2009, com a implementação do programa de educação integral, a modernização da gestão pública e a reestruturação do ensino médio em sua política educacional, realizou a ampliação da oferta de vagas no ensino médio na sua rede estadual de ensino com a construção das unidades ETE, ofertando ensino médio integrado ao ensino técnico profissional.

Mostram-se destaques na implementação política de educação profissional de Pernambuco, a construção de novas unidades educacionais técnicas, ampliando a oferta de cursos profissionalizantes, com a atenção potencializada à modalidade integrada; o modelo de gestão por resultado, conduzindo a avaliação e monitoramento de indicadores; e a condução do processo, através da criação da Secretaria de Executiva de Educação Profissional do estado.

Os resultados da política estadual de educação profissional integrada ao ensino médio foram observados neste estudo de caso, na ótica da absorção dos egressos da ETE Cícero Dias no mercado de trabalho pernambucano, sobre o aspecto de verificar a oferta de cursos técnicos e as demandas de trabalho no estado de Pernambuco.

Para analisar a execução da política, a partir do modelo de processo de análise de política pública, observou-se as metas a serem alcançadas no planejamento estratégico das ações do estado sobre a educação de qualidade e as metas do Plano Estadual de Educação.

Apesar dos resultados de baixa empregabilidade entre 2014 e 2016, apresentados ao mercado de trabalho em Pernambuco, tem-se o potencial de empregabilidade no setor de serviços dos egressos da ETE em estudo.

A conexão dos cursos técnicos oferecidos na ETE Cícero Dias com as ofertas de emprego formal no mercado de trabalho, verificou-se com a identificação e análise dos setores e atividades econômicas das empresas empregadoras de seus egressos.

A partir dos dados analisados da ETE Cícero Dias, tem-se que as empresas empregadoras são do segmento de tecnologia, informação e comunicação, e que

ocupam a segunda colocação na absorção dos egressos da ETE; observou-se também que estas, oferecem oportunidades para as áreas de formação técnicas de nível médio e são localizadas em sua maioria no município de Recife, onde está instalada a ETE.

Confere-se também que a absorção no mercado de trabalho dos egressos da ETE Cícero Dias, apresenta correspondência parcial às expectativas da política de educação profissional, haja visto que os cursos ofertados pela ETE em questão têm em seu campo de atuação profissional, a área TIC digital.

No entanto, as ocupações exercidas na maioria das vagas ocupadas no mercado de trabalho não versam ao todo sobre a sua formação, para o curso de TMT; mas quando se observa a participação do curso de TJDI, há uma maior conexão com os objetivos de atuação da sua formação, embora que em quantitativo ainda baixo em relação ao número de formados.

Mas aspecto como logo após o ano de conclusão, os egressos são encontrados na base de dados da RAIS, indica a o potencial de absorção no mercado de trabalho diante das formações ofertadas.

Para tanto, os cursos técnicos integrados oferecidos na ETE Cícero Dias apresentam, mesmo que baixa, absorção no volume de vagas de trabalho encontradas no estado pelos egressos, sendo estas a do segmento de Tecnologia, Informação e Comunicação em cidades pertencentes a Região Metropolitana do Recife que correspondem a formação técnica oferecida; sobretudo para a formação de Técnico em Programação de Jogos Digitais (TJDI), pela consistência de serem absorvidos no campo de atuação profissional esperado e por empresas do segmento da formação.

Da mesma forma, levanta-se a crítica quanto a participação dos egressos em TMT, que em sua maioria correspondem às ocupações de Operadores de Telemarketing, mostrando-se fora das competências e campo profissional de seu eixo formativo.

A conexão dos absorvidos com a oferta do mercado de trabalho pernambucano e a concentração da absorção na região de desenvolvimento Metropolitana do Recife, atendem em baixa proporção ao objetivo da política de educação profissional integrada ao ensino médio do estado de Pernambuco, o de promover formação técnica voltada às demandas de mercado dos setores e atividades econômicas do estado de Pernambuco.

A partir da abordagem metodológica de modelo de processo, pode-se analisar o aspecto da execução da política de educação profissional integrada ao ensino médio no atendimento às metas do PEE. Com isso, verificou-se que a meta 11, que corresponde a educação profissional no ensino médio, em 2019 foi parcialmente cumprida, com o alcance do compromisso de expansão das unidades de ensino técnico na rede estadual, restando o de triplicar as matrículas nesta modalidade.

O estudo sobre a verificação da conformidade da formação educacional técnica e a absorção dos egressos nas atividades econômicas, apresentou como desafio o de fazer a ligação das informações pertinentes à análise almejada da política pública em estudo, quando ainda este estudo era um projeto de dissertação. Mas a estratégia de fazer a conexão dos dados do mercado de trabalho com as informações de estudantes egressos, mostrou-se possível através dos dados identificados.

Schwartzman e Castro (2013) faz crítica ao atual modelo brasileiro de educação profissional “integrada” ao Ensino Médio ao tratar da sua implementação sem ter a promoção de alternativas mais diversificadas à formação profissional no nível médio, e destaca o excesso de carga horária e disciplinas, fazendo com que a tentativa de diminuir o grande número de disciplinas obrigatórias esteja sendo substituída por disciplinas genéricas e supostamente interdisciplinares, o que confere risco de uma formação rasa e vazia que predomina o sistema escolar.

A partir do levantamento da experiência de outros estados que possuem a política de ensino médio integrado, verifica-se que Pernambuco não apresenta articulação com instituições privadas a fim de possibilitar o desenvolvimento das habilidades dos seus estudantes em formação técnica, bem como falta conexão e parcerias com empresas a fim de oportunizar maior absorção às vagas no mercado de trabalho, sendo estes pontos de crítica ao que vem sendo realizado e executado na política de educação profissional no estado.

Diante do que foi verificado neste estudo de caso com a ETE Cícero Dias, a parceria com a OI Futuro através da implantação do NAVE e a participação do CESAR fazem com que esta unidade de ensino tenha um diferencial entre as outras unidades ETE, visto que proporcionam investimentos e articulação com o mercado de trabalho que impactam nos bons resultados quanto a absorção dos egressos, principalmente logo após a sua conclusão com ofertas direcionadas pelas próprias

instituições, além da qualidade no ensino técnico ofertado correspondente ao que se espera, frente as expectativas de formação pleiteadas no mercado.

Quanto às limitações encontradas neste estudo, encontra-se na dificuldade da obtenção dos dados identificados dos egressos das unidades ETE a partir da SEE-PE, bem como divulgação pública de uma base de dados do governo do estado quanto as suas informações referentes à educação, o que resultou em gargalos para a estruturação dos procedimentos metodológicos de análises conferidos.

Vale salientar que a política de educação profissional neste estudo tratada, faz parte de uma aposta arrojada do estado de Pernambuco em investir no ensino médio integrado ao técnico, visto a oportunidade de se destacar no cenário nacional frente as demais estados.

Conclui-se, com as discussões e análises realizadas neste estudo, que a investigação científica sobre a absorção dos egressos no ensino técnico é pertinente e importante para o desenvolvimento de políticas públicas relacionados ao emprego e ao considerar que, passados dez anos de implantação desta política, ainda existem poucos estudos a respeito de sua avaliação e resultados.

Com este estudo, inferem-se questionamentos a serem refletidos e tratados em trabalhos futuros, e que não foram contemplados ao longo deste estudo por não compreenderem os objetivos da pesquisa, como a situação dos concluintes que não foram absorvidos, quais as informações sobre a manutenção dos que foram absorvidos no emprego, e sobre a realidade pernambucana de muitas ofertas no segmento de tecnologia e informação, porque muitos dos concluintes não foram absorvidos.

Considerando trabalhos futuros, ao longo do desenvolvimento deste estudo, tem-se como sugestões o de verificar o funcionamento e comparar a execução da política de educação profissional dos outros estados brasileiros; analisar a absorção dos egressos em mercado de trabalho com outras unidades de ensino nesta modalidade; estudar os estados que tem menor adesão ao ensino médio integrado dado os incentivos governamentais que justificaram o investimento para a educação profissional nos estados brasileiros; como também verificar a empregabilidade dos setores econômicos no estado a partir das demandas de trabalho locais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. et al. **Políticas públicas para a educação profissional e educação integral**: a rede estadual de ensino de Pernambuco e o currículo no ensino médio. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/48633>. Acesso em: 12 agosto de 2019.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba; NÓBREGA, Cristiane Liberato da. Planejamento educacional e a “modernização” da gestão educacional em Pernambuco: alguns apontamentos. **RBPAE** - v. 29, n.32, p. 525-536, set/dez. 2013. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/47223/29424> . Acesso em 20 de março de 2020.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas públicas de emprego**: experiências e desafios. Planejamento e políticas públicas, n. 12, jun./dez 1995, pp. 91-114. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4017/5/PPP_n12_PoliticasPublicas.pdf. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

BARBOSA, E. A. E. S. P.; VITAL, T. W.; XAVIER, M Gilca P. Análise do Funcionamento de Unidades de Escola Técnica Estadual do Sertão de Pernambuco. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, p. 13727-13749, 2019. Disponível em <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3020/2958>. Acesso em 9 de setembro de 2019.

BENITTES, Valéria Lima Andrioni. **A política de ensino médio no estado de Pernambuco**: um protótipo de gestão da educação em tempo integral. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11301> . Acesso em 20 de março de 2020.

BRANDÃO, C.F. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, DF, 2014. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em 15 abril de 2019.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO - 2010 - 3ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p. Disponível em <http://cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRA-DE-OCUPA%C3%87%C3%95ES-MEC.pdf> . Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Classificação nacional de atividades econômicas** - CNAE I Comissão Nacional de Classificação [e] IBGE. -Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344p. Disponível

em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1358.pdf> . Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE: versão 2.0, 2007** - ISBN 978-85-240-3970-6. IBGE, 2007. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36932.pdf> . Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio**. Brasília: CNE/CEB, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Sistema de contas nacionais**: Brasil: 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 78p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813; n. 46). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94942.pdf> . Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 18 de março de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001** de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e **os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 15 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF, MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 11 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. [Online]. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Decreto n. 6.302/2007**. Institui o **Programa Brasil Profissionalizado**, Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em 11 de março de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o **Programa Mais Educação**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2010. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em 15 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014** de 25 de Junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 15 de abril de 2019.

CARDOZO, Maria J. P. B. Ensino médio integrado à educação profissional: limites e possibilidades. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 31, Caxambu, 2008. Anais. Caxambu: ANPED, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-3976-int.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

CASTIONI, R. Avaliação de Políticas Públicas: modelos e usos da avaliação de impacto em programas de formação profissional. Publicado nos **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. Belo Horizonte: ABET/Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. v. 2. p. 881-904.

CHIRINÉA, A. M. BRANDÃO, C. da F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>. Acesso em 10 de março de 2020.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade In: FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.). **Ensino médio integrado: Ensino médio integrado concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CUNHA, L. A. C. R. **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

DELUIZ, Neise et al. **Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional**. Brasília: 2003. Texto apresentado no Seminário Nacional de Educação Profissional, Brasília, 16 a 18/06/03). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/gt13.pdf>. Acesso em 03 de março de 2020.

DORNELES, Rachel Pereira. **Avaliação da educação profissional: um estudo sobre indicadores educacionais específicos/ Rachel Pereira Dorneles**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2011. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/952>. Acesso em 03 de março de 2020.

DUTRA, P. F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco**: uma realidade no ensino médio. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-paulo-fernando-de-vasconcelos-dutra.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

DYE, T. R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed., Brasília: Editora UnB, 2009.

FERNANDEZ, Rodrigo Nobre et al. Parcerias público-privadas: uma alternativa para a educação brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 52, 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/885>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

FIRMINO, D. ; SILVEIRA NETO, RAUL M.. Escolhas de Carreiras Universitárias e Mercado de Trabalho: Uma Análise da Influência dos Incentivos Econômicos sobre as Preferências quanto às Carreiras da Universidade Federal de Pernambuco. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 25, p. 519-552, 2015. Disponível em <http://scielo.br/pdf/neco/v25n3/1980-5381-neco-25-03-00519.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 6 ed. rev. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994 (Coletânea C.B.E.).

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. **Rev. Econ. NE**. Fortaleza, v. 46, n. 3, jul./set., 2015, p. 131-154. Disponível em <https://bnb.gov.br/documents/80223/1095809/8.pdf/dd196e3e-0378-46a7-a220-f4fe6aeb254c> . Acesso em 20 de março de 2020.

GARCIA, Júlio César. **A reforma da educação profissional** [manuscrito]: a dualidade assumida / Júlio César Garcia. – Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2012. Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1069/1/JULIO%20CEZAR%20GARCIA.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002. p. 45-59.

GERMANO, Bruna da Nóbrega **Avaliação de impacto da política de gestão por resultados do Pacto pela Educação do Governo do Estado de Pernambuco** / Bruna da Nóbrega Germano. – Recife: O Autor, 2015. 121 folhas: il. 30 cm. Disponível em

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16662/1/TESE_BRUNA%20DA%20N%c3%93BREGA%20GERMANO_DIGITAL.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

GOUVEIA, A. J.; HAVIGHURST, R. J. **Ensino médio e desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

GOMES DE QUEIROZ, Aldineide Lilian. **As Tecnologias da Informação e Comunicação e sua contribuição para o desempenho da Gestão Escolar: Um Estudo de Caso**. 2015. 88f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23673>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. In: **Temas de Administração Pública**. v. 8, n. 2 (2013). E-ISSN: 1982-4637. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6845/4926>. Acesso em 19 de março de 2020.

HOLANDA, Felipe Macedo de. **O Programa Maranhão Profissional: qualificar para o desemprego**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. 171 f. Disponível em <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1635/2/Felipe%20Macedo.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro, 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Apresentação**. Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em janeiro de 2020.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa época, n. 63).

KUENZER, A.Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, maio/ago. 2002.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v.28. p. 1159, out., 2007.

KUENZER, A.Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, J. C. Z. **Parcerias em educação:** o caso do GP. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife. 2009. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3999>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

LIMA, Policarpo R., SICSÚ, Abraham Benzaquem, PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, 2007, v. 38, n. 4, p. 526-541. Disponível em <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/download/547/435>. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 13, p. 94-106, dez. 2017. ISSN 2447-1801. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5821>. Acesso em 20 maio de 2020.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio:** Pernambuco cria, experimenta e aprova. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008. 136 p. Disponível em <http://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livro-a-juventude.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, Letícia Cavalieri Beiser de; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Sentido de la enseñanza secundaria para estudiantes de escuelas públicas estaduais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pee/v23/2175-3539-pee-23-e177542.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2020.

MENEZES-FILHO, N. A. **Apagão de mão de obra qualificada?:** as profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do INSPER; USP, 2012.

Ministério da Educação – MEC. BRASIL, 2019. **Portal eletrônico de Informações:** Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>. Acesso em 12 de maio de 2019.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais** – RAIS, 2016. Brasília, 2018. Disponível em <http://www.mte.gov.br/index.php/rais>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

Ministério da Economia – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília. Disponível em <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em 24 de outubro de 2018.

MORETTO, A. J. **Mercado de trabalho e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, SP: [s.n], 2001. 143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285543>. Acesso em 15 de maio de 2020.

Oi Futuro – Instituto de inovação e criatividade da Oi. **NAVE- Núcleo Avançado em Educação**. Disponível em <https://oifuturo.org.br/programas/nave/>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, A. M. H. C. de; RIOS- NETO, E. L.G. Uma avaliação experimental dos Impactos da Política de Qualificação Profissional no Brasil. **Rev. Bras. Econ.** [online]. 2007, vol.61, n.3, pp.353-378. ISSN 0034-7140. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v61n3/a04v61n3.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Elimeire Alves de. **A proposta de Ensino Médio integrado à educação técnico profissionalizante na rede pública do Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado)• Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, 2019. 106 f.: il., tabs. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190862/oliveira_ea_me_sjrp.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 20 de março de 2020.

OLIVEIRA, Ramon. **A (Des)Qualificação da Educação Profissional Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R. de. **O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 67, p. 177-197, jan./fev. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n67/0104-4060-er-34-67-177.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, S., & MAGALHÃES JUNIOR, A. G. (2015). **A Escola Estadual de Educação Profissional no Ceará: Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 5(15), 86-106. Disponível em <file:///C:/Users/euken/Downloads/1004-Texto%20do%20artigo-3724-1-10-20190207.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: proposta de Diretrizes Curriculares**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação – SETEC/MEC. São Paulo, Editora Moderna, 2012. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf> . Acesso em 16 de outubro de 2020.

PAIS, José Machado. Buscas de Si: expressividades e identidades juvenis (Prefácio). In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. P. 7-21.

PARDAL, Luís; LOPES, Eugénia S. **Métodos e técnicas de investigação social**. Porto: Areal Editores, 1995.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Construindo uma Tipologia das Políticas de Educação Integral em Tempo Integral. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 3, p. 563-586, set./dez. 2016. Disponível em <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/10601>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, junho, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362017005008104&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 de outubro de 2020.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. d. O. (2012). **Educação profissional técnica e suas interfaces com a educação propedêutica de nível médio**. ETD – Educação Temática Digital, 14(1), 76-95.

PERNAMBUCO. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)**. Sistema de Contas Regionais 2015.

PERNAMBUCO. **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 021/2003**. Disponível em <http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03-2004.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 12.252**, de 8 de julho de 2002. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 9 jul. 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. **Plano de Ação da Educação Profissional 2007/2008**. Recife, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. **Plano Estadual de Educação Profissional 2015/2025**. Recife, 2014.

PERNAMBUCO. **Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco**. Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/?pag=1&men=75>. Acesso em 16 de dezembro de 2018.

RAMOS, C. A. **Auge e decadência das políticas de emprego no Brasil**. In: GOZALEZ, R.; MATOS, F. (Orgs.). Emprego, trabalho e políticas públicas. Fortaleza: IDT, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **Políticas e Diretrizes para a educação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

SABOIA, J. (Ed.). **Tendências da Qualificação da Força de Trabalho: Projeto PIB: perspectivas do Investimento no Brasil: estudo transversal.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ; Instituto de Economia da UNICAMP, 2009.

SALES, Celecina Veras; VASCONCELOS, Maria Aurilene de Deus Moreira. **Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 69-90, Mar. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362016000100069&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de março de 2020.

SANTOS, Maria Lucivânia Souza dos. **Políticas de avaliação educacional no estado de Pernambuco: contra números, há argumentos.** / Maria Lucivânia Souza dos Santos. 2016. 206f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18456> . Acesso em 20 de março de 2020.

SANTOS, Aline de Oliveira Costa; MUTIM, Avelar Luiz Bastos. **Educação Profissional Integrada na Rede Pública Estadual da Bahia: a experiência do centro territorial da região metropolitana de Salvador/BA.** Revista Trabalho Necessário, [S.l.], v. 16, n. 30, nov. 2018. ISSN 1808-799X. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10325/7168>. Acesso em 19 março de 2020.

SCHWARTZMAN, Simon and CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. 2013, vol.21, n.80, pp.563-623. ISSN 0104-4036. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

SEE – PE. **Secretaria de Educação de Pernambuco.** Portal de Informações. Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/intranet>. Acesso em maio de 2019.

SEE-PE. **Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.** Orientações Teórico-Metodológicas. Recife: SEE, 2008.

SEEP – PE. **Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco. Portal de Informações.** Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/intranet>. Acesso em 12 de maio de 2019.

SISTEC (**Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**), 2017. Disponível em <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino#>. Acesso em 12 de maio de 2019.

SILVA, Cybelle Dutra da. **Parceria Pública Privada: Um Olhar Na Escola Técnica Estadual Cícero Dias – Recife/Pe.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional, 2015. Disponível em <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-14.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2018.

SILVA, Larissa Araújo da. **Perfil educacional da mão de obra do Estado de Pernambuco**: como ocorre a absorção do capital humano nos setores da economia de Pernambuco no período de 2006-2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Econômicas, Recife-PE, 2018. Disponível em http://www.repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/712/3/tcc_LARISSA%20ARA%203%20AJO%20DA%20SILVA.pdf. Acesso em 18 de março de 2020.

SILVA, Mércia Rodrigues Farias da. **O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco**: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias / Mércia Rodrigues Farias da Silva. – Recife: O autor, 2013. 267 f.: il. ; 30 cm. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13133/1/Dissertacao%20MERCIA%20Rodrigues.pdf> . Acesso em 08 de dezembro de 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 de outubro de 2019.

SOUZA, Dalva Garcia de. **A formação profissional como estratégia para o desenvolvimento local**: a construção endógena do conhecimento no SENAI/DR-MS./Dalva Garcia de Souza; orientação Heitor Romero Marques. 2011. 78 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010. Disponível em <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8168-a-formacao-profissional-como-estrategia-para-o-desenvolvimento-local-a-construcao-endogena-do-conhecimento-do-senai-dr-ms.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

SOUZA, Maria De Araujo Medeiros. **Ensino Médio Integrado À Educação Profissional Em Pernambuco**: Um Olhar Para As Práticas De Gestão Ligadas À Implementação Do Currículo. Dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal De Juiz De Fora, 2014. Disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/12/MARIA-DE-ARAUJO-MEDEIROS-SOUZA.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2019.

SOUZA, Michael Lucena de. **O estudo da eficácia nas escolas técnicas do programa de educação integral do governo do Estado de Pernambuco**/ Michael Lucena de Souza. – Recife, 2015. 166 f.: il. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/4680/2/Michael%20Lucena%20de%20Souza.pdf>. Acesso em 03 dezembro de 2019.

SOUZA, S. Z. L; OLIVEIRA, R. P. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a07v2484.pdf>. Acesso em 03 de março de 2020.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa, Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

TEIXEIRA, Janssen Edelweiss Nunes Fernandes. **Análise da Implementação de Políticas Públicas Educacionais na Bahia**: as Relações Entre a Certificação Ocupacional de Dirigentes e o Planejamento Estratégico das Escolas. In: Anais do XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/APS-B711.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. TCE-PE. **Relatório de Contas do Governador**: Conjuntura Socioeconômica. PROCESSO TC 16100001-0 – EXERCÍCIO 2015. Disponível em <https://www.tce.pe.gov.br/internet/docs/relatoriocontasgoverno/3319/01-conjuntura-socioeconomica.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

VIEIRA, Miqueias Miranda; PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes; VIEIRA, Mykaelly Moraes. **A formação integral e/ou para o mercado de trabalho?** Percepções de docentes e discentes sobre ensino profissionalizante no interior do Ceará. 2017. Disponível em https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017_old/trabalhos/eixo1/E1A6.pdf. Acesso em 20 de março de 2020.

VIEIRA, Silvana Ribeiro Dias. **As ações de formação dos gestores dos centros estaduais de educação profissional do estado do Piauí**: elementos para uma política de formação. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. 154 p. Disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/12/SILVANA-RIBEIRO-DIAS-VIEIRA.pdf>. Acesso em 19 de março de 2020.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMANCIO FILHO, Antenor. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 207-222, June 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.

XAVIER, M. G. P. **A formação profissional da classe operária no Brasil**. 1986. 217 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). UNICAMP, Campinas/SP.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Micro dados disponibilizados pela RAIS.

Fonte: Elaboração própria com base de dados do site do Ministério do Trabalho e RAIS.

APÊNDICE B - Tabulação dos dados da RAIS e ETE Cícero Dias com o Software STATA.

Fonte: Elaboração própria com base da dados da ETE Cícero Dias disponibilizados pelo NAVE e RAIS-PE.

APÊNCICE C - Tabulação dos dados da RAIS e ETE Cicero Dias com o Software Microsoft Excel.

The image shows a screenshot of the Microsoft Excel interface. The title bar at the top indicates the file name is 'REC.DADOS [versão Teclado] - Salvo'. The ribbon includes 'Arquivo', 'Página Inicial', 'Inserir', 'Desenhar', 'Layout da Página', 'Fórmulas', 'Dados', 'Revisão', 'Exibir', 'Desenvolvedor', and 'Ajuda'. The main area displays a spreadsheet with the following columns: 'ID', 'EMP', 'CATEGORIA', 'C', 'F', 'OIO', 'FUNÇÃO', 'CATEG', and 'CNR'. The rows contain employee data, such as '2102 SUZANNE ALVES MATEUS FERREIRA' and '2103 WELLYA FERREIRA SOARES'. The status bar at the bottom shows 'alterada Planilha3 Planilha7 Planilha8 Planilha9 RAIS_1'.

Fonte: Elaboração própria com base da dados da ETE Cicero Dias disponibilizados pelo NAVE.